C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

124

124

SALVADOR • SETEMBRO DE 2004

SEI
Informação a Serviço da Sociedade
www.sei.ba.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Roberta Lourenço de Souza (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA
Elissandra Alves de Britto
Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)
Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)
Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)
Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)
João Paulo Caetano Santos (Estagiário)
Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO
Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA
Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2° and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www. sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Conjunturas brasileira e baiana em retrospectiva
Núcleo de conjuntura da SEI 4

Conjuntura Econômica Baiana 12

Artigos

Desempenho do comércio varejista do Estado da Bahia - 1º semestre de 2004
Maria de Lourdes Caires 22

Pólo de informática de Ilhéus
Milena Souza França 26

Lauro de Freitas: aspectos gerais da consolidação da função habitacional e da mudança do perfil da população
Patrícia Chame Dias 29

Avaliação de políticas públicas: introdução à demanda contigente
José Afonso Ferreira Maia 36

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais irão gerar 73 mil empregos diretos 46

Notícias 50

Legislação 52

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 56
Indicadores Sociais 62
Finanças Públicas 71

Carta do Editor

Os resultados sobre a economia brasileira no primeiro semestre, divulgados pelo IBGE, mostram a recuperação acentuada do nível de atividade em que o PIB cresceu 4,2% em relação ao mesmo período de 2003.

A causa primária desse crescimento deve ser creditada às exportações, embora tenha uma participação ainda modesta no PIB. Seu desempenho acima das expectativas gerou um efeito multiplicador sobre toda a cadeia produtiva, rebatendo positivamente no consumo, que vinha registrando quedas sucessivas desde 2001. Com peso de 57% no PIB, a demanda das famílias cresceu 3,1% este ano, contribuindo para esse resultado o crédito e as condições de pagamento, principalmente para as vendas de bens duráveis.

O maior obstáculo para uma trajetória de crescimento sustentado está na taxa de investimento, que se encontra em níveis insuficientes para garantir uma expansão acima de 4% no PIB. O crescimento de 6,8% no primeiro semestre representa muito, diante das sucessivas quedas nos últimos anos. Segundo estimativas, a taxa de investimento em relação ao PIB está em 18,4%, bem inferior à taxa necessária para manter uma expansão do PIB, entre 4% e 5%.

A redução da taxa de investimento causou impacto negativo no PIB potencial, que passou de 4,5% para apenas 3,0%, o que acentuou os gargalos da infra-estrutura e um descompasso entre oferta e demanda, dado que determinados setores, principalmente os de bens intermediários, já estão operando a plena capacidade. A manutenção do crescimento nessas condições poderia gerar pressões inflacionárias, induzindo o Banco Central a frear a demanda mediante aumento dos juros, comprometendo todo o processo de retomada do crescimento em longo prazo.

Discutindo os rumos da economia brasileira, economistas e cientistas sociais se reuniram em seminário, nos dias 1, 2 e 3 de setembro, sendo a SEI uma das realizadoras do evento, para discutir por que o Brasil não tem, após 25 anos, um projeto de crescimento de longo prazo. Nesse evento homenageou-se um grande brasileiro, Rômulo Almeida, que nos seus noventa anos de nascimento, dedicou sua vida profissional a construir um Brasil em que os frutos do crescimento econômico fossem distribuídos de maneira mais equânime, visando a construir uma sociedade mais justa e soberana.

No próximo número da C&P publicaremos um resumo dos principais temas abordados no seminário Rômulo Almeida e as contribuições para que o Brasil encontre uma trajetória de crescimento sustentável e de inclusão social, o que não ocorre desde a segunda metade da década de 1970.

Conjunturas brasileira e baiana em retrospectiva

Núcleo de Conjuntura da SEI*

Conjuntura brasileira

A expansão da atividade econômica no primeiro semestre, confirmada pelo resultado do PIB e por indicadores mensais do nível de atividade, reflete principalmente a recuperação da demanda interna e a manutenção do dinamismo das exportações.

Segundo o Cálculo de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB), no primeiro semestre de 2004, apresentou crescimento de 4,2%, em relação à igual período de 2003, constituindo-se no maior crescimento observado no primeiro semestre desde o ano 2000. Na mesma base de comparação, os setores da Agropecuária e da Indústria cresceram 5,7% e 4,7%, respectivamente, e o setor de Serviços 2,8%. Neste último, o setor de Comércio registrou incremento de 7,6%.

Com relação à produção do setor industrial brasileiro no primeiro semestre de 2004, em comparação com o primeiro semestre de 2003, observou-se incremento de 7,7%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Esse resultado acena para um crescimento progressivo e sustentado no ano, apresentando um cenário mais equilibrado, tendo em vista que a recuperação do setor está atrelada ao bom desempenho dos setores voltados para exportação e crédito, com incremento na produção de bens de capital (25,2%) e de bens de consumo duráveis (23,9%). Nessas categorias destacam-se a fabricação de veículos (26,1%), máquinas e equipamentos (16,2%) e material eletrônico e de comunicações (35,4%).

Outros indicadores, antecedentes e coincidentes, mostram que a forte retomada da atividade fabril teve continuidade em julho, quando se registrou, no acumulado do ano, incremento de 13% na expedição de papelão ondulado, segundo dados da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO), e de 18% na produção de autoveículos, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)[1].

Na utilização média da capacidade instalada da indústria registrou-se aumento para 82,2% no segundo trimestre de 2004, 2,5 ponto percentual (p.p). superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, conforme dados da Fundação Getulio Vargas (FGV). O segmento de bens intermediários continuou a apresentar o mais alto nível de utilização, 87,2%, registrando-se expansões de 7,9 p.p. e de 3,2 p.p., respectivamente, nos níveis relativos aos segmentos produtores de bens de capital, que aumentou para 79,8%, e de material de construção, para 81,8%, no período.

O desempenho do setor industrial tem ampliado a demanda por investimentos em bens de capital, movimento puxado principalmente por pequenas e médias empresas, uma vez que a grande indústria, que tem o nível de ocupação da capacidade em torno de 84%, não mostrou intenção em investir, dado o ainda baixo nível de confiança dos empresários no cenário econômico[2] .

Ainda em relação aos investimentos, os indicadores referentes a junho ratificaram a expansão da produção

---

* Alynson Rocha, Carla do Nascimento, Fabiana Pacheco, Joseanie Mendonça e Roberta Lourenço, economistas e bolsista FAPES, e Elissandra Britto, economista e subgerente da GEAC/SEI.

[1] BACEN. Ata do Copom. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2004.

[2] GRANDE indústria ainda ensaia investir. Folha de São Paulo, 08 ago. 2004. p. B8.

de cimento, que acumulou, no primeiro semestre de 2004, incremento de 3,2%, sinalizando a retomada do setor de construção civil. As importações de bens de capital também cresceram 8,9% no mesmo período.

No que se refere às vendas do comércio, a expansão do emprego e a recuperação do poder aquisitivo dos rendimentos[3] contribuíram para sustentar a atividade varejista, sobretudo as vendas de bens de consumo não-duráveis como evidenciado nas pesquisas de comércio. O Comércio Varejista do país, no primeiro semestre de 2004, apresentou taxas positivas em todos os segmentos que compõem o Indicador de Volume de Vendas: esse semestre foi o primeiro, dos sete que compõem a série divulgada pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), que apresentou resultado positivo para o varejo. O destaque é o segmento de Móveis e eletrodomésticos, cujo crescimento alcançou 29,4% comparando-se ao primeiro semestre de 2003. Além do fato dos resultados do segmento terem sido influenciados pela fraca base comparativa do primeiro semestre de 2003, adicione-se a esse resultado a redução da taxa de juros[4] , o aumento do volume de recursos destinados ao crédito ao consumidor e, ainda, a demanda reprimida de anos anteriores.

Na análise do desempenho do comércio exterior, verifica-se uma continuidade de resultados positivos. A balança comercial brasileira, no período de janeiro a julho de 2004, registrou um superávit de US$ 18,529 bilhões, resultado das exportações, no valor de US$ 52,298 bilhões, e das importações, US$ 33,769 bilhões. No período, as exportações cresceram 33,7% e, as importações, 26,7%.

As importações brasileiras registraram o segundo maior resultado para o período, inferior apenas ao resultado de 2001, quando as compras externas alcançaram US$ 33,851 bilhões. Esse desempenho está atrelado ao crescimento da produção industrial, tendo em vista que cerca de 70% das compras externas do país são de bens de capital, matérias-primas e insumos para empresas, confirmando o processo de reaquecimento da economia. Outro fato importante para o crescimento das importações, segundo o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC), consiste no aumento dos preços de petróleo e derivados, incluindo também os fertilizantes, que chegaram a subir mais de 90%.

Já as exportações brasileiras têm mantido seu ritmo de crescimento, principalmente devido às vendas para os mercados não tradicionais (Colômbia, Irã, África do Sul, Polônia, Libéria), que cresceram 74,4% no primeiro semestre de 2004 em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação desses países na pauta de exportação brasileira passou de 11,2% para 14,4%, no mesmo período.

Na agricultura, as chuvas, outrora regulares e bem distribuídas, caíram em volumes acima dos previstos, afetando diversas culturas no país. Nas principais regiões produtoras de grãos – Centro-Oeste e Sul – as perdas foram significativas, causando impacto nas estimativas finais da safra brasileira 2004.

A estimativa da produção de grãos, da safra 2003/2004, é de 119,4 milhões de toneladas, inferior em 3,4% à safra obtida em 2003, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, com base nos dados de julho. A soja será a grande responsável pela queda na safra neste ano, pois responde por 40% do total da safra nacional[5].

A seguir encontra-se uma análise setorial da atividade econômica baiana, destacando-se a produção industrial, o comércio exterior, o comércio varejista e a agricultura.

Conjuntura baiana

Produção industrial

Ao contrário do país, que teve sua indústria de bens de consumo favorecida pela política monetária implementada a partir do segundo semestre de 2003, que visava, sobretudo, a redução nas taxas de juros com ampliação do crédito, o nível de atividade da economia baiana percorreu um caminho mais lento, uma vez que sua indústria está pautada em bens intermediários, que não respondem imediatamente ao dinamismo da demanda dos consumidores finais. Nesse caso, o desempenho é dado pela capacidade de exportar.

A indústria baiana voltou a apresentar crescimento no mês de junho de 2004 sobre junho de 2003, com uma

[3] Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, para as principais regiões metropolitanas do país, ocorreu aumento no nível de emprego (de 87,7% em jan-julho 2003 para 87,9% em jan-julho 2004) e do rendimento (que acumulou taxa negativa de 11,4% no 1º semestre de 2003 e, no mesmo período de 2004, a taxa foi de -2,1%).

[4] A taxa básica de juros (SELIC) no primeiro semestre atingiu a média de 16,0%, ou seja, dez pontos percentuais abaixo da média do primeiro semestre de 2003.

[5] SAFRA de 2004 será 3,3% menor que a de 2003, aponta IBGE. Disponível em: <www.abn.com.br>. Acesso em: 03 set. 2004.

taxa de 21,7%, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Esse crescimento contribuiu para que o acumulado no primeiro semestre de 2004 atingisse uma taxa positiva de 10,0% sobre o primeiro semestre de 2003, e o indicador relativo aos últimos doze meses registrasse taxa positiva de 2,4%, como mostra a Tabela 1.

A produção física referente ao primeiro semestre de 2004 acusou um crescimento de 10,0%, resultado sustentado por contribuições positivas dos nove setores pesquisados: refino de petróleo e álcool (15,2%), produtos químicos (9,8%), metalurgia básica (76,6%), veículos automotores (76,6%), celulose, papel e produtos de papel (2,9%), minerais não metálicos (15,5%), alimentos e bebidas (1,2%), borracha e plástico (3,9%) e indústria extrativa (1,9%) (Tabela 1).

Vale salientar que na indústria de refino de petróleo houve acréscimos nas produções de óleo diesel, outros óleos combustíveis e nafta para petroquímica, e em produtos químicos, o etileno não saturado e o polietileno de alta densidade obtiveram os melhores resultados. Por sua vez, as indústrias de metalurgia básica tiveram aumento na produção de barra, perfil e vergalhões de cobre e ouro em barras.

Com relação ao refino de petróleo e produção de álcool, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ocorreu um aumento na produção de derivados de petróleo da Refinaria Landulpho Alves, que passou de 6,24 milhões m³ no primeiro semestre de 2003 para 7,0 milhões m³ em 2004, representando um aumento de 12,2% no período. A produção de óleo diesel aumentou 30,9%, atingindo um total de 2,29 milhões m³, e a de óleo combustível, 1,62 milhão m³, com um aumento de 12,5%. Já a produção de nafta para petroquímica aumentou 26,1% no mesmo período.

O setor de produtos químicos foi beneficiado pelo aumento de capacidade instalada para produção de eteno, que atingiu 90% no segundo trimestre de 2004, refletindo o aumento da demanda dos produtores de resinas termoplásticas e de outros produtores petroquímicos do Pólo Petroquímico de Camaçari[6].

No que se refere à indústria de metalurgia básica – setor importante por produzir insumos de ampla utilização na economia e ser um dos segmentos de grande presença na pauta de exportações –, esta obteve desempenho positivo no semestre, com aumento da produção superior a 42%, viabilizado pelo aumento do preço das commodities, apesar de no primeiro semestre ter ocorrido uma parada programada para manutenção, que consumiu mais de trinta dias, afetando o desempenho e gerando a necessidade de importação de cátodos para fabricação de vergalhões, e de ácido sulfúrico para o atendimento dos clientes[7]. Mesmo com a performance insatisfatória da construção civil, grande demandante da indústria metalúrgica, espera-

[6] BRASKEM. EBITDA da Braskem atinge R$ 1,1 bilhão no 1S04. Disponível em: <www.braskem.com.br>. Acesso em: 16 jul. 2004.

[7] CARAÍBA METAIS. Informações trimestrais. 2º trimestre de 2004. Disponível em: <www.caraibametais.com.br>. Acesso em: 16 jul. 2004.

Tabela 1
Indústria e Principais Gêneros – Bahia: Jun/2004 %

Classes e Gêneros	No mês[1]	Mensal[2]	Acum. do ano[3]	Acum. 12 meses[4]
Indústria Geral	**7,3**	**21,7**	**10,0**	**2,4**
Extrativa Mineral	**9,1**	**5,8**	**1,9**	**2,3**
Indústria de Transformação	**7,5**	**22,7**	**10,6**	**2,4**
Minerais não-metálicos	3,5	13,1	15,5	13,7
Metalurgia básica	5,8	30,5	76,6	63,6
Papel, celulose e produtos de papel	3,5	6,8	2,9	4,7
Borracha e plásticos	Nd	-1,6	3,9	-5,2
Produtos químicos	-0,7	28,8	9,8	5,0
Veículos automotores	Nd	30,5	76,6	63,6
Alimentos e bebidas	3,5	20,2	1,2	-2,7
Refino de petróleo e álcool	9,0	25,4	15,2	-4,7

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria
Elaboração: SEI/GEAC
Obs.: "nd" significa que o dado não está disponível
[1] Com ajuste sazonal
[2] Em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Em relação aos doze meses anteriores

se um bom desempenho do setor em 2004, devido às boas perspectivas do comércio exterior.

Na indústria de celulose e papel, segundo o Press Release de divulgação dos resultados da Suzano Bahia Sul[8], houve crescimento no mercado doméstico de papel, impulsionado pela recuperação da economia doméstica, evidenciado pelo crescimento da produção no primeiro semestre de 2004, que foi de 612,3 mil toneladas em produtos para comercialização, representando um crescimento de 5,0% quando comparada às 583,3 mil toneladas produzidas no mesmo período de 2003. A indústria de celulose e papel também apresentou paradas programadas para manutenção no segundo trimestre e, portanto, também contribuiu para os baixos volumes de produção no período.

No que se refere ao emprego industrial, segundo o IBGE, o nível de pessoal ocupado assalariado recuou 1,3% no Estado, no primeiro semestre de 2004, em confronto com igual período de 2003, contra aumento de 0,1% para o país. Os ramos que determinaram esse comportamento no emprego industrial baiano foram: vestuário e minerais não metálicos, ramos ligados ao setor de construção civil e a demanda interna que se apresentam sem dinâmica nos últimos meses diante da falta de investimentos em infra-estrutura e aos salários defasados, por outro lado, a variação positiva de contingente ocupado no setor industrial observou-se principalmente nos segmentos de calçados e couros, têxtil, máquinas e equipamentos e produtos de metal.

Considerando-se a indústria baiana como melhor indicador da atividade econômica do estado – seja porque tem grande peso no PIB ou porque a maioria dos segmentos industriais, por terem ciclos curtos de produção, reage rapidamente às variações no estoque e, conseqüentemente, às oscilações da demanda –, pode-se concluir que as expectativas de curto prazo para a economia são positivas. Ademais, os resultados do setor externo, a dinâmica interna, determinada pelas condições de crédito e pela recuperação da massa de rendimentos, tende a contribuir para o crescimento da indústria nos próximos meses.

Comércio exterior

A balança comercial baiana registrou um superávit de US$ 612,5 milhões, no acumulado do ano até julho, resultado de exportações no valor de US$ 2,1 bilhões e de importações no valor de US$ 1,5 bilhão (Tabela 2). As exportações e as importações apresentaram um crescimento

Segundo o Promo, o aumento das importações permite inferir que as empresas do estado estão aumentando seus investimentos na produção.

acelerado de, respectivamente, 47,8% e 43,0%. Segundo o Promo, o aumento das importações permite inferir que as empresas do estado estão aumentando seus investimentos na produção, ao mesmo tempo em que o aumento do consumo interno estimula as compras no exterior.

As importações de bens industrializados (semimanufaturados e manufaturados) registraram aumento significativo no período, alcançando 18,4%, como pode ser visualizado na Tabela 3, tendo como efeitos diretos a expansão da produção industrial no primeiro trimestre.

Tabela 2
Balança comercial
Bahia: Jan-jul 2003/2004 US$ 1.000 FOB

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	Var. (%)
Exportações	1.795.997	2.116.483	47,8
Importações[1]	1.051.462	1.503.941	43,0
Saldos	744.535	612.542	-
Corrente de Comércio	2.847.459	3.620.424	27,1

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 12/08/2004
Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia
[1] Importações efetivas, dados preliminares

As importações de produtos básicos registraram um crescimento de 134,1%, devido, principalmente, ao crescimento das importações de óleo bruto de petróleo (620,9%) e sulfetos de minérios de cobre (230,2%). A participação de produtos básicos aumentou em relação ao período anterior, passando de 21,3% para 34,2%.

Tabela 3
Importações por fator agregado
Bahia: Jan-jul 2003/2004 US$ 1.000 FOB

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	Var. (%)
Básicos	224.349	525.232	134,1
Industrializados (A+B)	826.836	978.709	18,4
Semimanufaturados (A)	39.846	27.693	-30,5
Manufaturados (B)	786.991	951.016	20,8
Total	**1.051.186**	**1.503.941**	**43,1**

Fonte: MDIC/SECEX

[8] Suzano Bahia Sul. Press Release de divulgação dos resultados do 2º trimestre. Disponível em: <www.bahiasul.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2004.

Quanto às vendas externas segundo segmentos de produtos (Tabela 4), os destaques foram: automotivo (88,1%); metalúrgicos (132,9%), em decorrência do crescimento das exportações de fios de cobre refinado (157,3%); grãos, óleos e ceras vegetais (100,7%), devido ao acréscimo das exportações de soja (360,7%) e bagaço/resíduos sólidos, da extração do óleo de soja (64,4%). Por outro lado, o destaque negativo das exportações foi a retração das vendas de derivados de petróleo, em 34,8%, e cacau e derivados, em 12,4%.

Apesar do grande volume e valor exportado do Estado pertencer às grandes corporações industriais, tem crescido significativamente a participação de novos produtos industrializados na pauta de exportação, oriundos dos pequenos e médios empreendimentos. Como resultado da diversificação industrial do Estado, já se contabilizam as exportações de calçados que, até então, têm uma pequena participação na pauta, de 1,3%.

Os investimentos do agronegócio também têm influenciado no crescimento das exportações, com o aumento do volume, do valor e da diversificação da pauta de exportação, que já apresenta, no período, uma participação de, aproximadamente, 30%. Os destaques são as exportações do grupo dos grãos e óleos vegetais, refletindo o dinamismo das lavouras de soja, milho e algodão. Note-se que, mesmo com a ocorrência de chuvas, as exportações aumentaram, no período de janeiro a julho de 2004, em relação a 2003.

Pelo lado das importações, segundo a Promo[9], a expectativa é que estas continuem crescendo no segundo semestre, principalmente por parte de grandes empresas exportadoras, pressionadas pelo crescimento tanto da demanda interna, quanto externa. Contudo, espera-se também que a tendência de crescimento do fluxo de comércio exterior possa ter impactos positivos na economia do Estado ainda este ano, visto que a previsão do PIB está em torno 4,0%.

Além da ampliação das importações de insumos industriais, a necessidade de modernização do parque industrial baiano, impulsionado pelos programas de incentivos fiscais do Estado, implica novas aquisições de máquinas e equipamentos para ampliação de unidades produtivas e, até mesmo, na implantação de novas indústrias, fato este que explica, num primeiro momento, o forte crescimento das importações de bens de capital, para que, num segundo momento, esses investimentos possam retornar através do aumento das exportações.

Comércio varejista

O comércio varejista na Bahia, pelo sétimo mês consecutivo, apresenta desempenho positivo, con-

[9] PROMO. Estatísticas baianas. Disponível em: <promoba.com.br>. Acesso em: 27 ago. 2004.

Tabela 4
Exportações por principais segmentos - Bahia: Jan-jul 2003/2004

Segmentos	US$ 1.000 FOB		VAR.(%)	PART.(%)
	2003	2004		
Químicos e petroquímicos	449.405	484.680	7,8	22,9
Automotivo	182.629	343.542	88,1	16,2
Derivados de petróleo	438.137	285.772	-34,8	13,5
Metalúrgicos	90.100	209.822	132,9	9,9
Grãos, óleos e ceras vegetais	85.706	172.044	100,7	8,1
Papel e celulose	147.267	159.795	8,5	7,5
Cacau e derivados	125.175	109.660	-12,4	5,2
Minerais	65.164	62.954	-3,4	2,9
Couros e peles	31.275	41.402	32,3	1,9
Sisal e derivados	30.895	39.311	27,2	1,9
Café e especiarias	15.849	29.715	87,5	1,4
Calçados e suas partes	13.715	28.367	106,8	1,3
Frutas e suas preparações	21.286	21.177	-0,5	1,0
Pesca e aqüicultura	15.764	16.112	2,2	0,8
Fumo e derivados	7.177	6.589	-8,2	0,3
Demais segmentos	76.453	105.541	38,1	4,9
Total	**1.795.997**	**2.116.483**	**47,8**	**100,00**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 12/08/2004
Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

firmando a tendência de retomada do nível de atividade. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, em junho, o estado baiano apresentou um acréscimo no varejo de 12,9%. No comparativo com igual período do ano anterior, o setor encerrou o primeiro semestre de 2004 acumulando variação positiva no volume de vendas, de 7,0% e de 1,8%, no acumulado dos últimos 12 meses.

Esse comportamento está coerente com as perspectivas mais favoráveis para o varejo nos seis primeiros meses do ano de 2004. Por atividade, os resultados para esse mesmo período, em relação a 2003, foram positivos para todos os segmentos que compõem o Índice de Comércio Varejista.

Para maiores detalhes, ler o artigo de Maria de Lourdes Caires, "Desempenho do comércio varejista do Estado da Bahia", nesta edição da Conjuntura & Planejamento.

Agricultura

Ao contrário do observado na agricultura brasileira, na Bahia são poucas as ocorrências de atrasos devido às chuvas. O cenário torna propícia a expansão das lavouras de soja, milho e algodão, destaques nos resultados da produção baiana. As pragas da ferrugem asiática e do bicudo estão sendo controladas através de iniciativas estatais e privadas, demonstrando a importância dessas culturas. Outros produtos, como o feijão e a cana-de-açúcar, apresentam resultados diversos, com maior ou menor grau de influência das chuvas sobre os tratos culturais das lavouras.

O incremento estimado pelos indicadores da agricultura, nas principais lavouras, é de 19,9%. Tal resultado é influenciado, principalmente, pelas boas condições climáticas durante o primeiro semestre de 2004, pelos programas de controle de pragas e pela alta nos preços de algumas *commodities*.

A estimativa de colheita de grãos, para a safra 2004, é de 5,3 milhões de toneladas, o que representa um acréscimo de 53,7% comparativamente à do ano passado, estabelecendo um novo recorde de produção no Estado. O total de área plantada de grãos – cerca de 2,7 milhões de hectares – é maior em 5,0% do que o total de área plantada em 2003, e o rendimento médio por hectare é de 2.042 kg, aumentando em 40,25% com relação à safra passada.

Ao analisar-se por produtos, conforme indicado na Tabela 5, observa-se que a produção de soja na região oeste apresenta estimativa de elevação da produção em 52% em relação a 2003, atingindo 2,4 milhões de toneladas, segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, realizado em julho. As chuvas verificadas nos cerrados baianos aparentemente pouco afetaram a lavoura, apesar dos atrasos observados na colheita, nos primeiros meses do ano, quando impediram a operacionalização das máquinas colheitadeiras. Soma-se aos bons resultados dessa oleaginosa o controle da ferrugem, através de programas de capacitação e treinamento de produtores. Embora se verifique redução da área plantada de 850 mil ha para 821 mil ha, o aumento da produção deve-se ao aumento do rendimento da lavoura por hectare (de 1,8 ton./ha, em 2003, para 2,8 ton./ha, em 2004).

A lavoura de milho apresenta estimativa positiva, de acordo com o LSPA/IBGE (Tabela 5). A produção deve ultrapassar as 1,7 milhão de tonelada, representando elevação de 42,5% em relação a 2003. Os resultados devem-se aos processos de rotação de culturas entre milho e soja e, em parte, pela redução da área plantada desta última, refletindo os prejuízos causados pela propagação da ferrugem da soja no ano anterior.

Para a lavoura de feijão, as estimativas são de incremento na produção baiana em 27,7%, bem como na área plantada (5,1%) e no rendimento (23,7%). Existe ainda a expectativa de chuvas regulares para o segundo semestre, uma vez que a terceira safra encontra-se no estágio de floração, necessitando de chuvas em volume adequado e bem distribuídas[10].

No caso da cana-de-açúcar, diferentemente do observado em outras regiões do país, as expectativas são de aumento da safra. Com quase 5 milhões de toneladas para 2004, de acordo com o LSPA/IBGE (Tabela 5), os produtores baianos se beneficiam do aquecimento dos preços do açúcar no mercado nacional no mês de julho – que retorna ao patamar de agosto de 2003, cerca de R$ 30,00 pela saca de 50 kg, segundo o indicador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA/ESALQ). Esse fato é atribuído à menor oferta, dado o atraso da colheita. No campo institucional e de pesquisa, destaca-se a criação do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), parceria firmada entre a EMBRAPA e a Copersucar para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. Com três

[10] CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <www.conab.gov.br > Acesso em: 25 ago. 2004.

Tabela 5
Estimativas de produção física, áreas plantadas e colhidas e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia: 2003/2004

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2003[1]	2004[2]	Var. (%)	2003[1]	2004[2]	Var. (%)	2003[1]	2004[2]	Var. (%)	2003[3]	2004[3]	Var. (%)
Mandioca	3.908.276	4.373.888	11,91	335.414	345.057	2,87	330.614	345.057	4,37	11.821	12.676	7,23
Cana-de-açúcar	4.566.742	4.966.198	8,75	82.887	85.810	3,53	82.887	85.810	3,53	55.096	57.874	5,04
Cacau	110.392	110.653	0,24	495.123	487.546	-1,53	486.285	487.546	0,26	225	227	0,87
Café	130.095	143.497	10,30	144.103	145.345	0,68	144.289	145.345	0,73	902	987	9,50
Grãos	**3.479.792**	**5.347.994**	**53,69**	**2.596.935**	**2.727.433**	**5,03**	**2.389.577**	**2.618.599**	**9,58**	**1.456**	**2.042**	**40,25**
Algodão	276.337	692.662	150,66	86.303	202.887	135,09	85.744	202.887	136,62	3.223	3.414	5,93
Feijão	354.582	452.777	27,69	803.835	845.100	5,13	728.667	752.228	3,23	487	602	23,69
Milho	1.219.318	1.738.631	42,59	797.806	796.986	-0,10	675.925	781.186	15,57	1.804	2.226	23,38
Soja	1.555.500	2.364.480	52,01	850.000	821.000	-3,41	850.000	821.000	-3,41	1.830	2.880	57,38
Sorgo	74.055	99.444	34,28	58.991	61.460	4,19	49.241	61.298	24,49	1.504	1.622	7,87
Total	**12.195.297**	**14.942.230**	**22,52**	**3.654.462**	**3.791.191**	**3,74**	**3.433.652**	**3.682.357**	**7,24**	**3.552**	**4.058**	**14,25**

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA
[1] Estimativas do GCEA/IBGE, safra 2003 (dados sujeitos a retificação)
[2] Estimativas do GCEA/IBGE, julho/2004 (dados sujeitos a retificação)
[3] Rendimento = produção física/área colhida

unidades de pesquisa em São Paulo e uma no município de Camamu, na Bahia, o CTC tem como objetivo desenvolver e expandir conhecimento técnico e tecnologia para melhorar a produção, produtividade e transformação da cana-de-açúcar[11].

Já a lavoura cafeeira apresenta previsão de crescimento de 10% da produção física, explicado por semelhante crescimento no rendimento da lavoura por hectare. O estado possui reconhecimento no país como grande produtor de cafés especiais, destinados ao mercado internacional. Esse mercado tem conseguido gerar alguns bons resultados, apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores.

As estimativas de produção de mandioca, em 2004, são de 4,4 milhões de toneladas, com variação positiva de 11,9% em relação a 2003. Os preços são ainda inferiores, entre R$ 100,00 e R$ 160,00 por tonelada. Os preços da farinha, no estado, também continuam em queda, sendo o saco de 50 kg comercializado a R$ 35,00.

Os números para o algodão, do LSPA/IBGE, apontam um aumento de 150% no comparativo 2003/2004. Os agricultores baianos mais que duplicaram a área plantada, com elevação de 135% (superando os 200 mil hectares), alcançando 692,2 mil toneladas. Os cerrados do oeste apresentam bons resultados para a lavoura, mas destacam-se também o Vale do Iuiú e a região de Guanambi, no Sudoeste[12].

Conclusão

Os resultados referentes aos indicadores de atividade econômica, observados nas seções acima, confirmam a tendência de crescimento da economia brasileira e baiana. Entre os fatores que contribuem para esse desempenho destacam-se a manutenção dos níveis de exportações e a recuperação da demanda interna, principalmente a partir do último trimestre de 2003. Nesse sentido, ressaltam-se o crescimento das vendas no varejo e o desempenho de setores industriais tipicamente voltados para o mercado doméstico, como é o caso do segmento varejista de móveis e eletrodomésticos e do setor industrial de refino de derivados de petróleo no estado da Bahia, favorecidos pela expansão do crédito e, mais recentemente, pela recuperação dos rendimentos reais e do nível de emprego. A produção agrícola também vem apresentando estimativas favoráveis para mais uma produção recorde na safra 2004. ■

[11] CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br > Acesso em: 25 ago. 2004; BAHIA deve ampliar cultivo da cana. A Tarde, Salvador, 20. ago. 2004.

[12] BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br > Acesso em: 27 ago. 2004.

A Bahia ocupa 6,64% do território brasileiro e 36,34% da região nordeste.

Seu principal ramo de exportação é o químico e petroquímico.

27,1% da população baiana têm renda de até 1 salário mínimo.

1,6% da população baiana ganham mais de 20 salários.

Quer saber mais sobre a Bahia?

Leia a revista Bahia em Números 2003 e conheça os principais aspectos territoriais e sócio-econômicos do estado referentes ao último ano. Um retrato estrutural da Bahia em forma de mapas e números.

Confira no site www.sei.ba.gov.br ou adquira o seu exemplar na biblioteca Rômulo Almeida (SEI).

SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

Adquira seu exemplar na Biblioteca Rômulo Almeida da SEI
Tel: (71) 3115 4847 www.sei.ba.gov.br

Conjuntura Econômica Baiana

No primeiro semestre de 2004, a economia baiana apresentou resultados positivos nos seus principais indicadores. A produção industrial registrou crescimento de 10,0%, enquanto que atividade comercial cresceu 7,0%. Da mesma forma, o comércio exterior continua apresentando resultados satisfatórios.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano até junho, variação positiva de 10,6% em relação ao mesmo período de 2003. O desempenho das indústrias de refino de petróleo e produção de álcool (15,2%), produtos químicos (9,8%) e de metalurgia básica (15,5%) foram determinantes na formação da taxa da indústria de transformação. Todos os demais itens registraram crescimento no período.

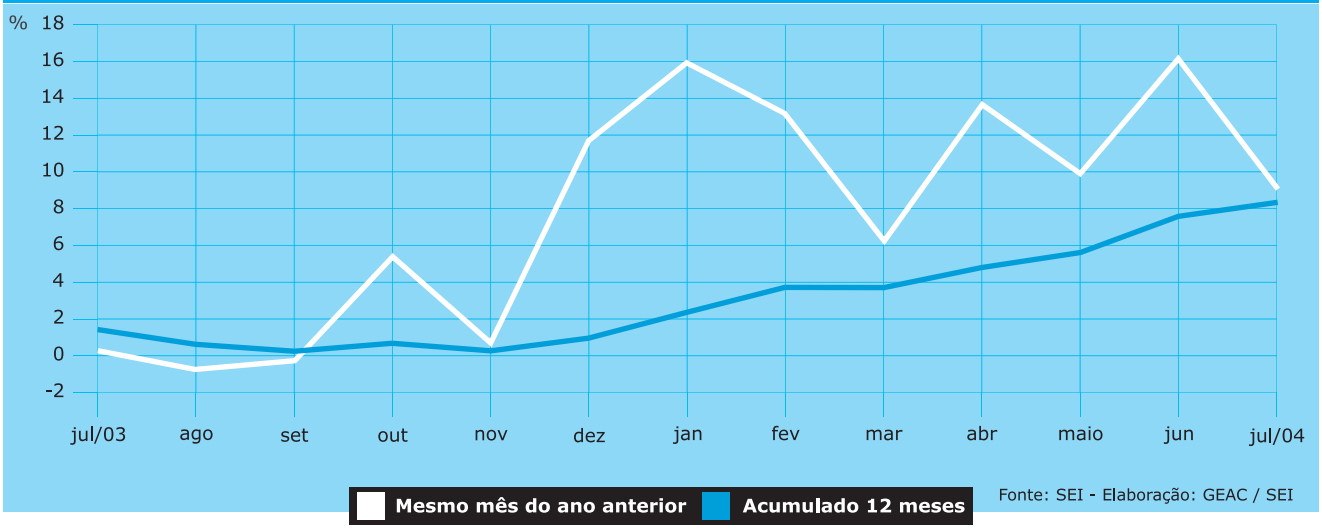
No comércio exterior, o ano de 2004 voltou a apresentar resultados satisfatórios na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido entre janeiro e julho, as exportações acumularam crescimento de 17,4%, enquanto que as importações aumentaram 43,0%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo acumulado de US$ 612,542 milhões.

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2004 até junho, apresenta taxa positiva de 7,0%. Contribuem para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (39,1%) e hipermercados e supermercados (6,0%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 27,3% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) para Salvador, que registrou inflação de 0,7% em julho, caiu para 0,45% em agosto. No período de janeiro a agosto, Salvador acumula alta nos preços de 5,1%. Nesse mesmo período, em 2003, o IPC-SEI apresentava taxa de 8,2%. Os grupos que possuem taxa abaixo da inflação geral, nos oito meses de 2004, são: alimentos e bebidas (3,1%), artigos de residência (3,6%) e vestuários (3,6%).

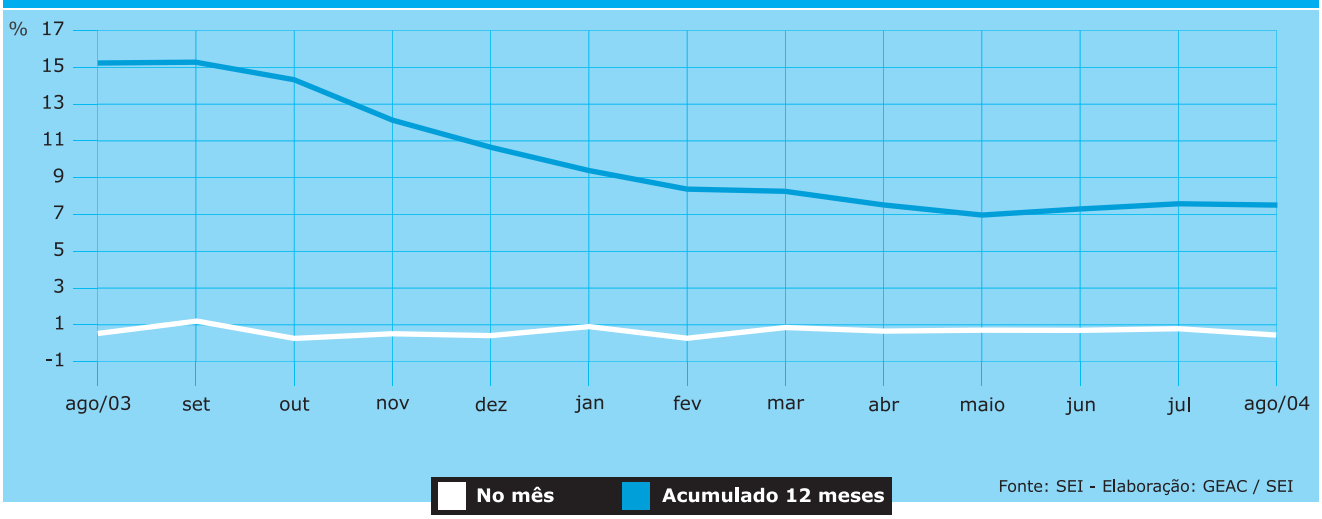
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 25,3%, em julho de 2004, com queda de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior, apresentando-se, no ano, com uma taxa média de 26,1%. No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 15,0%, em julho, para 14,9%, em julho. No mesmo período, a taxa de participação caiu de 62,2% para 62,1%. O número de ocupados cresceu 0,3% (de 1.266 para 1.270 pessoas) e houve um decréscimo de 0,1% na PEA.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



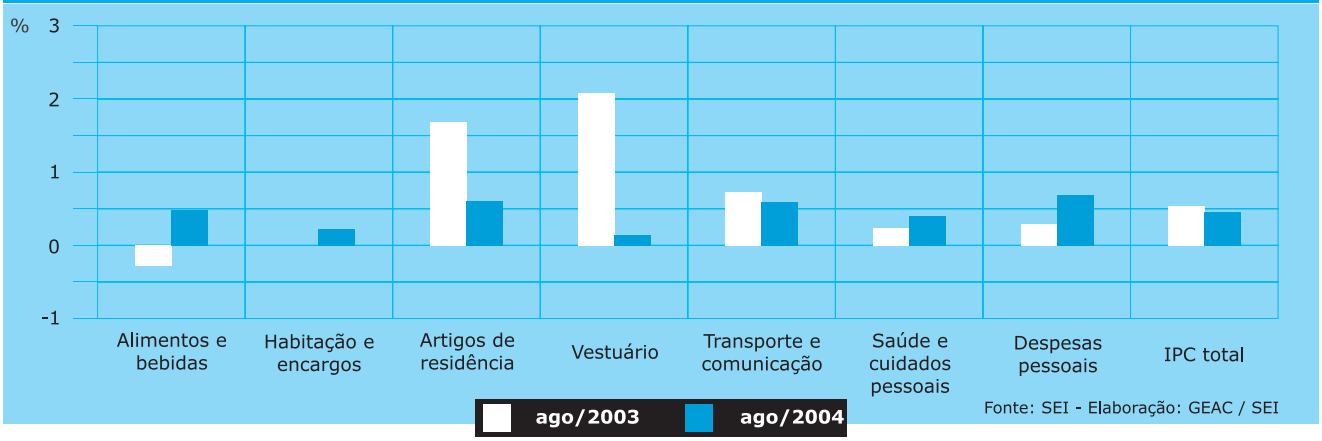
O Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, apresentou, no mês de julho, crescimento de 9,0% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar desste expressivo crescimento, o índice é menor do que o registrado no mês de junho, quando o mesmo teve crescimento de 16,3%. Com esstes resultados, no acumulado dos últimos 12 meses, o IMEC apresenta crescimento de 8,3%, confirmando a tendência de crescimento na movimentação econômica do município.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



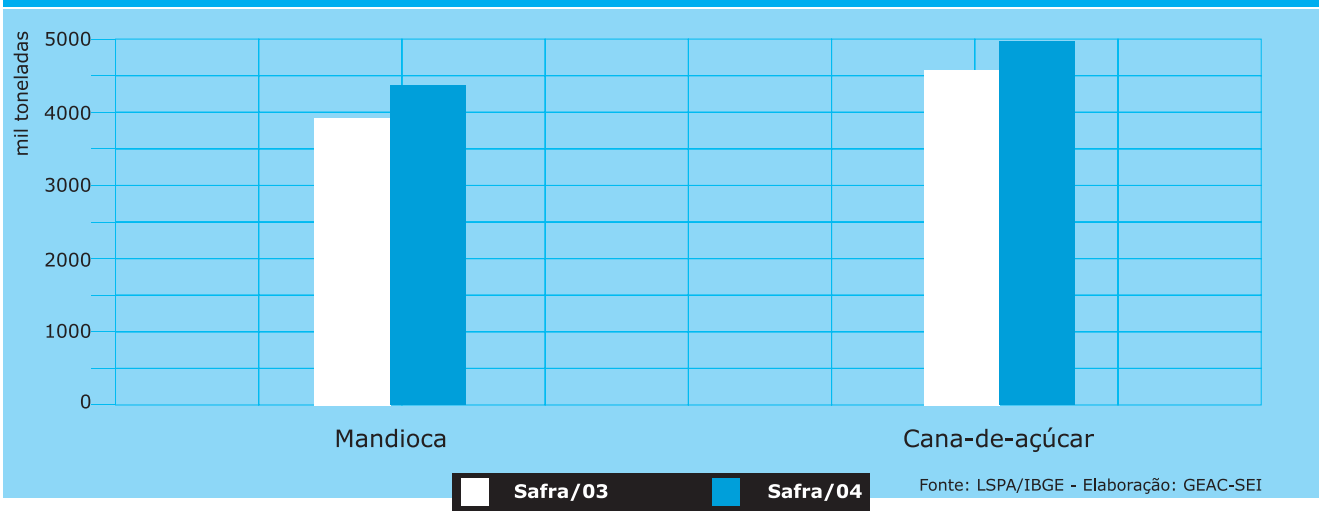
O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou, no mês de agosto, taxa de 0,45%, inferior ao resultado alcançado em junho (0,66%). Já no acumulado dos doze meses, o índice fechou em 7,5%, abaixo do acumulado dnos 12 meses até o mês de julho (7,6%), indicando recuo dos preços em Salvador. Os grupos transporte e comunicação (10,5%) e alimentos e bebidas (5,5%) foram os que mais pressionaram o índice; já artigos de residência (5,7%) foi o grupo que menos pressionou o índice, no mesmo período.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



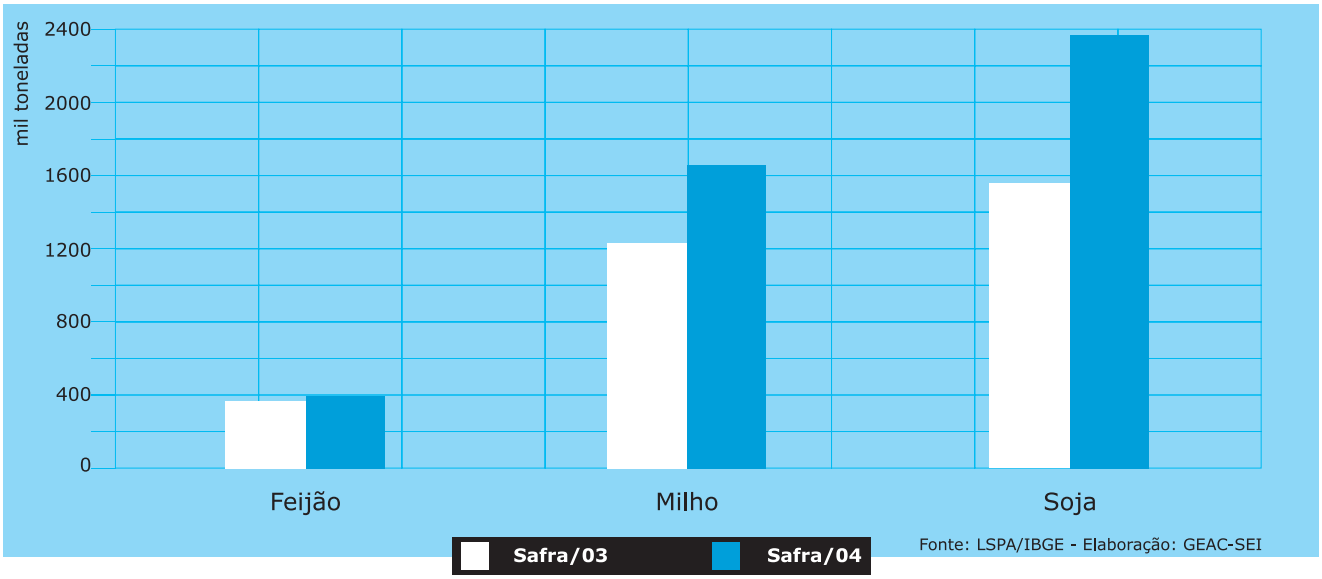
No mês de agosto, despesas pessoais (0,7%), artigos de residência (0,6%) e transporte e comunicação (0,6%) obtiveram os maiores aumentos de preços. Dentro desses grupos, os subitens serviços pessoais (1,7%), móveis (2,2%) e combustíveis (0,8%) apresentaram as maiores altas. O destaque ficou para o grupo vestuários, que apresentou a menor taxa de inflação (0,15%). A maior queda neste grupo ficou por conta do subitem roupas de homem (-0,2%).

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



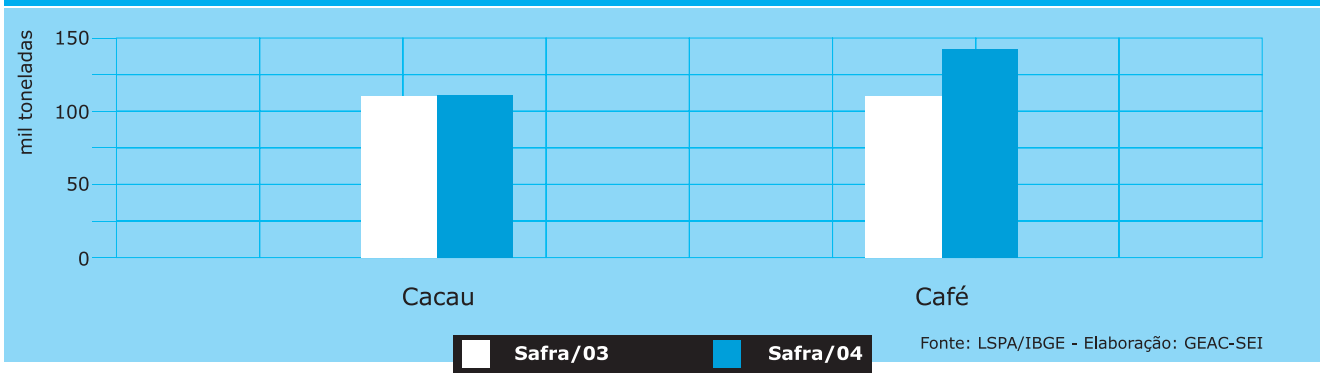
As estimativas da safra 2004 do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, do IBGE, realizadas em agosto, projetam elevação de 12% na produção baiana de mandioca. A trajetória ascendente dos preços da raiz repercute no aumento das áreas plantada e colhida (2,9% e 4,4%, respectivamente). Para a cana-de-açúcar, as estimativas são de aumento de 8,7% da produção em 2004. Aparentemente, na Bahia não ocorrem atrasos da colheita pelo excesso de chuvas, fato verificado em outras regiões produtoras do país.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



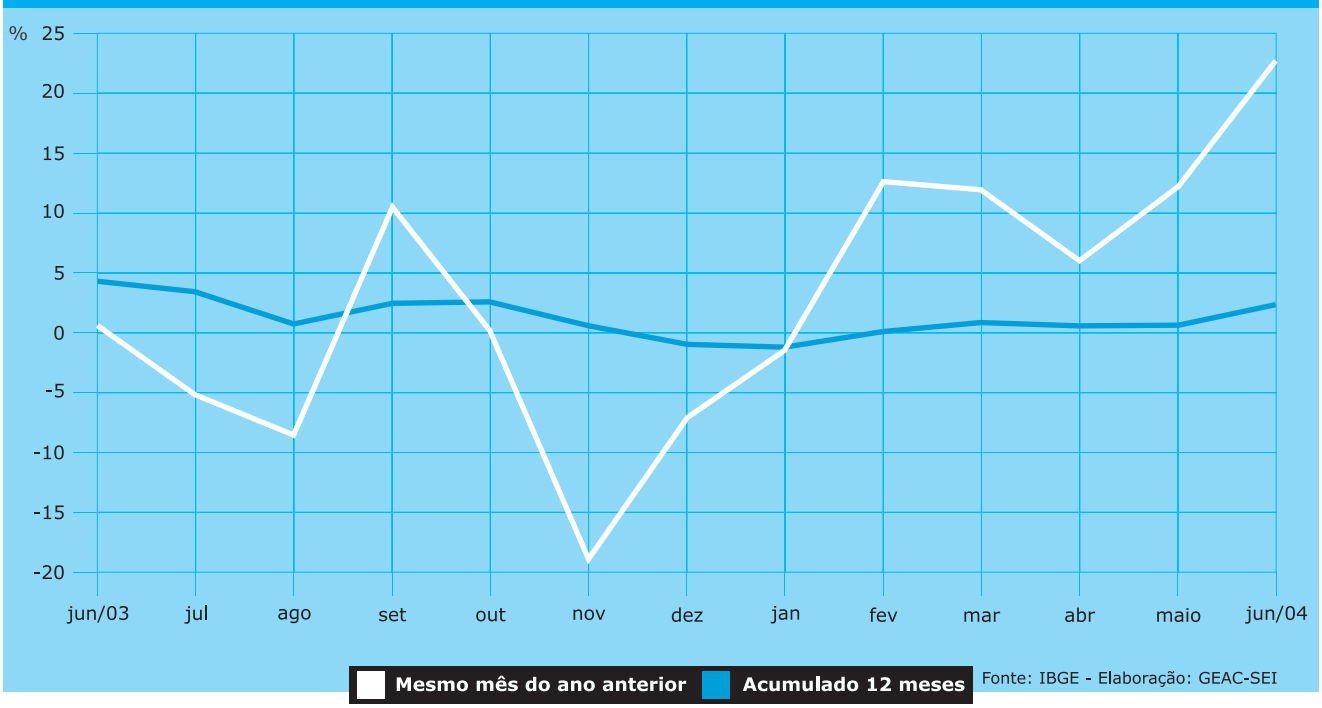
As estimativas do LSPA/IBGE apontam elevação de 9,6% para a safra de feijão em 2004. O resultado reflete o aumento de 12,2% no feijão 1ª safra e de 8,5%, na 2ª safra. As estimativas para a lavoura de milho são de expansão de 36,5% da produção, em relação à safra 2003, devido, sobretudo, à elevação em aproximadamente 45% do milho 1ª safra (colhido no verão). Para a soja, estima-se aumento de 52% da produção, resultado da combinação de preços internacionais favoráveis, programas e capacitações para o controle da ferrugem asiática.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Segundo o LSPA/IBGE de agosto de 2004, não há oscilação da produção cacaueira no comparativo 2003/2004. Aponta-se o endividamento dos produtores como o principal entrave à expansão da lavoura, restringindo investimentos em tecnologias e no controle de pragas. Para o café tem-se aumento de 30% da produção. A cafeicultura enfrenta período de preços baixos, devido à grande oferta. Espera-se que as demandas interna e externa sejam suficientes para elevar e manter os preços do grão, remunerando, mesmo parcialmente, os produtores.

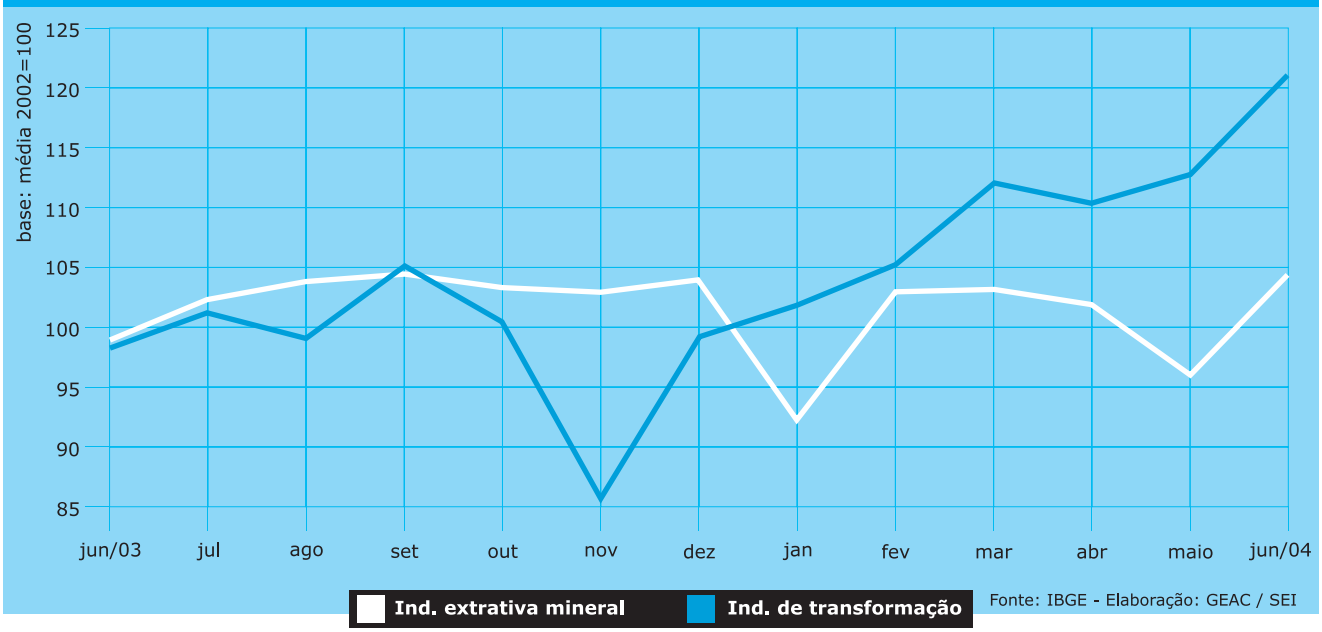
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: GEAC-SEI

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que, em junho, a produção industrial do setor de transformação baiano registrou crescimento de 22,7% em relação a 2003, mantendo a trajetória de expansão iniciada em fevereiro. Esse resultado fez com que a taxa acumulada nos 12 meses atingisse 2,5%. Esse desempenho revela que o setor encontra-se em recuperação, sobretudo, pelo bom desempenho dos setores de produtos químicos (5,0%), metalurgia básica (13,7%), celulose, papel e produtos do papel (4,7%) e veículos automotores (63,6%).

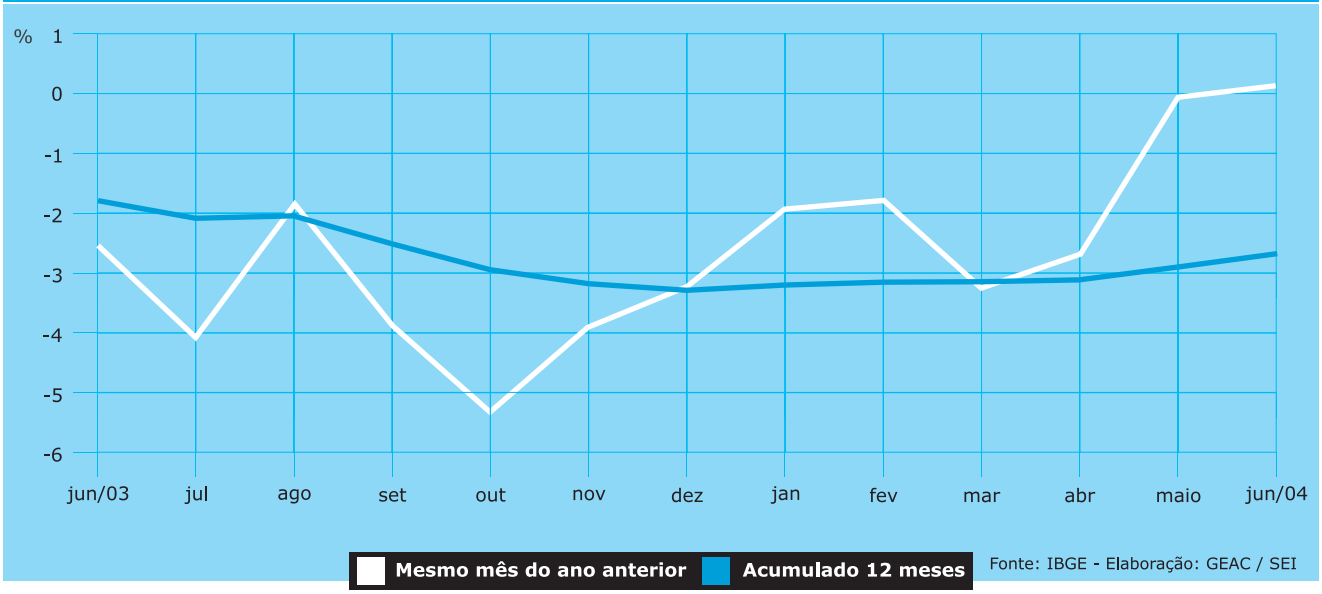
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: GEAC / SEI

A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em junho, mostrou acréscimo de 7,5%, com relação ao mês de maio. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas no mês foram: refino de petróleo e produção de álcool (9,0%) e metalurgia básica (5,8%). O setor extrativo mineral obteve significativo acréscimo entre maio e junho, de 9,1%, decorrentes, em grande parte, da extração de gás natural e óleos brutos de petróleo.

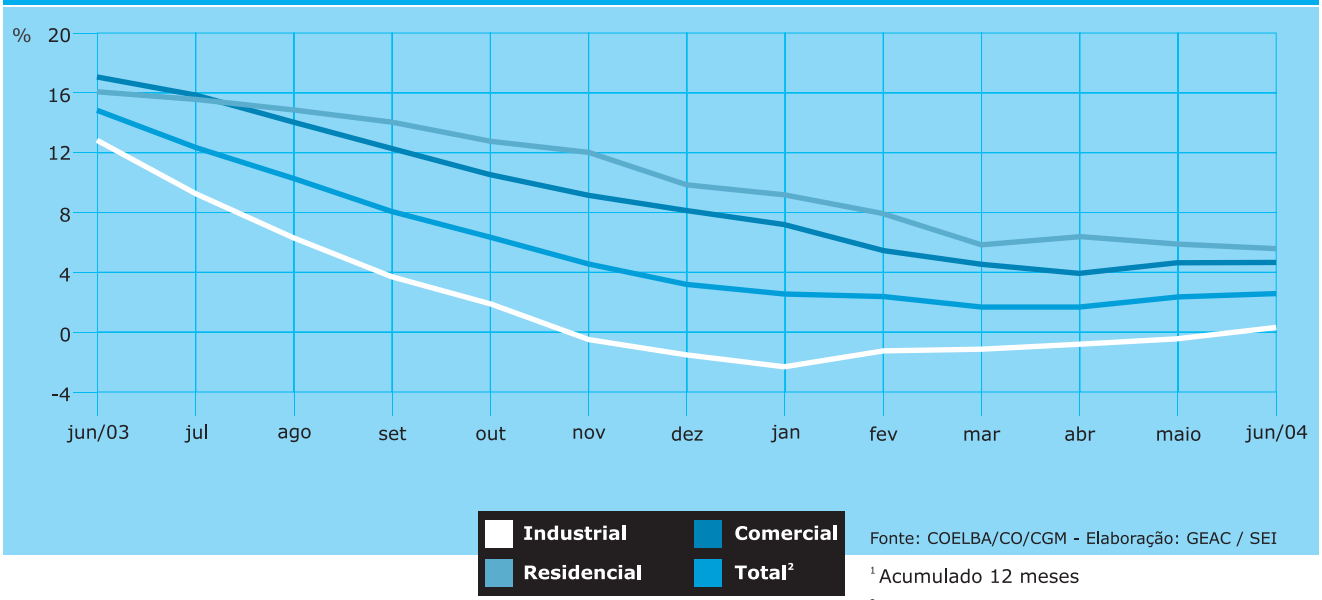
Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE - Elaboração: GEAC / SEI

O nível de emprego na indústria de transformação baiana tem apresentado uma trajetória de recuperação. Em junho, o resultado foi de 0,1% e, no mês anterior, observou-se uma taxa nula. Nos últimos doze meses, o emprego industrial acumula queda de 2,7%. Os setores que apresentam os maiores incrementos de pessoal ocupado são: calçados e couro (20,4%), têxtil (7,3%) e fumo (8,7%), enquanto que vestuários (-25,4%), minerais não metálicos (-7,6%) e borracha e plástico (-11,6%) registraram as maiores reduções no nível de emprego.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica[1] - Bahia



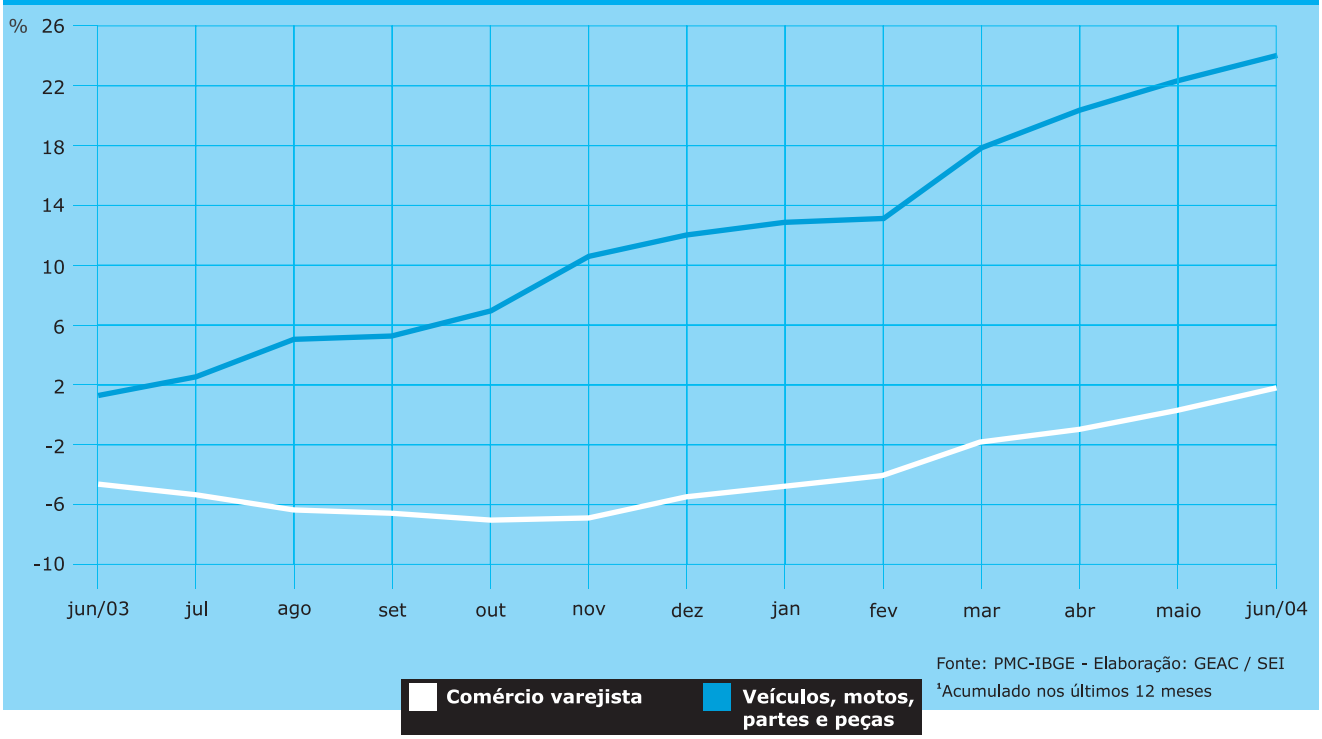
Fonte: COELBA/CO/CGM - Elaboração: GEAC / SEI

[1] Acumulado 12 meses

[2] Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

Segundo dados da Coelba, o consumo de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de junho, crescimento de 8,9%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, verificoua-se um crescimento de 2,7% no consumo. Dentre os principais setores, todos apresentaram crescimento, com destaque para o consumo industrial, que, após 7 meses de queda, registrou um ligeiro crescimento de 0,4%. Além disso, o consumo residencial apresentou crescimento de 5,5% no acumulado dos 12 meses.

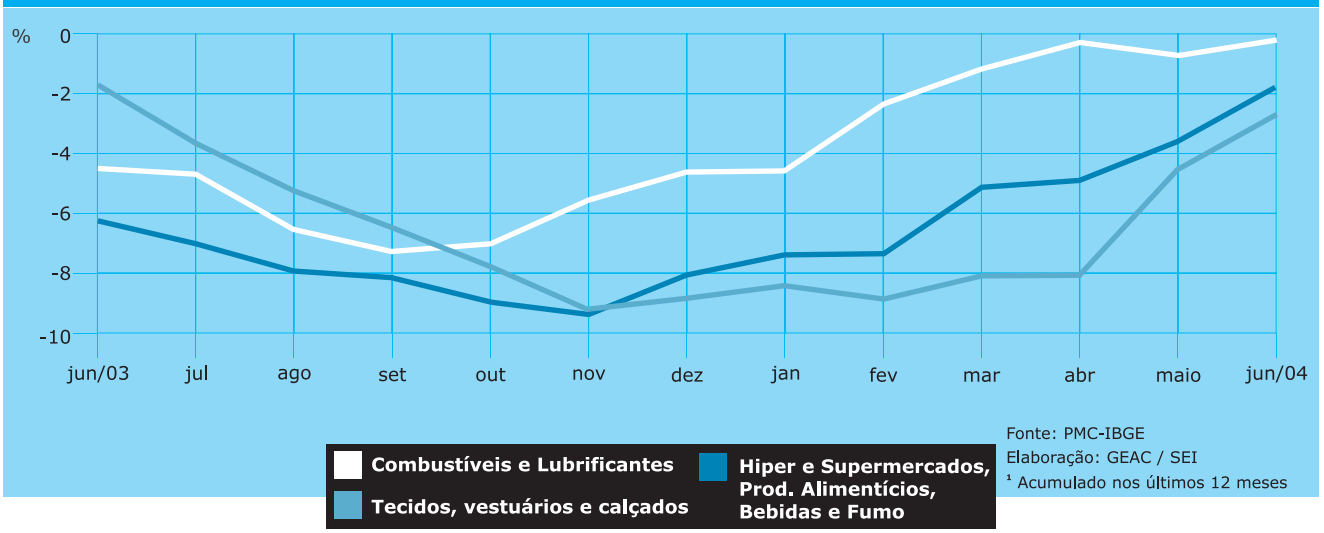
Taxa de variação de volume de vendas no varejo[1] - Bahia



Fonte: PMC-IBGE - Elaboração: GEAC / SEI
[1]Acumulado nos últimos 12 meses

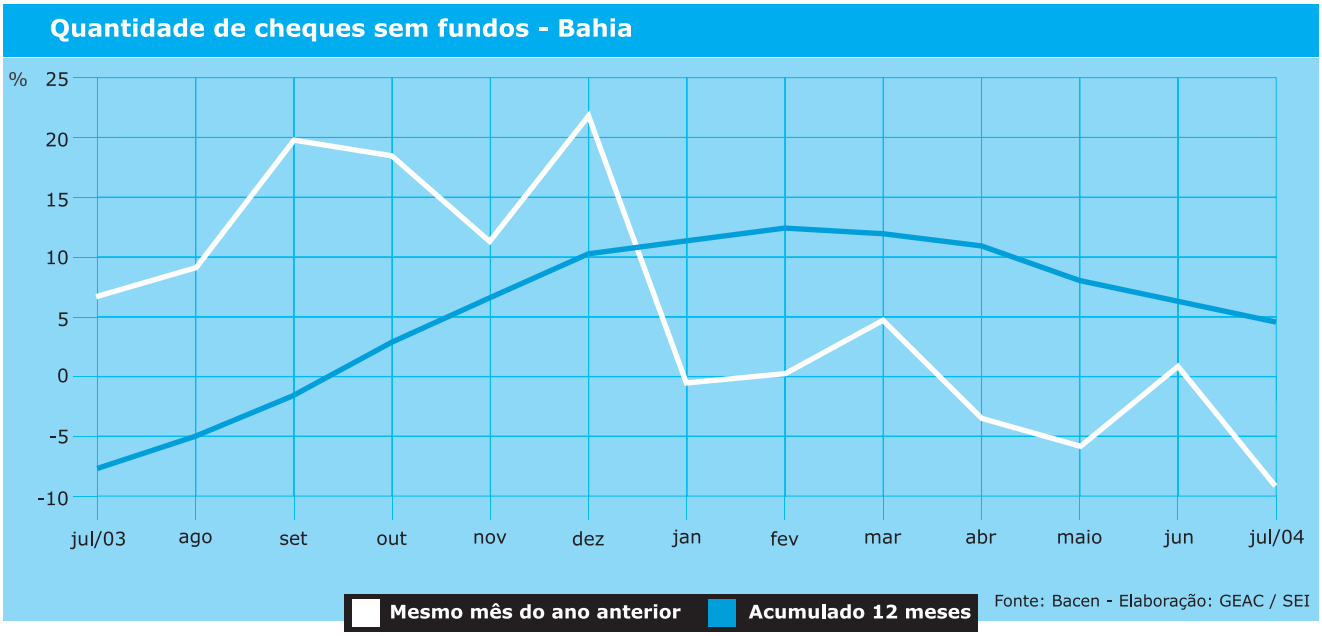
Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), em junho, o volume de vendas do comércio varejoista registrou mais um resultado positivo (12,9%), comparado com junho de 2003, encerrando o semestre com uma taxa de 7,0% em relação ao mesmo período de 2003. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas apresentaram a taxa positiva de 1,8%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 37,6% em relação a junho de 2003, acumulando variação positiva de 23,9% nos últimos 12 meses.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo[1]: principais segmentos - Bahia

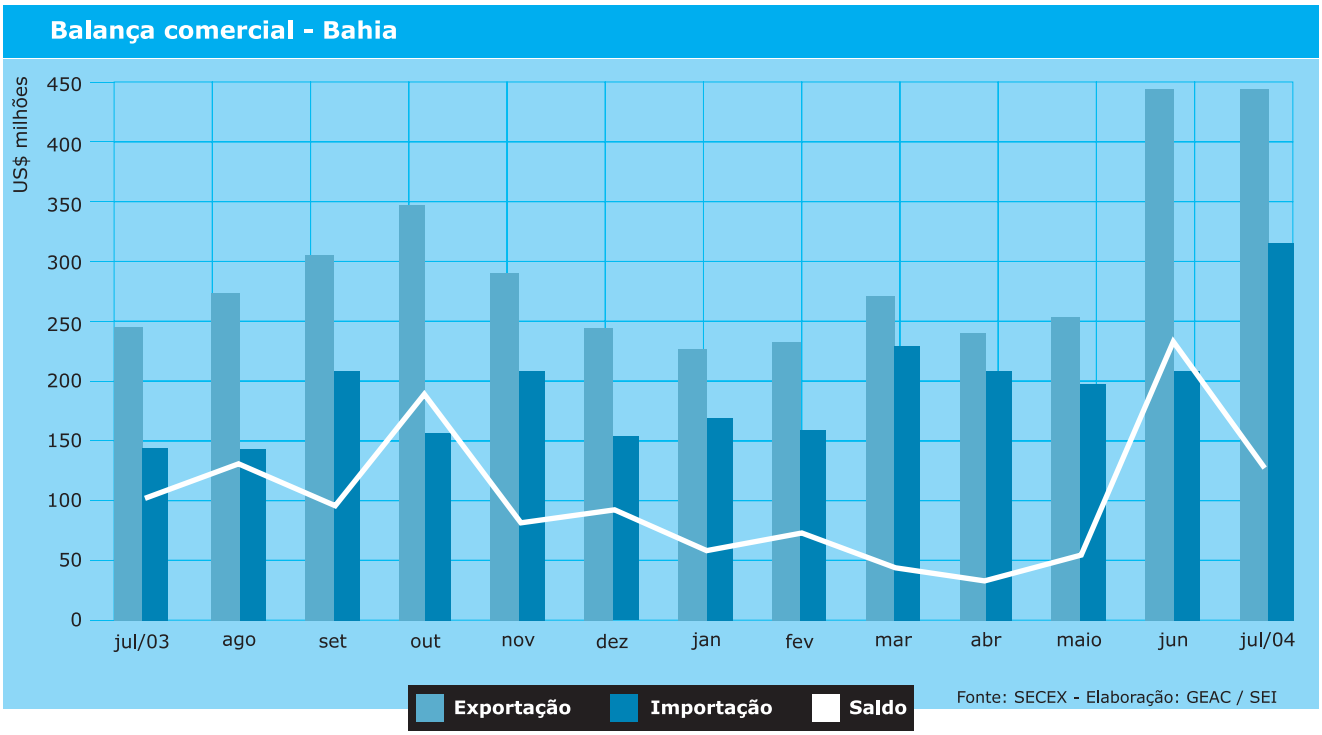


Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: GEAC / SEI
[1] Acumulado nos últimos 12 meses

No mês de junho de 2004, todos os segmentos que compõem o Indicador de Volume de Vendas registraram variação positiva, sendo destaque, novamente, o segmento de móveis e eletrodomésticos, com incremento expressivo de 52,2% em relação ao mesmo mês do ano passado, e o segmento de tecidos, vestuário e calçados com acréscimo de 12,1%, comparado a igual mês do ano anterior. O primeiro acumulou no período uma taxa de 39,1% e, para os últimos 12 meses, 20,2%, e o segundo 5,5% no acumulado do ano e, para os últimos 12 meses, uma variação negativa de 2,6%. Quanto ao desempenho semestral, todos os segmentos do varejo apresentaram resultados positivos.

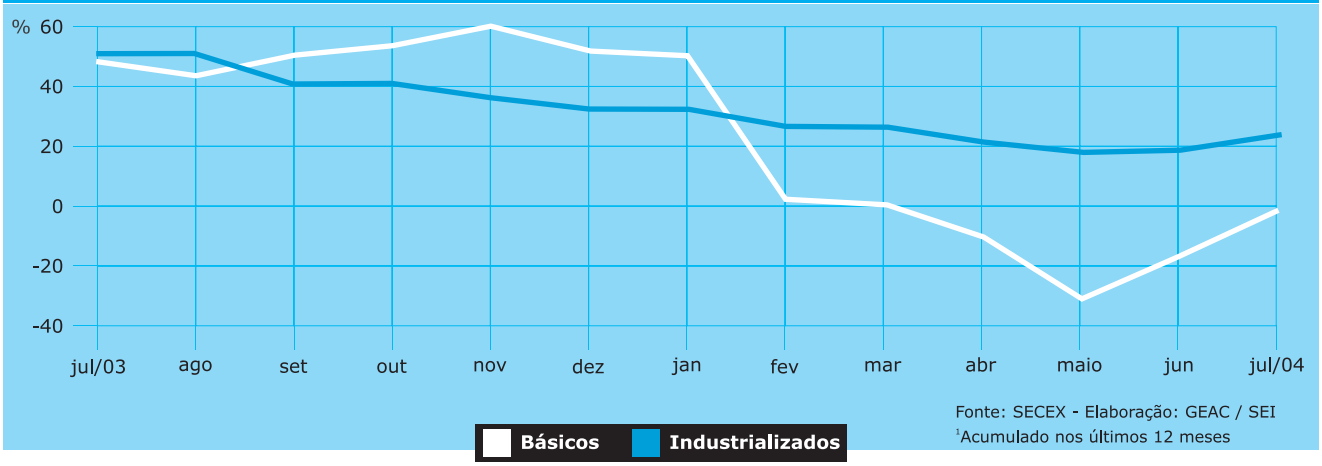


O volume de cheques sem fundos na Bahia registrou, no mês de julho, queda de 9,5% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Este é o mais baixo nível dos últimos 20 meses, quando o índice havia registrado queda de 12,8%. Em termos de quantidade, o índice representa um total de cheques devolvidos da ordem de 372.400 unidades. Com isto, no acumulado dos últimos 12 meses, o índice que, desde fevereiro de 2004, vem apresentando tendência de queda, fechou em 4,7%.



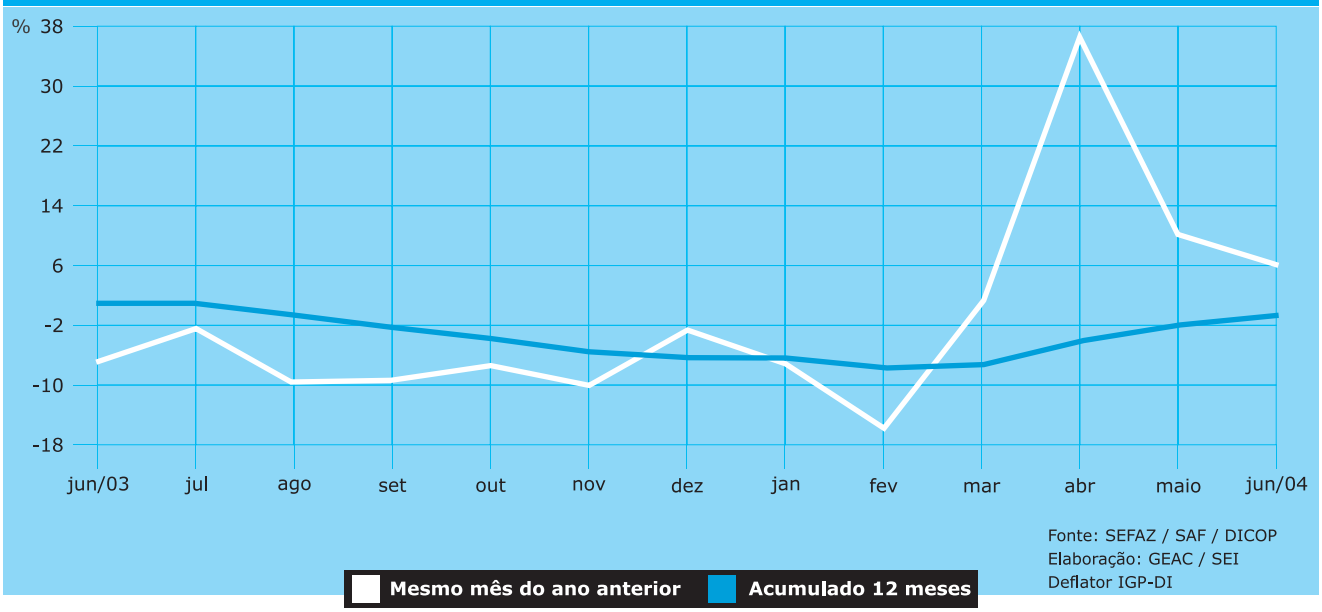
A balança comercial da Bahia registrou, em julho de 2004, um superávit de US$ 126,8 milhões, em decorrência das exportações, no valor de US$ 443,5 milhões, e importações, no valor de US$ 316,7 milhões. As importações registraram um recorde nos últimos doze meses, indicando uma tendência de recuperação da atividade econômica, com destaque para os produtos derivados de petróleo e minérios de cobre. Quanto à origem dos produtos adquiridos no exterior, destacam-se: Argentina,; Chile,; Argélia e Estados Unidos.

Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado[1] - Bahia



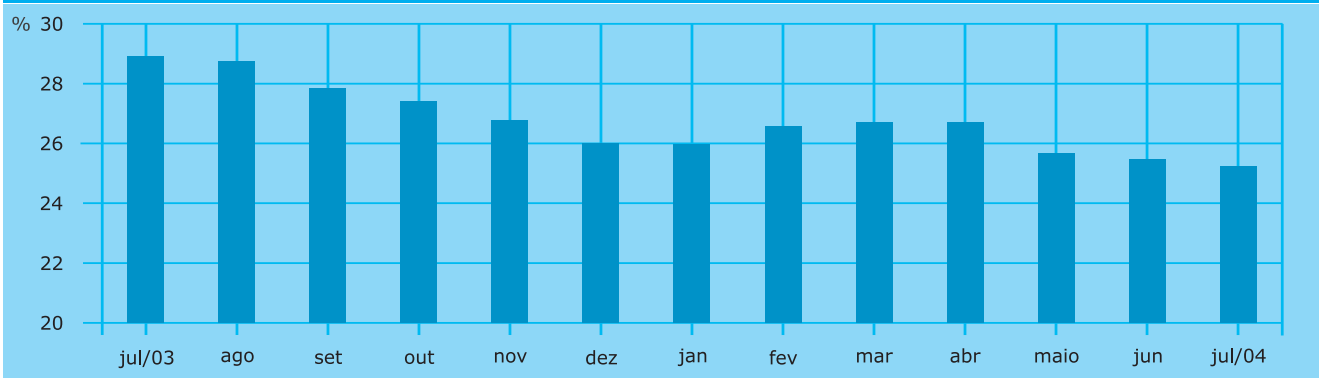
Segundo os dados das exportações baianas por fator agregado, a variação dos últimos doze meses para os produtos básicos registrou uma taxa negativa de 2,3%, apesar do aumento das vendas em relação ao mesmo mês do ano anterior (192,5%);, com esse desempenho as vendas alcançaram US$ 80,4 milhões. Já as vendas de produtos industrializados registraram um acréscimo de 24,1%, no mesmo período, alcançando cerca de US$ 356,6 milhões. Dentre os principais produtos, destacaram-se, os automóveis, os derivados de cobre e os produtos químicos.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de junho, um montante de R$ 531.331 milhões, o que representa um crescimento de 6,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar do crescimento verificado no mês, para os 12 meses, a arrecadação ainda continua apresentando resultados negativos, uma vez que, no período, registra-se queda de 1,0%. Entretanto, a tendência verificada nos 12 meses, é de que a arrecadação vem se recuperando, sinalizando para um crescimento positivo até o final do ano.

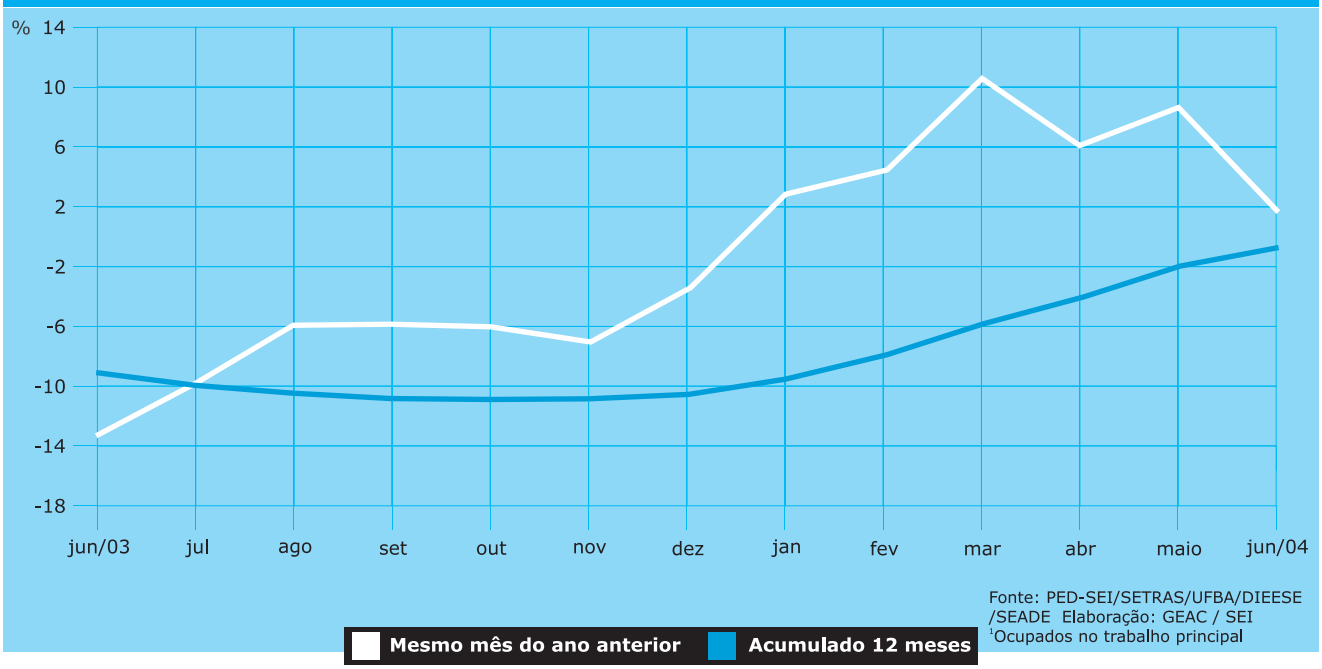
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC / SEI

A taxa de desemprego total, na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), alcançou 25,3% da PEA, em julho/04, revelando redução de 0,8%, comparando-se com junho do mesmo ano, e representa a menor taxa apurada nos meses de julho, desde 1997. Esse resultado é explicado pela criação de 4 mil postos de trabalho no período, onde o setor industrial teve participação preponderante, haja vista a variação positiva de 3,9% no nível de ocupação verificada no período.

Taxa de variação do rendimento médio real[1] - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: GEAC / SEI
[1]Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou crescimento de 3,33% em junho/04, comparando-se a junho/03; essa variação foi inferior à verificada em maio/04 e, no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa negativa de 0,87% até junho/04.

Desempenho do comércio varejista do Estado da Bahia - 1º semestre de 2004

Maria de Lourdes Caires*

Após experimentar, a partir de 1998, um longo período de queda sistemática no nível de atividade, acentuada consideravelmente no ano passado, parece que, em 2004, a esperada recuperação do comércio varejista do estado da Bahia vem se concretizando. Os sinais de aquecimento da atividade econômica, observados nos primeiros meses, foram determinantes para o setor encerrar o semestre acumulando variação positiva de 6,95% no volume de vendas. A expansão nos negócios também foi constatada em nível nacional. No mesmo período, o comércio varejista do país acumulou desempenho positivo mais relevante (9,33%).

Essas taxas, além de reforçarem as expectativas de que no segundo semestre os negócios serão mais favoráveis, constituíram-se nas mais expressivas apuradas pelo varejo desde 2001, quando teve início a Pesquisa Mensal do Comércio - PMC, realizada, em âmbito nacional, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cujos dados para o estado da Bahia são divulgados mensalmente, em parceria, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia- SEI, autarquia vinculada à SEPLAN.

Apesar da expansão nas vendas, não se pode abstrair que os resultados apurados pela pesquisa foram fortemente influenciados em base comparativa com o primeiro semestre de 2003, período em que o comércio varejista como um todo, assim como as demais atividades econômicas, apresentou intensa desaceleração. No ano passado, principalmente nos seis primeiros meses, a economia do país se encontrava praticamente estagnada: as perspectivas eram de retomada da inflação, a taxa de juros situava-se em 26,0% e o desemprego, aliado aos baixos rendimentos dos trabalhadores, provocaram consideráveis perda do poder de compra dos consumidores. Também deve-se considerar que, com a mudança do governo, o país convivia com incertezas em relação às medidas de políticas econômicas a serem adotadas pelas autoridades governamentais nos meses seguintes. Esses fatores foram preponderantes para inibir o consumo naquele ano.

Entretanto, 2004 demonstra ser propício à recuperação econômica, confirmada pelos resultados de indicadores que apontam a retomada do nível de atividade. A indústria vem apresentando um dos melhores resultados dos últimos anos, com crescimento da produção não só nos segmentos destinados às exportações, como também nos setores voltados ao mercado interno. O dinamismo desses segmentos é de extrema importância para o crescimento sustentado do país. Em razão do desempenho favorável do varejo nos últimos meses, as expectativas de representantes do setor são de que o consumo venha a se expandir com maior intensidade a partir do segundo semestre, período tradicionalmente mais propício à expansão do ritmo dos negócios. Esses prognósticos poderão se concretizar já que, após anos consecutivos de convivência com elevadas taxas de desemprego, os sinais de retomada do crescimento econômico em diversos setores de atividade vêm sendo responsáveis pela criação de novos postos de trabalho e, como conseqüência, com a elevação da massa sala-

* Técnica da GEPE/SEI

rial em circulação na economia. Nos últimos meses, indicadores que até então não projetavam indícios de recuperação, vêm sinalizando reação positiva, tais como: queda nos níveis de inadimplência e reposição de rendimentos dos assalariados.

O aumento do poder de compras das famílias será seguramente o principal fator a impulsionar a demanda nos próximos meses. Com perspectivas de renegociações salariais de diversas categorias profissionais e queda do desemprego, a tendência é que mais recursos serão injetados na economia. No entanto, esses recursos só poderão recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores se a inflação se mantiver estabilizada.

As alterações na política macroeconômica exercem acentuadas influências no comportamento do varejo, sobretudo no segmento de bens duráveis. Fatores como reduções da taxa de juros ao longo de 2003, ampliação da oferta de crédito e a gradual recuperação do emprego e da renda concorreram para o aquecimento das vendas no semestre. Ademais, deve-se considerar que, para motivar os consumidores, as constantes promoções têm sido uma estratégia amplamente utilizada pelos lojistas dos diversos segmentos. Tal procedimento refletiu na queda dos Índices de Preços que medem a inflação em Salvador. Diante da necessidade de ampliar o capital de giro das empresas e reduzir os estoques, os empresários vêm optando por baixar os preços de seus produtos, muito embora tendo como conseqüência a redução das margens de lucro.

Em meados dos anos 1990, e por alguns anos seguidos, o comércio varejista liderou o crescimento da economia. Porém, no fim da década, começou a apresentar sucessivos resultados negativos que, na avaliação de empresários, foram creditados à política econômica vigente no País, principalmente em razão da carga tributária e das elevadas taxas de juros, dificultando, nas instituições financeiras, a captação de recursos destinados ao giro das pequenas e médias empresas. Quanto aos juros cobrados no crédito direto ao consumidor, mesmo com as reduções gradativas a partir de junho de 2003, mantêm-se num patamar elevado. Segundo os lojistas, a inadimplência, apesar da queda, ainda impede maior redução dos encargos financeiros.

O aumento do poder de compras das famílias será seguramente o principal fator a impulsionar a demanda nos próximos meses.

Ao estabelecerem os juros do crediário e dos empréstimos, o comércio varejista e o mercado financeiro adotam como parâmetro a taxa básica de juros da economia, fixada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), a qual, desde abril, situa-se em 16,0% ao ano. Para manter a inflação sob controle, que é o objetivo do sistema de metas inflacionárias, as autoridades monetárias têm sido cautelosas ao reduzir a taxa Selic.

Os dados apurados para o volume de vendas acumulado, no primeiro semestre, apontam o fim de um ciclo de retração no nível de atividade do comércio varejista do estado da Bahia, apesar de a totalidade dos segmentos pesquisados apresentar expansão no ritmo dos negócios. Os destaques ficaram por conta dos expressivos desempenhos positivos do segmento de bens duráveis: Móveis e eletrodomésticos (39,07%) e Automóveis e motos, partes e peças (27,25%). Em que pese esse último ramo não compor o Indicador do varejo, a pesquisa o investiga dada a sua importância no contexto do comércio.

Após acumular, nos últimos anos, acentuadas quedas na receita bruta, os sinais de retomada da economia em 2004 vêm-se refletindo positivamente no segmento de Móveis e eletrodomésticos, que contabilizou, no semestre, considerável acréscimo no volume de vendas, comportamento também observado pelo IBGE em termos nacionais. O segmento de bens duráveis constitui-se no mais dinâmico da economia e as transações comerciais são basicamente atreladas ao crediário, comprovado pelo maior número de consultas ao Serviço Nacional de Proteção ao Crédito (SPC). A política macroeconômica do País foi determinante para obtenção do desempenho favorável, ou seja: maiores facilidades de acesso ao crédito, retomada do processo gradual de recuperação da renda e juros mais baixos, pois se comparados com os praticados pelo comércio em anos anteriores, esses tiveram, em 2003, reduções significativas. Merece destacar que, nos últimos meses, a Serasa (Centralização dos Serviços Bancários S/A) vem registrando quedas no nível de inadimplência, que resultam da melhoria dos indicadores econômicos, contribuindo

A Serasa vem registrando quedas no nível de inadimplência, que resultam da melhoria dos indicadores econômicos.

para o retorno às compras daqueles consumidores anteriormente considerados inadimplentes.

Ademais, as perspectivas de estabilidade do emprego e a ampliação do prazo de financiamento contribuem para deixar os consumidores, principalmente os de baixa renda, mais confiantes ao comprometer parte de seus rendimentos mensais no pagamento da prestação de um bem, cuja demanda vinha sendo reprimida há anos. Muitas vezes, os mesmos não consideram o valor final do produto, seriamente onerado em razão do prazo mais elástico e dos encargos financeiros. Vale ressaltar que o aumento da demanda, principalmente por aparelhos eletroeletrônicos, concorreu para dinamizar a indústria nacional, possibilitando-a investir na produção e no lançamento de novos produtos no mercado.

Ainda no segmento de bens duráveis, o ramo de Automóveis e motos, partes e peças encerrou o semestre apresentando significativo acréscimo no volume de vendas. No âmbito da indústria automotiva, nos primeiros meses de 2004, a produção de automóveis atingiu um dos melhores desempenhos desde 1997, ano em que alcançou recorde histórico. Importa destacar que a montadora, situada na Região Metropolitana de Salvador, registrou, nos últimos meses, níveis consideráveis de unidades produzidas. Contudo, apesar da relevância das vendas no mercado interno, contabilizou-se, no desempenho das montadoras, parte da produção destinada à exportação.

O acréscimo nas vendas de automóveis teve como justificativa a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que vigorou até fevereiro; a queda na taxa de juros; a ampliação do prazo de financiamento; e as promoções, oferecendo vantagens na aquisição do carro novo. Diante da acirrada concorrência, as concessões de bônus e descontos nos preços tornaram-se inevitáveis. Esses fatores, somados à expectativa dos potenciais compradores na recuperação da economia, conseguiram incentivá-los a assumir um financiamento. Trata-se de bens de elevado valor unitário e destinados preferencialmente às camadas de rendas mais altas. Cerca de 75% da comercialização, principalmente no segmento dos chamados “carros populares”, os quais respondem por significativa parcela das receitas auferidas pelas concessionárias, são financiadas.

Embora em menor intensidade que no segmento de bens duráveis, a pesquisa revelou que os ramos que dependem diretamente da renda dos trabalhadores começaram a apresentar recuperação mais consistente, a saber: Tecidos, vestuário e calçados (5,52%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,89%), embora no subgrupo de Hipermercados e supermercados observou-se crescimento mais expressivo (5,97%); e Combustíveis e Lubrificantes (0,41%).

Em 2003, nos segmentos influenciados pelo poder de compra dos consumidores, como os que comercializam alimentos e vestuário, observaram-se as mais acentuadas taxas de desaceleração nas vendas. Entretanto, nos primeiros meses deste ano, o segmento de Tecidos, vestuário e calçados começou a se beneficiar das condições mais favoráveis da renda real do trabalhador e do emprego. Além disso, o mês de maio confirmou as expectativas dos lojistas, quando a comercialização desses artigos, em função de períodos de sazonalidade, tradicionalmente atingem níveis elevados. A magnitude do desempenho dos negócios, naquele mês, contribuiu para elevar as receitas brutas do setor no semestre. Ao longo dos primeiros meses deste ano, os lojistas do ramo realizaram várias liquidações, destacando-se a Liquida Salvador, envolvendo os diversos segmentos varejistas e, principalmente, as lojas que comercializam esses artigos. Diante do resultado positivo, pode-se afirmar que as promoções vêm se constituindo num importante instrumento de indução das vendas.

Nos últimos três anos, as sucessivas quedas no volume de vendas do grupo de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo provocaram impactos negativos na formação da taxa global que mede o comportamento do varejo, já que, na estrutura do comércio varejista baiano, o mesmo constitui-se na atividade mais representativa. A predominância do grupo é a comercialização de gêneros de primeira necessidade, para os quais as vendas são impulsionadas quando há aumento do poder aquisitivo de parcela expressiva dos consumidores. Dentre as empresas pesquisadas nesse grupo destaca-se

a rede supermercadista administrada pelo governo do estado, Cesta do Povo. Vários desses estabelecimentos encontram-se instalados num grande número de municípios baianos e direcionados a atender, principalmente, a população de baixa renda, já que comercializam essencialmente gêneros alimentícios. O desempenho nas vendas dessa rede é de grande importância no contexto do segmento varejista. As taxas de crescimento do grupo, nos primeiros meses, foram mais modestas que as observadas em outros segmentos pesquisados; entretanto, apontam uma inversão da tendência de desaquecimento das vendas, cuja trajetória de comportamento ascendente deverá se acentuar nos próximos meses.

Inversamente ao que ocorre com o segmento de bens duráveis, em que as vendas são essencialmente a prazo, o segmento de bens de consumo não-duráveis apresenta elevada liquidez, já que comercializa seus produtos basicamente à vista. No subgrupo de Hipermercados e supermercados, o funcionamento de algumas lojas ininterruptamente, a diversidade de produtos comercializados e as constantes promoções empreendidas pelas grandes redes conseguiram impulsionar as vendas nos primeiros meses do ano.

Também o parcelamento das compras através de cartão de crédito, de produtos de maior valor, como eletrodomésticos, tem sido uma estratégia para aquecer as vendas. Como se sabe, o segundo semestre é mais favorável ao desempenho do comércio varejista. Por outro lado, as perspectivas de recuperação do emprego e da renda tornam o cenário mais propício aos reajustes de preços, sobretudo num momento de recuperação da economia brasileira, o que vem causando apreensão nas autoridades governamentais. Pois, caso ocorram remarcações de preços, essas refletirão na inflação dos próximos meses, comprometendo a meta estabelecida para este ano e impedindo a redução da taxa de juros. ■

Conheça os serviços que vão

Impulsionar a economia da RMS

Leia a SEP 70 - Serviços Estratégicos na RMS e fique por dentro das tendências para as economias metropolitanas nos próximos anos. A publicação identifica, na Região Metropolitana da Salvador, os segmentos do setor de serviços mais dinâmicos e com maior poder de geração de riqueza na atualidade. Confira já, no site www.sei.ba.gov.br.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Pólo de Informática de Ilhéus*

Milena Souza França**

A produção cacaueira no sul do estado da Bahia, que tornou a região conhecida internacionalmente, passou por uma séria crise na década de 1980: as lavouras foram atacadas pela vassoura-de-bruxa, além de outras pragas, e a concorrência africana e asiática inviabilizaram a produção, tornando a atividade pouco lucrativa, acirrando bastante a competitividade devido aos preços reduzidos praticados no mercado internacional.

A decadência da monoprodução cacaueira, ainda sustentáculo da economia local, trouxe para a região uma forte desestruturação da base política, econômica e social. A diminuição da produtividade e a retração da atividade econômica dos municípios de Ilhéus e Itabuna acarretaram um aumento gradativo do desemprego na zona rural.

Como alternativa de retomada do desenvolvimento para a região, políticas de incentivos específicas a determinados segmentos foram iniciadas pelo governo do estado da Bahia, possibilitando ao setor de informática despontar com grandes possibilidades de expansão. Para tanto foi criado, em 19 de junho de 1995, através do decreto nº 4.316, o programa estadual de incentivo às indústrias de informática, eletrônica e telecomunicações, com o intuito de atrair unidades produtivas do setor de informática e eletroeletrônicos, com alto nível tecnológico, para o distrito industrial de Ilhéus. O programa objetivava, também, a diversificação da região e a redução do desemprego vigente. Esta estratégia governamental possibilitou que diversas empresas se implantassem no município, iniciando a constituição de um Pólo de Informática.

Os incentivos recebidos, aliados à infra-estrutura já existente, como acesso viário, energia, telefonia, localização para novas unidades ou aproveitamento de estruturas fabris, aeroporto, rodovias pavimentadas, porto e universidade, constituíram-se como fortes captadores de empresas para este programa, assim como a existência de mão-de-obra a custos mais baixos que no centro-sul do país.

Apesar da existência dos fatores aglomerativos citados anteriormente, o maior motivo de atração das empresas ao Pólo de Informática de Ilhéus foi, sem dúvida, os incentivos fiscais oferecidos tanto a nível federal, quanto estadual e municipal.

Como incentivo do âmbito do governo federal, as empresas contam com a isenção de até 75% do imposto de renda até 2009. Outra vantagem diz respeito às empresas que possuem o Processo Produtivo Básico (PPB)[1], que podem utilizar, também até 2009, o valor pago do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para abater no PIS e na COFINS. Para usufruir deste incentivo é necessário o investimento de até 5% do faturamento, por ano, em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia da informação no país[2]. Tratando-se dos incentivos estaduais, o benefício é oferecido na forma de diferimento e crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 2009, recentemente prorrogado até 2014. O diferimento (adiantamento) do ICMS ocorre no momento em que a empresa importa peças ou componentes, recebendo o crédito presumido, no mesmo valor do imposto, quando ocorrer a venda de seus produtos, zerando-o[3]. Os benefícios concedidos pela prefeitura do município referem-se à isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo prazo de dez anos, aos estabelecimentos industriais dos ramos de informática e eletrônica que direcionem investimentos para o município[4].

Diante da possibilidade de um melhor cenário econômico, diversas empresas de capital estrangeiro

---

* Este artigo foi elaborado para atender ao requisito do II Curso de Extensão – Acompanhamento da Conjuntura Econômica, promovido pela Faculdade de Ciências Econômicas / UFBA e pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia / SEI, nos meses de abril, maio e junho de 2004.

** Economista e pós-graduada em Gestão Pública: Relações com Terceiro Setor na Ucsal (Cursando), mestranda em Ecomonia na UFBA como aluna especial e Técnica da Coordenação de Políticas Industriais da Superintendência de Planejamento Estratégico/ SEPLAN-BA (mfranca@seplan.ba.gov.br).

[1] Empresas com PPB são aquelas que possuem fabricação interna com níveis de valor agregado local, compatíveis com as características de cada produto (montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso e integração de placas de circuito impresso e das partes mecânicas na formação do produto final, entre outras etapas).

[2] Ministério da Ciência e Tecnologia - Lei de Informática nº 10.176/2001.

[3] Governo do Estado da Bahia - Decreto nº 4.316 /95.

[4] Código Tributário Municipal de Ilhéus - lei nº 2.638/97, art.nº 55.

direcionaram seus investimentos para o Pólo de Informática. Outras empresas, antes instaladas em regiões industriais já consolidadas, como a Região Metropolitana de São Paulo, transferiram sua produção industrial para o município de Ilhéus, configurando-se, a partir daí, uma "nova cultura" na região.

Nos primeiros cinco anos, desde a implantação do pólo, verificaram-se impactos crescentes na dinâmica da economia municipal. No primeiro ano, obteve-se um resultado pouco expressivo devido à existência apenas da Bahiatec; no segundo ano, entraram em operação empresas como a Bitway, Netgate, Unicoba e Login. Posteriormente, os efeitos do pólo na economia do município originaram-se, principalmente, da retomada da produção da World Express, consolidação da fusão Bahiatec-Microtec, com o expressivo incremento da produção, além da duplicação da produção da Unicobra. Nesse primeiro momento, apesar do pólo ter se constituído em uma alternativa de geração de renda para a economia municipal, o efeito foi bastante pequeno, se comparado à renda total gerada na economia do município: a participação da produção do Pólo de Informática apresentou-se pouco significativa no PIB municipal[5].

Em 1999, novas expectativas foram proporcionadas pelo pólo para a economia local. A atração de um maior número de empresas e a conseqüente geração de mais postos de trabalho, constituiu um incremento de renda decorrente, principalmente, da massa salarial e dos gastos locais das empresas, além dos efeitos indiretos no que diz respeito a emprego e massa salarial em Ilhéus.

Do início de sua formação até os dias atuais, foram detectados alguns gargalos que, apesar do crescente interesse despertado regionalmente, com os quais o Pólo de Informática de Ilhéus ainda defronta-se, colocando em xeque a sustentabilidade do setor na região.

A questão da infra-estrutura ainda é o principal entrave para que o pólo possa se desenvolver. A logística é bastante deficitária, a falta de um aeroporto com alfândega, por exemplo, faz com que os produtos importados e as matérias-primas usadas na produção do pólo sejam desembaraçados em Salvador ou até mesmo em outros estados, como São Paulo. Existindo, com isso, um atraso na chegada a Ilhéus, fazendo com que o município deixe de arrecadar impostos e, assim, auferir mais recursos.

A atração de um maior número de empresas e a conseqüente geração de mais postos de trabalho, constituiu um incremento de renda.

É importante ressaltar que o Pólo de Informática possui uma grande dependência de fornecedores externos, o que gera uma grande fragilidade empresarial frente às oscilações cambiais. A oscilação do câmbio causa um grande impacto nas empresas: contribui para elevação dos custos com componentes importados, eleva os preços finais dos produtos manufaturados, aumenta o risco de estrangulamento no fornecimento da produção, inclusive com ameaça de fechamento das empresas, decorrente da incerteza gerada, além de impossibilitá-las de planejarem o futuro de suas produções. As empresas importam partes de microcomputador, componentes eletrônicos e cabos, entre outros materiais necessários à fabricação dos produtos, principalmente dos Estados Unidos e de países asiáticos, que são cotados em dólar, o que encarece o produto final.

Nos primeiros anos de incentivo à implantação do pólo, o cenário externo (crise da Argentina, estagnação americana e japonesa), além dos problemas internos, como o desempenho insatisfatório da balança comercial[6] e a crise de energia, constituiu-se em empecilhos para o país sustentar taxas elevadas de crescimento com saldos positivos ou equilibrados na balança comercial[7], o que fez com que houvesse um aumento da vulnerabilidade cambial que afetou negativamente os custos.

A mão-de-obra, inicialmente fator de atratividade pelos baixos custos, necessitou de melhorias no que diz respeito à sua capacitação. Para isso, foi inaugurado recentemente o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônicos de Ilhéus (CEPEDI), resultado de uma parceria entre vá-

[5] SEPLANTEC. Pólo de Informática de Ilhéus: avaliação e perspectivas. 2001. (Mimeografado).

[6] Atualmente, embora a balança comercial tenha apresentado saldos positivos, a constante desvalorização do Real em relação à moeda americana é um fator de preocupação por parte das unidades produtivas instaladas em Ilhéus.

[7] O crescimento da economia brasileira constitui-se em preocupação dos empresários: sem o aquecimento do PIB brasileiro, existe dificuldade, por parte das empresas, em expandir sua produção.

rias instituições: o Sindicato das Indústrias de Informática e Eletroeletrônicos de Ilhéus (Sinpec), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ilhéus, o Sebrae e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). O centro tem como objetivo treinar e capacitar recursos humanos, além de desenvolver softwares e produtos eletrônicos para as empresas do pólo.

Apesar dos gargalos comentados acima, verifica-se também a existência de pontos fortes que, se potencializados através de políticas governamentais, podem se transformar em oportunidades para a região. Entre os principais pontos fortes destacam-se a proximidade de centros consumidores como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; a existência de porto, aeroporto, rodovia, hotéis, universidade, hospitais, escolas, instituições públicas; a compatibilidade do setor com o dinamismo do turismo local; e as perspectivas de crescimento da indústria de informática no Brasil, com possibilidades de desenvolvimento de software através de parcerias etc.

A consecução da estratégia governamental, mediante a reformulação da economia municipal, em um primeiro momento, atendeu aos objetivos esperados no que tange à criação de empregos e à diversificação da matriz industrial, com a produção de outros produtos com maior valor agregado, deixando de produzir basicamente cacau e seus derivados. Porém, como o pólo não se configurou em um segmento com grande participação na economia local, seu valor está mais ligado à questão da diversificação da matriz do que a ser uma atividade que possa modificar o quadro de crise originada pelo declínio da lavoura cacaueira.

Todos esses fatores podem indicar uma baixa sustentabilidade do pólo no longo prazo que, conseqüentemente, pode gerar risco para as empresas e o descrédito das políticas públicas de fomento, necessitando das devidas intervenções.

O futuro da informática em Ilhéus depende da capacidade do município de atrair novas empresas para o setor. O pólo carece de unidades produtivas de suporte, não obstante se verificarem aparentes movimentos nesse sentido.Como se encontra no site da BahiaInvest, "são vinte e oito novos estabelecimentos a serem instalados no Pólo de Informática de Ilhéus, representando investimentos da ordem de US$ 38.639 milhões" . Faz-se necessária a elaboração de estratégias para captação de mais indústrias, é importante contemplar soluções para os problemas atuais vivenciados pelas unidades fabris já instaladas. O conjunto dessas ações estratégicas, caso concretizadas, poderá conduzir o segmento de informática a consolidar-se regionalmente, viabilizando-se como alternativa concreta para a diversificação da economia local.

Referências

BAHIA. Decreto nº 43.316, de 19 de junho de 1995. Dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinadas à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Poder Executivo, Salvador, BA, 20 jun.1995.

BAHIA. Governador (César Borges). *Bahia de Todos os Tempos. 500 anos e um novo ciclo de prosperidade:* um programa para a virada do Milênio 1999/2002. Salvador: SEPLANTEC; SEI, 1999.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Apresenta a política de fomento ao desenvolvimento econômico de Ilhéus. Ilhéus, 2004. Disponível em: <http://www.sedecon.com.br/link_6.php>. Acesso em: 26 mar. 2004.

BAHIA. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia; Superintendência de Planejamento Estratégico *Pólo de Informática de Ilhéus:* avaliação e perspectivas. Salvador: SEPLANTEC/SPE, 2001. (Mimeografado).

BRASIL. Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor tecnologia da informação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2001. Seção I-E, p.01.

INFORMÁTICA, eletrônica e telecomunicações na Bahia. *BahiaInvest*. Disponível em: < http:// www.bahiainvest.com.br/port/newsletter-014.html>. Acesso em: 25 mar. 2004.

MENEZES, J. Alexandre; ALVARES, Afonso, F. *O excesso de produção de cacau e a questão da competitividade brasileira*. Brasília, DF: CEPLAC, 1989. 19 p. (Série documentos).

ILHÉUS. Lei nº 2.638, de 15 de dezembro de 1997. Institui o Código Tributário do Município de Ilhéus. Disponível em: <http: //www.progerilhéus.ba.gov.br/ctm.php>. Acesso em 15 mar.2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Classificação dos municípios baianos: indicadores selecionados. Salvador: SEI, 1998. v. 1.

[8] Site: www.bahiainvest .com .br/Março 2004.

Lauro de Freitas: aspectos gerais da consolidação da função habitacional e da mudança do perfil da população*

Patricia Chame Dias**

Lauro de Freitas (LF) é um dos dez municípios pertencentes à Região Metropolitana de Salvador (RMS). Localizado na porção costeira da Bahia, esse município encontra-se em conurbação com sua capital, fazendo limite também com Simões Filho e Camaçari, dois dos mais industrializados municípios baianos: no primeiro, no início dos anos 60, foi instalada parte do Centro Industrial de Aratu (CIA); no segundo, nos anos 70, foi construído o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), então segundo maior pólo do gênero no nível nacional, e, recentemente, instalou-se a Ford/ Complexo Amazon.

Emancipado no começo dos anos 60, no bojo de uma série de transformações estruturais da economia baiana, que tiveram em Salvador e na RMS como um todo, seu *lócus* principal, Lauro de Freitas, passou por acentuadas alterações, já a partir dos anos 70, que findaram por alterar seu perfil socioeconômico e funcional. Isso está relacionado, em boa medida, ao seu intenso crescimento demográfico e ao fato de encontrar-se repleto por condomínios e loteamentos destinados à moradia e ao veraneio. O propósito desse texto consiste, justamente, em analisar o contexto e algumas das características do crescimento populacional do município nas últimas três décadas, dos fatores que favoreceram esse crescimento.

O contexto de criação do município

Do final do século XIX ao meado do século XX, a Bahia experimentou uma situação de estagnação econômica, fazendo com que sua capital, que havia sido a maior cidade da América Latina, observasse a contínua perda de influência, mesmo no contexto regional. Em verdade, entre os anos de 1920 e 1950, Salvador passou a se integrar na divisão inter-regional do trabalho numa posição inferior em relação às capitais do Centro-Sul. A partir dos anos 50, contudo, a Bahia se reinseriu no projeto de desenvolvimento nacional com a descoberta da primeira jazida petrolífera do país em seu território e a instalação da Refinaria Landulfo Alves (RELAN)/ Petrobras nas imediações da capital, marcando o começo de um novo ciclo econômico no estado, o da industrialização. Tal situação, contudo, não resultou imediatamente numa dinamização econômica ou em articulação com os demais setores econômicos pré-existentes. Antes, como impacto da instalação dessa empresa, observou-se a desorganização gradativa das atividades agropecuárias, até porque esta empresa se localizou em áreas onde se praticavam atividades ligadas ao setor primário. Já nos anos 60 e 70, políticas e incentivos federais — leia-se Sudene[1] — e estaduais, além de obras de infra-estrutura, possibilitaram a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), segundo maior pólo petroquímico do país. A instalação desses empreendimentos foi acompanhada por intenso movimento de imigração, especialmente de moradores do interior do estado, em busca de melhores condições de sobrevivência.

Esse movimento, como já apontaram Silva e Silva (1989), teve a RMS como foco central Salvador, tradicional centro regional com caracter comercial e de serviços, sem abandonar ou, antes, consolidando-se nas funções que anteriormente exercia, assumiu também o papel de centro industrial e de negócios de caráter nacional. A capital baiana, assim, fortaleceu seu papel de centro político, decisório, financeiro, comercial e prestador de serviços.

Observe-se que os municípios onde se implantaram as indústrias não apresentavam condições de infra-

* Esse texto é parte de um trabalho desenvolvido na disciplina Seminários Gerais, do mestrado em Geografia da UFBA, ministrada pela Profª Drª. Creuza dos Santos Lage.

** Pedagoga, mestranda em Geografia pela UFBA e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atuando na SEI. patriciadias@sei.ba.gov.br.

[1] Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

estrutura para a moradia dos seus funcionários, especialmente frente às exigências dos integrantes dos mais elevados escalões que, portanto, fixaram residência em Salvador. Souza (1988) ressaltou que, além dos imigrantes empobrecidos oriundos dos espaços rurais, houve um grupo menor de trabalhadores mais qualificados que se deslocou de outros estados e que contribuiu decisivamente para aumentar a classe média e os segmentos mais abastados da sociedade soteropolitana. Dentre as conseqüências do crescimento desses setores sociais, chamou atenção para o aumento do custo do solo metropolitano, a ampliação da demanda por habitações mais sofisticadas, localizadas essencialmente nas "novas" áreas centrais de Salvador, e a expulsão gradativa dos moradores de bairros populares, mas centrais, para locais mais distantes e fora da capital.

Em outras palavras, ecoando na estrutura física da cidade e da região de forma geral, principalmente após os anos 60, as mudanças na organização econômica foram acompanhadas de medidas que visavam a "modernizar" e expandir a ocupação da cidade. Destaque-se a abertura de avenidas de vale; o deslocamento dos órgãos do governo do estado do centro tradicional para a Avenida Luís Vianna Filho (conhecida como Avenida Paralela, inaugurada nos anos 70); a construção da Estrada do Coco (acesso Salvador - litoral norte da RMS); e da via Parafuso (acesso a Salvador - CIA). Igualmente, ampliaram-se as áreas residenciais com construções na orla norte da cidade, no miolo e na periferia da capital; foram criados e adensados bairros e loteamentos destinados às distintas classes sociais, em diferentes localidades de Salvador e dos seus municípios contíguos, que passaram a adquirir o "status" de área de expansão da capital. Esses processos favoreceram a expansão de Salvador para além dos seus limites territoriais, com parte de seus moradores, por uma série de circunstâncias, passando a residir em municípios vizinhos, dentre os quais, Lauro de Freitas.

A consolidação da função residencial de Lauro de Freitas

Lauro de Freitas, emancipado em 1962, possui como limite Salvador, do qual dista 22 km; Simões Filho e Camaçari (a 40 km e 30 km, respectivamente); e o Oceano Atlântico. É atravessado, longitudinalmente, pela BA-099, inaugurada no começo da década de 70, que se estende do atual Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães (em Salvador), passa pela orla do município de Camaçari (trecho conhecido como Estrada do Coco) e prossegue até a divisa da Bahia com o estado de Sergipe (trecho conhecido como Linha Verde, inaugurado nos anos 90). Essa rodovia funciona como um "prolongamento" da Avenida Luis Vianna Filho, que articula um dos principais pólos econômico-financeiros de Salvador (eixo Iguatemi-Rodoviária) ao aeroporto, bem como à BA-526, a rodovia CIA-Aeroporto, que liga LF a Simões Filho, e à BR-324. Ou seja, além de estar em conurbação com a capital, é bem localizado em relação a municípios importantes do ponto de vista econômico: LF está próximo e possui acesso a esses e a outros importantes eixos de circulação da Bahia.

O intenso crescimento demográfico observado nesse município nas últimas décadas foi, ao menos indiretamente, decorrente da industrialização da RMS.

O intenso crescimento demográfico observado nesse município nas últimas décadas foi, ao menos indiretamente, decorrente da industrialização da RMS. Como os municípios onde se implantaram as indústrias não apresentavam infra-estrutura e serviços mais qualificados, nele ficaram residindo os trabalhadores com menores níveis de remuneração. De acordo com Franco (1993), Camaçari e Simões Filho, essencialmente, retiveram aqueles indivíduos incapazes de arcarem com o custo de residir longe do local de trabalho. Desse modo, apesar de terem ampliado sua população, isso se fez, basicamente, pela imigração de pessoas pouco qualificadas para o mercado de trabalho, que percebiam baixos salários e que não tinham condições de produzir maior dinamização social e econômica. Os trabalhadores melhor posicionados, em termos de hierarquia e salários, assim como parte dos funcionários públicos municipais, residiam em Salvador e no litoral de Lauro de Freitas e Camaçari. Com isso, ainda que Salvador crescesse e conservasse sua centralidade, de acordo com a autora, LF começou a experimentar a ampliação do número de moradores das classes de maior poder aquisitivo, situado no vetor de expansão da capital, na direção onde se localizavam

as principais alternativas de moradia, serviços, lazer, maiores investimentos públicos, equipamentos urbanos e interesses da especulação imobiliária da RMS, onde se criaram e espalharam empreendimentos residenciais voltados à classe média e alta. Com isso, o município atraiu o interesse dos agentes imobiliários também para a construção de habitações destinadas às classes mais abastadas. Atentos às tendências de desconcentração metropolitana que já se prenunciavam no Brasil, de modo mais amplo, assim como na RMS, tais agentes investiram no parcelamento da terra que, independente de suas potencialidades naturais, foram transformadas em áreas residenciais. Em outras palavras, houve uma significativa demanda por lotes e terrenos, comprados por hectare e vendidos a metros quadrados. Isso resultou no fracionamento das propriedades, alterando rapidamente a estrutura fundiária existente, possibilitando lucros crescentes e provocando uma substituição parcial da população nativa.

Igualmente se apresentava como importante área de residência para aqueles com rendimentos mais baixos, na medida em que, por estar no limite da capital — e de sua infra-estrutura e mercado de trabalho — e possuir áreas onde a terra era mais acessível em termos econômicos, foi um espaço propício também para implantação de loteamentos populares.

A maior parte deles foi estabelecida em Itinga e adjacências que, na divisa com o bairro de São Cristóvão, pertencente à capital e também caracterizado como essencialmente popular, é dotado de uma estrutura de transporte coletivo, além de ser caminho dos ônibus que se dirigiam ao terminal rodoviário do aeroporto, ao CIA e também à estrada do Coco. Acrescente-se que, de acordo com Souza (1988), os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) revelaram que, entre 1970 e 1987, os setores censitários de Itinga e Lauro de Freitas apresentaram uma taxa de crescimento do número de domicílios superior a 200%, uma das maiores da RMS.

Conforme os dados da Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE (1980), em Itinga ocorreu o estabelecimento de 70% dos loteamentos populares de LF na década de 1970. Ademais, entre 1975 e 1980, 65% dos loteamentos populares instalados nas áreas de expansão urbana da capital foram implantados em LF. Tal fato foi favorecido pela atuação do governo municipal pela sua menor rigidez em relação à prefeitura de Salvador, para autorizar a instalação de loteamentos (CPE, 1980), ou mesmo, pela maior flexibilidade quanto à necessidade de implantação de infra-estrutura por parte do loteador.

Na década de 80, o trabalho da Compor (1985) registrou que na orla de LF e nas adjacências da BA-099 havia 56 loteamentos, 26 dos quais praticamente ocupados em sua totalidade por moradias definitivas; além deles, havia o de Vilas do Atlântico, destinado à segunda residência dos extratos sociais mais elevados, correspondendo a 216 hectares de terra, equivalentes a 7,2% do território total de Lauro de Freitas, com cerca de 432 lotes.

Pode-se dizer que as estratégias utilizadas para expansão imobiliária em LF concordam com as proposições de Corrêa (1989). Para esse autor, a demanda por terrenos e moradias decorre do aparecimento de novas camadas sociais, parcialmente originadas por processos migratórios. Lauro de Freitas, na periferia da capital baiana, repleta por terrenos de grandes dimensões e, no meio do século XX, ainda com características rurais, mas sem uma produção agrícola expressiva, foi paulatinamente urbanizada graças ao "empenho" dos proprietários fundiários, promotores imobiliários e do estado.

Ainda de acordo com Corrêa (1989), os agentes imobiliários dos países do Terceiro Mundo têm como interesse maior produzir imóveis que atendam às camadas sociais com os mais elevados níveis de rendimentos, inclusive para veraneio. Empreendimentos realizados em LF, principalmente os conhecidos loteamentos de Encontro das Águas e Vilas do Atlântico, voltados às classes mais abastadas e largamente divulgados como opção para veranear ou residir em local dotado de maior qualidade de vida, se mostram bons exemplos dessa situação. Foram entregues com ruas asfaltadas, arborizados, com alguma infra-estrutura de lazer. Em Vilas, a planta inicial já previa a localização dos equipamentos de comércio e serviços.

Para atender à demanda não-solvável, observou Corrêa (1989), os referidos agentes contam com a ajuda do estado — seja através de crédito para os promotores imobiliários e/ou para os futuros moradores ou através de desapropriações de terras — de modo a tornar viável economicamente a construção de habitações populares. Além disso, nessa situação, o Estado finda por assumir a tarefa de prover a infra-estrutura necessária.

Os maiores loteamentos populares implantados no início do processo de expansão da densificação de LF, essencialmente os de Itinga, o mais denso bairro do município (mas também os de Capelão e Areia Branca, localidades contíguas e quase integralmente pertencentes ao município em questão), foram instalados em locais de topografia acidentada e caracterizados pela ausência de alguns serviços, como atendimento médico, e de equipamentos de infra-estrutura, como rede de água e esgoto. Somava-se a isso a precariedade no abastecimento de luz, na coleta de lixo e no calçamento e, ainda, na prestação de serviços de educação, transporte e abastecimento alimentar. Essa pesquisa, constatou, ainda, que 77% dos moradores e 59% das famílias percebiam renda igual ou inferior a três salários mínimos. "Destaca-se também a sua condição de povoados-dormitório, desde quando os pólos de trabalho, assistência e saúde, comércio, lazer e educação estão fora da área" (CONDER, 1981, p. 5).

Corrêa (1989) observou que "a estratégia dominante, de produzir habitações para a população que constitui a demanda solvável, tem um significativo rebatimento espacial" (CORRÊA,1989, p.23). A ação dos promotores imobiliários se desenvolve correlacionando alguns aspectos, tais como o preço da terra e alto *status* do bairro; acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte; amenidades naturais ou socialmente produzidas; esgotamento dos terrenos e condições dos imóveis já produzidos. Tais características compõem um conjunto que valoriza diferencialmente as áreas da cidade. Além do que, a ação espacialmente desigual do estado, dotando algumas localidades de melhores e maior quantidade de serviços, mesmo o preço diferenciado dos impostos, os planos de uso do solo, dentre outras coisas, ratificam processos segregacionistas. "A atuação dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista. E, na medida em que, em outros setores do espaço, produzem-se conjuntos habitacionais, a segregação é ratificada" (CORRÊA, 1989, p. 23, 24).

"Destaca-se também a sua condição de povoados-dormitório, desde quando os pólos de trabalho, assistência e saúde, comércio, lazer e educação estão fora da área" (CONDER, 1981, p. 5).

De forma geral, em LF foram implantados loteamentos e condomínios diferenciados em termos de localização e infra-estrutura, conforme a clientela a que se destinasse. Tal localização foi distinta e assinalada pela Estrada do Coco: do lado da orla predominaram os empreendimentos voltados às classes mais elevadas e, no lado oposto, se situaram os essencialmente destinados aos segmentos mais populares.

Crescimento demográfico e mudanças no perfil da população

O processo de crescimento da população resultou na modificação de seu perfil socioeconômico e no adensamento de LF, conforme os dados censitários das últimas décadas. Com relação ao maior adensamento do município, os estudos que fazem referência à ampliação da quantidade de residências, verificada a partir dos anos 70, reflete em aumento do número de habitantes e em ritmo de crescimento demográfico bastante acelerados.

A elevação da densidade demográfica, entre 1970 e 2000, foi expressiva: passou de 166,8 hab/km^2 para 1.892,4 hab./km^2, respectivamente. Com uma área de 60 km^2, Lauro de Freitas é o segundo município em densidade da RMS, superado apenas por Salvador. Lógico que esse dado deve ser relativizado, afinal o município representa parcos 2,57% do território metropolitano. No entanto, em 2000, era a terceira maior população da RMS, com 3,76% do total dos moradores dessa região — inferior a Salvador e a Camaçari, sendo a 11ª maior população da Bahia.

Na Tabela 1 nota-se uma ampliação acentuada da população municipal, de 1970 a 2000. Entre 1970 e 1980, registrou-se, aproximadamente, 25 mil novos moradores. Na década seguinte, 1980-1991, o incremento verificado foi da ordem de 33.961 pessoas. De 1991 a 2000, ocorreu uma ampliação demográfica de 44.273 habitantes.

Esse crescimento decorreu de uma contínua imigração líquida. Observe-se que para a população total, ainda que as taxas de crescimento demográfico tenham sido decrescentes — o que está associado,

Tabela 1
População e taxas de crescimento total, urbana e rural e grau de urbanização de Lauro de Freitas - 1970 - 2000

Item	População				Taxas de crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Rural	6.048	11.921	24.896	5.158	7,02	6,92	-16,05
Urbana	3.959	23.388	44.374	108.385	19,44	5,99	10,43
Total	**10.007**	**35.309**	**69.270**	**113.543**	**13,44**	**6,32**	**5,64**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

ao menos parcialmente, ao declínio dos níveis de fecundidade —, revelaram-se bastante altas (Tabela 1). Comparando-se às demais unidades da RMS, por exemplo, LF revelou o maior ritmo de crescimento nas últimas duas décadas.

Para tratar das populações urbana e rural e seus ritmos de crescimento, assim como dos níveis de urbanização, algumas observações iniciais são pertinentes. No primeiro período em foco (1970-1980), o crescimento maior ocorreu no meio urbano, situação relacionada à implantação dos diversos loteamentos, parte deles, desde então, utilizado com fins residenciais. Entretanto, de 1980 a 1991, quando os loteamentos populares já estavam consolidados como local de moradia, progressivamente, os empreendimentos voltados às pessoas de maiores níveis de renda deixaram de se caracterizar essencialmente como local de veraneio para se transformarem em habitação permanente. Como parcela significativa desses se localizava em área denominada como rural (a exemplo dos já citados Vilas do Atlântico e Encontro das Águas), isso se refletiu em permanência de alta taxa de crescimento demográfico rural.

Nesse sentido, pode-se afirmar que esse crescimento decorreu da ampliação do número de moradias situadas em diferentes locais de residência, sinalizando que a expansão imobiliária desconsiderou as delimitações oficiais de urbano e rural. Aliás, pela mesma Tabela 1 observa-se que, apenas em 1991-2000, ocorreram perdas demográficas rurais. Isso, contudo, não resultou de processos migratórios, mas da ampliação do perímetro urbano que, dentre outros espaços, incorporou o bairro de Vilas do Atlântico. Esse processo elevou acentuadamente o nível de urbanização do município.

Além do crescimento da população, os dados também indicaram modificações substanciais no perfil dos moradores de LF: embora o aumento demográfico tenha decorrido da imigração de grupos sociais distintos, o fato de parcela significativa desse contingente pertencer aos estratos socioeconômicos mais elevados fizeram-no destacar-se em âmbito estadual.

Os dados do censo de 1970 revelaram que 60% da população com 5 anos e mais tinha, no máximo, um ano de estudo. Em 2000, esse percentual declinou para 21%. Em três décadas, a participação de pessoas com menor número de anos de estudo caiu a menos da metade. Embora na análise de tal dado não se exclua o peso das intervenções públicas nessa questão, ao menos em parte essa situação reflete o perfil dos migrantes que chegaram a LF. Observe-se que, em 2000, 14,5% dos chefes de domicílio registraram 15 ou mais anos de estudo, sendo o segundo município baiano nessa categoria, superado apenas por Salvador.

Gantois (2002) verificou que as políticas de incentivos fiscais do estado repercutiram em LF atraindo indústrias de plásticos e a Ford na década de 90 (Acalanto e Rosita, dentre outras de menor porte), tendo seus funcionários mais graduados e proprietários passado a residir na orla oceânica do município. Segundo seu estudo, o mesmo aconteceu em relação aos funcionários da Ford e de suas empresas sistêmicas. Assim, esses vieram a se juntar aos empregados do CIA e Copec que vinham se fixando no município.

A Tabela 2 demonstra que a atividade predominante da população ocupada se deslocou, nas últimas décadas, do setor primário para o secundário. Em 1970, 28,4% da população economicamente ativa (PEA) es-

As políticas de incentivos fiscais do estado repercutiram em Lauro de Freitas atraindo indústrias de plásticos e a Ford na década de 90.

tava trabalhando no setor primário. Nos setores de comércio e serviços concentravam-se, respectivamente, 9,5% e 24,5% da PEA. Pelo resultado do último censo demográfico, menos de 3% dos habitantes de LF ocupavam-se com agricultura, enquanto 44,7% deles trabalhavam no setor de serviços e 19,1% no comércio. Com isso, essas duas categorias agrupavam 64% dos moradores do município.

Tabela 2
População economicamente ativa de Lauro de Freitas por setor de atividade 1970-2000

Setor de atividade	1970		2000	
	Abs	%	Abs	%
Agricultura	736	28,40	1.178	2,66
Indústria	642	24,77	9.684	21,90
Comércio	247	9,53	8.434	19,07
Serviços	635	24,50	19.766	44,70
Administração pública	176	6,79	2.382	5,39
Atividades sociais	78	3,01	2.084	4,71
Outras	78	3,01	693	1,57
Total	**2.592**	**100,00**	**44.221**	**100,00**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 2000

Dentro da proposta de demonstrar a modificação do perfil dos habitantes do município, além da escolaridade e ocupação, é importante verificar como os níveis de renda se diferenciaram ao longo das últimas décadas. Na Tabela 3 identifica-se que a proporção da PEA com rendimento inferior a 2 salários mínimos (SM) declinou abruptamente entre 1980 e 2000. Pelo Censo de 2000, apenas 0,1% dessas pessoas percebia até ½ salário mínimo enquanto, em 1980, esse percentual equivalia a 6,5%. Inversamente, todos os grupos representados pelos que ganhavam mais de 2 SM elevaram-se, sendo que a proporção dos que recebiam entre 10 e 20 SM (ainda que pequena) dobrou entre esses anos. Para melhor entender o significado do aumento da renda no município, acrescente-se que, em 2000, dentre os municípios da Bahia, Lauro de Freitas contava com a maior proporção de responsáveis pelo domicílio com rendimento superior a 20 SM. A título de comparação, observe-se que, enquanto em Salvador 4,6% dos responsáveis pelo domicílio estavam nesse grupo, em Lauro de Freitas esse grupo correspondia a 5,6% do total. Além disso, o rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio era igual a R$ 977,50, enquanto em Salvador era de R$ 893,89.

Tabela 3
Rendimento médio mensal da população economicamente ativa de Lauro de Freitas 1980-2000

Rendimento médio mensal	1980		2000	
	Abs	%	Abs	%
Até 1/2 SM	1488,0	6,5	41	0,1
1/2 a 1 SM	3067,0	13,4	1262	2,2
Mais de 1 a 2 SM	3878,0	17,0	4416	7,6
Mais de 2 a 5 SM	2604,0	11,4	7011	12,1
Mais de 5 a 10 SM	459,0	2,0	1607	2,8
Mais de 10 a 20 SM	171,0	0,7	772	1,3
Mais de 20 SM	108,0	0,5	367	0,6
Sem rendimento	10981	48,0	22243	38,5
Sem declaração	109	0,5	20021	34,7
Total	**22.865**	**100,0**	**57.740**	**100,0**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 2000
Nota: SM = salário mínimo

Em síntese

A industrialização da RMS implicou a redefinição das funções de seus municípios componentes. Lauro de Freitas, que diretamente não esteve envolvido nesse processo, experimentou acentuadas modificações em sua função e no perfil de sua população, em boa medida em decorrência das mudanças verificadas pela metrópole. Em conurbação com Salvador, rapidamente verificou adensamento demográfico, constituindo-se no município metropolitano que vem sendo apontado por diferentes autores como de uso hegemonicamente residencial. Essa situação foi e continua sendo influenciada por sua localização, tanto em relação à capital como em relação aos municípios em que foram construídos os parques industriais.

Dividido, como foi dito, pela BA-099, LF se caracteriza também por abrigar distintos grupos sociais em espaços também distintos. Isso se fez de forma marcante jáque seu adensamento foi conseqüência, principalmente, da implantação de inúmeros empreendimentos imobiliários de cunho residencial que, conforme a classe a que se visasse atender, se instalavam em uma ou em outra porção do seu território. No entanto, uma série de fatores vem contribuindo para que pessoas dos grupos socioeconômicos mais privilegiados estejam se transferindo para LF a ponto de destacá-lo no estado por seus elevados índices de renda e escolaridade.

Considerando-se as argumentações de Corrêa (apud GANTOIS, 2002), LF pode ser caracterizado simulta-

neamente como periferia sofisticada da capital graças aos seus inúmeros e crescentes condomínios fechados e loteamentos destinados às classes média e alta onde, a partir das características naturais, se criaram amenidades sociais que implicaram a elevação do valor das propriedades; e periferia popular da capital — representada por Itinga, bem como por outros espaços onde, de modo regular ou irregular, as classes menos privilegiadas fixaram residência, apesar de infra-estrutura e serviços, em geral, serem precários e da inexistência de "amenidades" naturais ou sociais. Nesta periferia, o preço da propriedade, comparativamente a Salvador, é menor e as vantagens locacionais maiores dos que as dos municípios industriais da RMS.

Referências

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVEDO, José Sérgio Gabielli. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo social; Rev. Sociol.*, São Paulo: USP, p. 89-114, nov. 2001.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Itinga, Capelão e areia Branca:* diagnóstico, sumário e definições preliminares de plano de trabalho. Salvador: CONDER, 1981. 83p.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Ática: São Paulo, 1989. (Série Princípios).

FRANCO, Angela. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: CEI, v. 3, n. 2, p. 79-86, set. 1993.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS (BA). *Mercado imobiliário para a população de baixa renda em Salvador:* o loteamento popular. Salvador: CPE, 1980.

GANTOIS, Carlos Henrique Jorge. *Lauro de Freitas:* a política fiscal como fator de crescimento econômico (1990/2000). Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – UNIFACS, Salvador, 2002.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia:* evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA,1989.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Construção de espaço metropolitano: efeitos sobre as condições de trabalho e habitação. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, maio/ago. v. 5, n. 2, p.4-10, 1988.

_____. Região Metropolitana de Salvador. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA *Dinâmica sociodemográfica da Bahia:* 1980-2000. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 60).

Avaliação de políticas públicas: introdução à demanda contingente.

José Afonso Ferreira Maia*

Os critérios de investimento do Estado brasileiro para atender às demandas da população por bens *públicos* e quase *públicos* estão passando por um processo de revisão, devido a três condicionantes básicos:

• O primeiro consiste na falência do Estado quanto à sua capacidade de manter, impunemente no longo prazo, o mecanismo tradicional de captação de recursos através do imposto inflacionário. Esse mecanismo permitiu investimentos com baixa taxa de eficiência econômica ou retorno econômico e alto viés de iniqüidade distributiva contra a população dos extratos de renda mais baixos, portanto com baixa taxa de eficiência social.

• O segundo é determinado pela nova ordem econômica que requer: para os bens públicos, a garantia de fontes de financiamento não inflacionarias; para os bens quase públicos, simultaneamente, a eficiência ou rentabilidade econômica e sustentabilidade financeira e o máximo de impacto distributivo, favorável às classes de baixa renda.

• O terceiro inclui as restrições ambientais dos investimentos através de empresas públicas e/ou privadas, serem submetidas à regência de novas políticas de regulação pelo estado e a garantia da proteção e melhoria das condições ambientais dos meios físicos, biótipos e antrópicos.

Este trabalho objetiva apresentar, introdutoriamente:

1) o conceito de bens públicos e quase públicos;

2) os problemas metodológicos para a mensuração do seu valor econômico;

3) a metodologia para a obtenção das informações estatísticas;

4) a abordagem de modelos econométricos para estimar a demanda contingente;

5) as implicações práticas e de políticas da metodologia de avaliação contingente.

O conceito de bens públicos e quase públicos

A teoria econômica neoclássica conceitua *bens públicos* como aqueles cujo consumo por um indivíduo não reduz a possibilidade de consumo por um outro indivíduo. Por exemplo: uma praça pública ao oferecer um determinado tipo de serviço ao público, tais como descanso, lazer, contemplação, etc. não reduz a oferta ou disponibilidade destes serviços para outro(s) indivíduo(s) Nesse caso, o valor que cada indivíduo paga por esses serviços, digamos, através de impostos, é independente de quanto tempo ou quantas vezes estes serviços são utilizados por esse ou aquele indivíduo. Para esses bens o *princípio de não rivalidade e não exclusividade*; é válido, embora sejam bens escassos, ou seja, bens econômicos, diferentemente dos bens livres que não são escassos e, portanto não econômicos. Não se trata, essencialmente, do fato de a praça ser ou não construída e/ou mantida pelo estado e/ou com recursos arrecadados através de impostos, mas, sim, pela impossibilidade de ser quantificados os benefícios auferidos por cada consumidor e o pagamento a ser cobrado, de forma individualizada e equânime. Embora a maioria dos bens públicos seja produzida pelo aparato do estado, esta definição da teoria econômica transcende a conceituação jurídica e/ou institucional do provedor público. Assim, a partir dessa conceituação, derivam-se importantes implicações nas políticas de intervenção do Estado, seja na regulação através de tarifas, quotas e concessões ou outorgas. No caso de bens públicos e/ou *quase públicos*, o mercado, definido como a instituição de trocas, não garante a alocação ótima de recursos alocados na produção e distribuição desses bens.

Os bens *quase públicos* situam-se entre o bem público e privado. São aqueles cujo preço não é pago por unidade de consumo, e sim em quotas, faixas de con-

* Ph.D. Professor Titular do DCIS/UEFS-Ba. e-mail: jafonsomaia@svn.com.br

sumo ou direito de consumir. Dessa forma não existe uma relação estrita entre o valor do pagamento pelos indivíduos e as unidades de consumo. Por exemplo: as tarifas de energia elétrica, de água, limpeza pública são cobradas às unidades residenciais por estratos de consumo, ou quotas. De forma semelhante são determinados pagamentos de licenças para explorar um dado recurso ou a outorga pelo uso de água, etc[1].

Qual é então o problema metodológico para quantificar a produção e o valor a ser pago pelos bens públicos de modo a garantir o máximo de bem-estar econômico para a população e a sustentabilidade financeira do empreendimento? Em outras palavras, qual é o problema metodológico para orientar os tomadores de decisões no setor público de modo a garantir a *eficiência financeira, econômica e social* da alocação dos recursos da sociedade?

Os problemas metodológicos para a sua medição

Tecnicamente, a alocação eficiente de recursos, no caso de bens privados, se dá no ponto em que a taxa marginal de substituição no consumo (TMS) ou custo de oportunidade dos recursos disponíveis de cada indivíduo iguala-se ao custo marginal do bem ou ainda no caso em que o valor subjetivo, mensurado monetariamente, que o indivíduo atribui ao bem é pelo menos igual ao custo do bem. No mercado competitivo e na inexistência de externalidades técnicas, temos o lucro normal - teoricamente zero - e o máximo benefício para o consumidor. Nesse caso, o custo marginal iguala-se ao custo médio e a receita média e assim, alcança-se a eficiência técnica do Ótimo Paretiano. O processo de barganha entre produtores e consumidores define a distribuição da renda entre capitalistas e assalariados e o benefício líquido máximo ao consumidor.

Se o mercado não for competitivo, chamados de mercados imperfeitos com ou sem externalidades (monopólios, oligopólios, cartéis, etc.), essas imperfeições podem ser corrigidas através de políticas que incentive a competição e no caso extremo de monopólios naturais, políticas de regulação devem ser adotados para corrigir as distorções entre os preços econômicos e preços de mercado.

No caso de bens públicos, por não passarem pelos mercados, a solução de alocação ótima de recursos requer um tratamento técnico especial, ou seja, para que a sua produção e distribuição promovam o máximo de benefício ou bem estar econômico para a população. Desta forma, três questões básicas devem ser respondidas: a) o quanto (ótimo) de um bem público deve ser produzido; b) o quanto distribuí-lo para cada membro da sociedade; c) qual esquema de pagamento permitiria uma distribuição socialmente razoável.

No caso de bens privados a primeira questão é resolvida pela estimação da função da demanda contingente que define a *máxima disposição a pagar* (MDP) pelos consumidores, que tecnicamente pode ser especificada pela função Hickisiana[2] de demanda agregada. No caso de bens públicos, diferentemente dos bens privados, a MDP é determinada pelo somatório vertical das demandas individuais (SAMUELSON, 1954). Nesse caso, se a soma das MDP's excede o custo do bem público temos a condição necessária para a provisão do bem público e, portanto, um aumento do bem estar econômico, em termos Paretiano. Em outras palavras, significa que a soma das taxas marginal de substituição deve igualar-se ao custo marginal do bem público. O fato de os bens públicos serem providos em quantidades fixas levou Bradford (1970) a propor o conceito de curva de valor total, que mais tarde foi expandida por Randall, Ives e Eastman (1974) para medir o benefício total e o custo total como base teórica para os estudos de avaliação contingente.

A segunda e a terceira questões são mais difíceis de serem resolvidas, uma vez que a quantidade consumida por cada membro da sociedade não é unicamente individualizada, ou seja, o pagamento que cada indivíduo faz independe da quantidade consumida do bem. O problema é que cada membro da sociedade ou unidade familiar tem preferências distintas entre bens públicos e entre estes e bens privados, embora consumindo a mesma quantidade do bem público. Por exemplo: as pessoas não podem comprar diferentes quantidades de segurança pública ou nível de saúde pública, de controle de poluição, ou mesmo proteção à fauna e a flora. Embora um maior consumo agregado de um bem público implique, necessariamente, um menor consumo de um outro bem público e/ou privado, não necessariamente, isso é válido individualmen-

[1] De agora em diante usarei, indistintamente, os conceitos de bens públicos ou quase públicos, uma vez que os problemas de medição, estimação de suas respectivas funções de demanda e implicações de políticas são similares, para o nível de aprofundamento deste texto.

[2] Função de demanda compensada para o cálculo do excedente do consumidor.

A provisão ou não do bem público vai depender então de como a sociedade adota uma decisão conjunta.

te. A provisão ou não do bem público vai depender então de como a sociedade adota uma decisão conjunta que ao mesmo tempo garanta as condições de transitividade ou consistência na escolha entre bens públicos e/ou estes e os bens privados.

A segunda e terceira questões seriam facilmente resolvidas, se a distribuição da riqueza fosse razoável (BERGSON, 1938; ARROW, 1951; SAMUELSON, 1954) e/ou se as preferências dos consumidores fossem quase lineares em que o efeito substituição seja máximo e o efeito renda zero. Nesse caso, sempre haveria um esquema alocativo que permitiria a otimização do bem-estar econômico. Mas, de fato, especialmente no caso brasileiro e em particular no Nordeste, a distribuição de riqueza é muito desigual e assim, é perfeitamente admissível que a soma das MDP's seja menor do que o custo de prover o bem público. Portanto, o esquema distribucional e de pagamento individual de consumo de bens públicos requer o auxílio de técnicas de estimação das MDP's baseadas em pesquisa de opinião pública, especialmente desenhadas para aplicação nos modelos econométricos de estimação da demanda contingente. Somente assim os governos podem objetivamente, destinar os recursos públicos de forma eficiente e no caso de externalidades, mensurar os ganhos e perdas entre ganhadores e perdedores e oferecer um esquema distribucional razoavelmente equânime de modo que a soma das MDP's individualizadas seja maior ou igual ao custo de provisão do bem público.

No caso de bens quase públicos, que não geram externalidades positivas e/ou negativas, as questões do quanto produzir e como distribuir não trazem tantos problemas alocativos, uma vez que se poderia, tecnicamente, individualizar a utilização desses serviços e os custos de sua provisão. Mas quando esses bens geram externalidades na produção e no consumo, suponhamos, abastecimento de água, serviços de esgotamento sanitário, limpeza urbana, etc., não são tão simples. As externalidades positivas estariam representadas por uma melhor qualidade de vida (higiene, saúde, produtividade, etc.) para toda a população beneficiada. As negativas estariam representadas pelos impactos ambientais, urbanização, concentração industrial, etc. Dessa forma, é o benefício líquido ou o somatório de todos os benefícios e custos, da utilização desses serviços que devem entrar na valorização subjetiva dos consumidores e na avaliação das MDP's. Diferentemente, poderíamos perguntar. Quanto de sujeira deveríamos tolerar em nossas casas e ruas, ou de poluição do ar, poluição sonora, ou da destruição dos cenários naturais, etc?

Passemos então da questão teórica para as técnicas de estimação da demanda contingente ou da máxima disposição a pagar (MDP).

A metodologia da demanda contingente

O conceito de avaliação contingente prende-se ao fato de que os valores explicitados por parte dos futuros beneficiados ou consumidores dos bens públicos são entrevistados e contingenciados com respeito a um mercado hipotético e/ou cenário apresentado. Aos entrevistados é apresentado um conjunto de informações, verbais, materiais, visuais, etc., geralmente no curso da entrevista pessoal conduzida face a face.

Para alcançar esse objetivo a pesquisa deve, metodologicamente, por um lado, delinear um cenário da provisão do bem público e suas implicações no bem estar e no meio ambiente físico e social e por outro lado, atender aos requerimentos da teoria econômica. Para isso, a pesquisa deve obter uma medida de benefício correto do bem público no contexto desse mercado hipotético. Para tanto, faz-se uso de uma pesquisa amostral através de questionários para se conhecer a máxima disposição a pagar (MDP) pelo bem. Os entrevistados explicitam os valores que estariam dispostos a pagar pelo bem, mesmo que ele não o conhecesse de fato nas suas dimensões físicas e qualitativas e mesmo que ele não viesse efetivamente desembolsar aquele valor quando da sua futura aquisição (bem quase público) ou consumo (bem público) ou seja, mesmo que o bem viesse a ser consumido gratuitamente.

O método da avaliação contingente teve origem quando Ciriacy-Wantrup escreveu a respeito da prevenção de erosão (CIRIACY-WANTRUP, 1947), sugerindo que um meio de se obter informações sobre a demanda desse tipo de bem público negativo ou (mal público) seria questionando os indivíduos, diretamente, quanto eles estariam dispostos a pagar pela preservação

da erosão[3]. Duas décadas mais tarde, Robert Davis, utilizando o enfoque de Hotelling, baseado em custo de transporte, esquematizou e implementou a primeira pesquisa amostral de avaliação contingencial (DAVIS, 1963). Logo depois John Krutilla (1967) publicou o mais importante artigo, "Conservation Reconsidered", sugerindo que a divergência entre o desejo de pagar e o desejo de aceitar compensação é bastante grande. Ao mesmo tempo definiu o conceito de *"valor existencial"*, cuja utilidade derivada não depende de nenhuma interação direta ou indiretamente do uso de um recurso ou de um bem de consumo.

As pesquisas sobre avaliação do valor econômico de bens públicos e externalidades, em geral, têm feito uso crescente deste método e a bibliografia é bastante rica, destacando-se alguns exemplos citados por Paul R. Portney[4] a máxima disposição a pagar (MDP) para a redução de sujeira residencial (RIDKER, 1967); para o direito de caçar (HAMMACK; BROWN, 1974); para a redução do congestionamento em regiões de caça (CICCHETTI; SMITH, 1973); para o aumento da visibilidade no Sudoeste dos Estados Unidos (RANDALL; IVES; EASTMAN, 1974); para a redução do risco de doenças respiratórias (KRUPNICK; CROPPER, 1992)[5].

Embora tenha um corpo básico de pressupostos e uma estratégia metodológica claramente delineada, a especificidade do bem avaliado suscita diferenças importantes na condução da pesquisa de avaliação contingente. Alternativas metodológicas são disponíveis para a descrição do cenário, acesso aos informantes e tipo de perguntas que permitem a mensuração das MDP's.

Uma orientação geral para a elaboração de pesquisa de avaliação contingente encontra-se no Painel "NOAA" (National Oceanic and Atmosphere Administration) do Departamento do Interior e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, elaborado por eminentes advogados, cientistas políticos e coordenado por dois economistas laureados com o Prêmio Nobel, Kenneth Arrow e Robert Solow. Este painel estabelece um conjunto de orientações "guidelines", para se poder fazer uma avaliação contingente confiável. Dentre estas, as mais gerais e importantes aplicações da avaliação contingente são as seguintes:

• se valer de entrevistas pessoais em vez de telefonemas e muito de correspondências;

• garantir que o entrevistado explicite a MDP para prevenir um problema futuro em obter um bem público em vez de uma aceitação de um valor que lhe compensaria como indenização de um problema ocorrido;

• utilizar um formato de *referendum*, ou seja, deve-se perguntar aos entrevistados como eles votariam se defrontassem com um programa que produzia certo tipo de benefício em troca de um aumento de imposto ou pagamento de tarifa. Uma vez que se deve perguntar aos entrevistados para fazer escolha no mundo real, suas respostas refletiram melhor a avaliação real do que se confrontassem com perguntas abertas para explicitar a MDP;

• começar com um cenário preciso e claro que reflita os benefícios da intervenção governamental sob consideração;

• esclarecer aos entrevistados o custo de oportunidade de tal programa, ou seja, a implementação e execução de tal programa implica a redução de outros bens privados ou públicos, especialmente a curto prazo;

• incluir referências e lembretes aos entrevistados da existência de bens ou serviços substitutos;

• incluir uma ou mais questões de fechamento para garantir aos entrevistados um entendimento claro e para emitir juízo e avaliações que reflitam coerência ou consistência lógica.

Introdução à abordagem econométrica para estimação da demanda contingente

A estimação econométrica da função da demanda baseia-se por um lado, em uma pesquisa de campo que oferece as informações das diversas disposições a pagar (MDP) por cada entrevistado (informação quantitativa) ou se está disposto ou não a pagar pela provisão de um bem público (informação qualitativa binária: sim = 1; não = 0). Essas informações

[3] A erosão do meio ambiente pode ser considerada como um mal público ou bem público negativo que reduz o bem estar da população presente e futura, portanto o pagamento passa a ser uma indenização ou compensação dos produtores do da erosão para os perdedores.

[4] The Contigent Valuation Debate: Why Economists Should Care"de Paul R. Portgney, Vice-Presidente e Pesquisador Senior do Recurso para o Futuro, Washington D. C., no "The Journal of Economic Perspectives" (FALL, 1994, v. 8, n. 4).

[5] Este método foi utilizado para estimar a demanda por água e esgotamento sanitário (bem quase público) em 15 sedes de municípios baianos. Contrato EMBASA/ IHS, 1987. Maia, J.A.F. et al. (Coord.).

Informações quantitativas ou qualitativas permitirão avaliar a probabilidade da população aceitar pagar ou não pagar pela implementação de um determinado projeto para a prestação de um bem público.

quantitativas ou qualitativas permitirão avaliar a probabilidade da população aceitar pagar ou não pagar pela implementação de um determinado projeto para a prestação de um bem público, diferentemente dos modelos de regressão que estabelece relação de dependência da variável explicada com as demais variáveis explicativas do modelo. Em geral um modelo de regressão definiria a relação entre um conjunto de atributos descrevendo um indivíduo[6] e a probabilidade de que o indivíduo fará uma determinada escolha, por exemplo: comprar ou não comprar, casar ou não casar, votar ou não votar, etc. Para simplificar, assume-se que probabilidade do indivíduo fazer uma escolha é uma função *linear* dos atributos do indivíduo.

Uma forma de abordar a distribuição da MDP é utilizar a metodologia de Carson e Mitchell (1986), que tomam a função percentual da MDP (1 - a função acumulada de distribuição) a ser estimada na avaliação contingente. Esta é medida pela diferença entre a *mediana e média*[7] da MDP e constitui um indicador de deseijabilidade para prover o bem público. Essa função pode ser definida para grupos de rendas diferenciadas, consumidores e não consumidores do bem público, grupos de diferentes regiões, climas, etc.

O gráfico 1 abaixo apresenta uma versão da distribuição da MDP por grupos de indivíduos (um menos a distribuição acumulada da MDP) indicando os valores médios e medianos. Este mesmo enfoque poderia ser utilizado para representar a distribuição da MDP classes sociais de indivíduos, por regiões, renda ou outros atributos que definem a estrutura de preferência dos indivíduos e/ou condições econômicas.

A formulação geral do modelo teórico pode ser definida associando-se as respostas da variável Y a um modelo probabilístico da MDP, como segue:

$$\text{Prob}(Y = 0) = P(MDP < CMDP) = F(CMDP)$$

onde F é a função teórica de probabilidade acumulada da MDP (CMDP). Logo, a média e mediana da MDP são calculadas pelas seguintes definições:

$$\text{Média: } E(MDP) = \int_0^{\text{Renda}} [1 - F(x)]\, dx$$

a Mediana: é o valor MD que a MDP assume, tal que

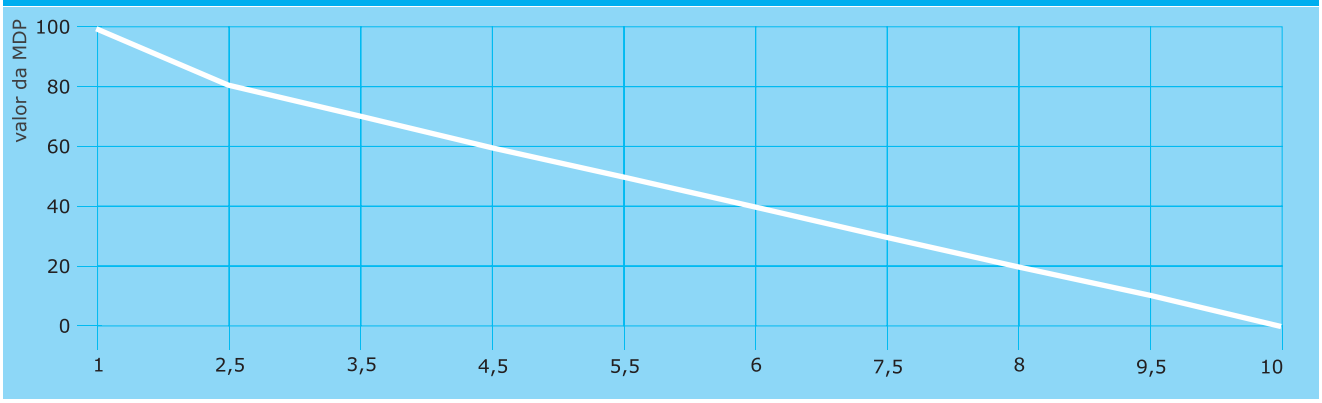
$$\text{Prob}(MDP \geq MD) = \text{Prob}(MDP \leq MD) = 0{,}5.$$

então, uma vez escolhido o modelo econométrico para estimar a MDP fica definida a função de distribuição de probabilidade da MDP e seus parâmetros podem ser estimados por máxima verossimilhança, como segue:

[6] Usa-se aqui, indistintamente, o conceito de indivíduo, grupo de indivíduos, regiões, etc.

[7] A média é um indicador próprio para o mercado de bens privados, enquanto a mediana é preferível para o mercado de bens públicos. Para uma discussão destes dois indicadores ver Romer e Rosenthal (1978), Enelow e Hinich (1984), Carson e Mitshel (1994).

Gráfico 1 - Distribuição da MDP %



$Prob(Y_i = 0) = P(MDP < CMDP_i) = F(CMDP_i, X_i, Renda)$.

Daí, obtém-se a função de verossimilhança pelo produtório das probabilidades,

$$L = \prod_{i=1}^{n} [F^{(1-y_i)}(1-F)^{y_i}] \Rightarrow$$

$$\Rightarrow \ln L = \sum_{i=1}^{n} (1 - y_i) \ln F + \sum_{i=1}^{n} y_i \ln(1-F)$$

e pela condição de 1ª ordem do processo de maximização da função lnL, chega-se aos estimadores de máxima verossimilhança dos parâmetros do modelo e, a partir deles, a média e a mediana da MDP a ser estimada.

Apresenta-se aqui, resumidamente, três modelos de regressão para explicar a probabilidade de um indivíduo tomar uma decisão com base nos seus atributos ou características pessoais.

1. O modelo linear de probabilidade

O modelo de regressão seria definido por

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \delta Z_i + \varepsilon_i$$

Onde: X_i , Z_i seriam os atributos do indivíduo; ε_i a distribuição estocástica de uma variável independente com média zero; α, β e δ são os parâmetros a serem estimados. A transformação de Y_i em probabilidade seria definido em termos de valor esperado, ou seja,

$$E(Y_i) = \alpha + \beta X_i + \delta Z_i$$

Como Y_i toma os valores 1 e 0 pode-se descrever a distribuição de probabilidade de Y, fazendo P_i = Prob (Yi = 1) e 1 - P = Prob (Yi = 0). Assim,

$$E(Yi) = 1(Pi) + 0(1 - Pi) = Pi$$

Onde $E(Y_i)$ corresponde a uma distribuição Bernuliana de probabilidade que transformada em uma distribuição acumulada indica a probabilidade do indivíduo tomar uma decisão explicada pelos atributos Xi e Zi e os parâmetros β e δ indicariam o efeito destes atributos na decisão da escolha do indivíduo.

Embora este modelo garanta estimadores não viezados, $E(\varepsilon) = 0$ e inconsistentes, não garante as condições de homocedasticidade quanto a distribuição da variância do erro (σ^2) o que resulta em perda de eficiência, que embora possa ser corrigido pelo método dos mínimos quadrados ponderados, não garante que as probabilidades dos valores estimados de Yi estejam dentro do intervalo (0, 1). Este problema torna-se mais sério quando se deseja fazer inferências quanto a probabilidade do indivíduo tomar decisão, mesmo quando se restringe os valores de Yi dentro do intervalor (0 e 1), uma vez que nada garante que inferindo um valor com a probabilidade 1 esta decisão venha ocorrer, portanto, as predições dos valores de Yi são viezadas. Um enfoque alternativo é estimar pelo método não linear com rotinas de programação matemática os parâmetros α, β e δ sujeitos a restrição que $0 \subseteq Yi \subseteq 1$. No entanto este método não garante que os parâmetros estimados sejam *não viezados*.

Em resumo os modelos de regressão lineares podemem gerar probabilidade de Yi fora do intervalo; são ineficientes para pequenas amostras, não são robustos para predição e estrutura de probabilidade do erro estocástico $\varepsilon_i = N(0, \sigma^2)$ traz o problema da heterocedasticidade.

Pode-se apresentar outra especificação de modelos econométricos que são utilizados para estimar as funções de probabilidade *probit* e *logit*. Por exemplo, utilizando-se o método, "pegue ou largue" nas entrevistas à MDP e mesmo à MDR (mínima disposição a renunciar ou receber) pode ser estimada pela função *probit* ou *logit* para ajustar a percentagem do desejo dos entrevistados em pagar ou receber cada um dos preços aleatoriamente perguntados. A metodologia completa para a estimação dessa função e de outros modelos de regressão para variáveis qualitativas encontra-se em Cameron e James (1987).

Assim, nesses casos, a literatura[5] recomenda os modelos econométricos binários definidos por dois tipos de transformação: a transformação do modelo *probit*, e a transformação do modelo *Logit*. Os modelos *Probit* e *Logit* são confinados no intervalo unitário, diferentemente dos modelos lineares. A escolha entre o modelo *Probit* e *Logit* é usualmente feita com base em conveniências computacionais uma vez que os resultados das estimativas são semelhantes.

2. O modelo Probit

O modelo *Probit* é definido pela expressão, derivado da distribuição acumulada da função normal.

$$Prob[y = 0] = 1 - P(\alpha + \beta X_i + \delta Z_i + \varepsilon_i) \approx Prob[y = 1] = 1 - P((\alpha + \beta X_i + \delta Z_i + \varepsilon_i)$$

Em forma matricial temos,

$$Prob\ [\ y = 1]\ X'_i\ \beta = 1 - \Phi(\ -X'_i\ \beta\ ) = \Phi(\ X'_i\ \beta\ ),$$

Onde Φ é a função da distribuição acumulada da *distribuição normal padronizada*, $\mathbf{X'_i}$ é uma matriz (n,k), sendo n o número de entrevistados e k os atributos característicos dos entrevistados e **ß** é o vetor de coeficientes estimados da função.

3. O modelo logit

O modelo *logit* das respostas binárias dos entrevistados é representada por uma transformação da *função logística de distribuição acumulada*, semelhante a função de distribuição normal acumulada.

$$P_i\ (y=0)=1[(1-(\ exp-(\ \alpha + \beta X_i + \delta Z_i + \varepsilon_i)./(1 + exp^{X_i'}\ ))$$

ou

$$Pi = y = 1 = -\ exp^{X_i'\beta'})$$

ou

$$F(X'_i\ ß) = 1/\ [\ 1 + exp\ (-\ X'_i\ ß\ )]$$

Onde: $\mathbf{P_i}$ é a probabilidade do indivíduo i estar disposto a pagar pelo bem público; **X** é a matriz de atributos do indivíduo **i** tais como renda, preferências, etc.; β vetor dos parâmetros estatísticos.

Dado que os modelos *probit* e *logit* são transformações monotónicas das distribuições acumuladas da função normal e da função logística, ambas não lineares, os seus parâmetros são estimados usando-se o método de máxima verossimilhança.

Esta função de distribuição cumulativa aproxima-se de uma variável estocástica que tem propriedades convenientes (média, mediana, moda, variância, dentre outras.).

Se a amostra de proporções forem usadas para formar as taxas impares $\mathbf{p_i/((1-p_i)}$, então usa-se a expansão de Taylor definida pela transformação de Zellner e Lee (1965), para demonstrar que,

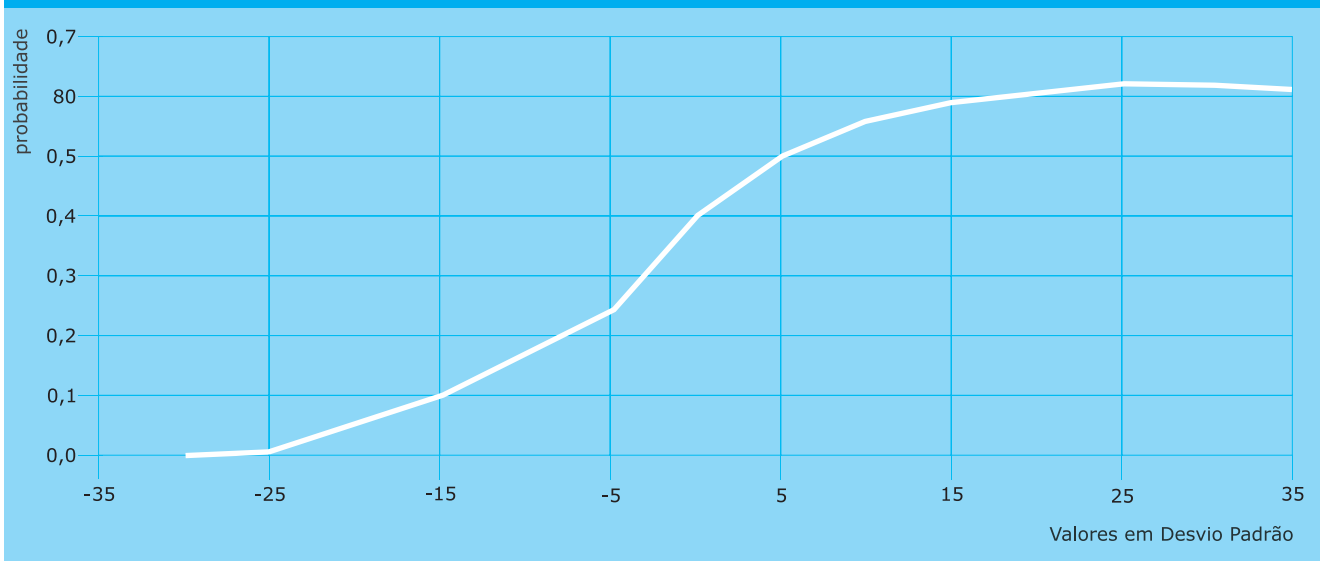
$$\ln[(p_i/(1-p_i)] \cong \ln[(p_i/(1-p_i)] + e_i/[P_i(1-P_i) = \chi'_i\beta + \varepsilon_i$$

que é baseada nas funções de distribuição cumulativa para as distribuições logísticas, sendo ε_i o vetor estocástico do erro.

O Gráfico 2 apresenta uma distribuição padronizada de freqüência acumulada (media = 0; variância = 1) para o intervalo (-3,0 a + 3,0) semelhante as distribuições de probabilidade acumulada que serão objeto deste texto, ou sejam a distribuição *probit* e *logit*.

Quanto ao uso da distribuição probit ou logit é uma questão de conveniência a partir do conhecimento da estrutura da matriz ***B´X***. Entre o intervalo de (-1.2 e 1.2) estas distribuições oferecem resultados semelhantes quanto a valor dos parâmetros e, portanto semelhantes

Gráfico 2 - Distribuição padronizada de probabilidade acumulada



probabilidades. A distribuição *logit* tende a dar probabilidades para Y = O, quando B´X é extremamente pequeno e menor probabilidade, (=es para Y =) quanto B´X é muito grande comparada com a distribuição *probit*.

É importante observar que os coeficientes estimados das variáveis do modelo não indicam impactos marginais na variável dependente, como normalmente acontece nas estimações lineares e sim o sentido do impacto: *valores positivos dos coeficientes implicam na probabilidade de impactos positivos*; *valores negativos indicam o contrário*. Nos modelos binários estes coeficientes representam o impacto ponderado de todas as variáveis independentes pela estrutura da função (***f.***) ou equação estocástica estimada no modelo *probit*.

No estudo da demanda contingente, pretende-se obter uma avaliação da "verdadeira" máxima disposição a pagar (VMDP) que é desconhecida. Como ensina a estatística inferencial, a estimação de parâmetros da população geradora tem uma certa distribuição em torno deste verdadeiro valor. A pesquisa empírica "revela" uma certa máxima disposição a pagar (MDPR), cuja esperança é E(MDPR), se os processos de estimação forem não viesados. A VMDP pode ser expressa como:

$$VMDP = F(X_{ij}, \alpha),$$

Onde ***X*** é uma matriz de valores representativos dos atributos relevantes do indivíduo ***j***, tais como renda, suas atitudes com respeito ao meio ambiente, etc. para a definição da VDAP e α é o vetor de parâmetros desconhecidos[8]. Entretanto, é impossível se observar o VMDP***j***. Entretanto, pode-se observar, potencialmente, a disposição revelada a pagar (MDRP) que pode ser expressa por:

$$DARPj = h[F(X_{ij}, \alpha), g1\ (W,\beta), g2\ (R,\gamma), g3\ (Z,\delta)],$$

onde, h(.) é simplesmente é o estimador agregado de $VMDP = F(X_{ij}, \alpha)$; g1 (W,ß) descreve a função do erro do processo estocástico como função da matriz de variáveis *W* (possivelmente um sub ou super conjunto de X_{ij} e um vetor de parâmetros não observados, ß; g2 (R,γ) descreve o processo do erro sistemático como função da matriz das variáveis *R*, e o vetor dos parâmetros desconhecidos γ; g3 (Z,δ) é uma função que descreve como provavelmente *MDRPj* é observada.

Particular importância precisa ser atribuída à não resposta, nesse tipo de trabalho porque ela pode ser interpretada como representativa de situações distintas e que implicam em efeitos estratégicos sobre o resultado do estudo. A não resposta pode significar a recusa de pagamento ao serviço oferecido, pode significar a recusa de informar o que deseja e pode expressar efetivamente o tradicional não sei das pesquisas.

No que se refere à não resposta, sabe-se que em um processo qualquer de amostragem (HANSEN), podem ocorrer erros nos resultados, causados por erros na resposta dos questionários, que podem ser acidentais, propositais, ou causados por falta de informação. A medida de erros de resposta, em geral, requer informação externa à amostra propriamente dita. Requer a existência de dados pelos quais os verdadeiros valores a serem estimados possam ser medidos mais proximamente do que a partir da pesquisa. Uma forma de se fazer isso é através de dados disponíveis de outras fontes não ligadas à pesquisa. A variância de resposta, qualquer que seja a sua origem, será refletida na variância amostral. O viés causado pelo erro de resposta, por outro lado, não é refletido nas fórmulas de estimação, e só pode ser estimado por medição intensiva ou por comparação com outras pesquisas.

Um dos problemas potencializados por esse tipo de trabalho é o tratamento a ser dado aos *outliers*[9] e a não resposta. No que se refere aos outliers, cuja existência tende a ser maior nos estudos de avaliação contingencial, devido à especificidade de seu processo de coleta de dados, baseado fortemente em avaliações subjetivas, recomenda-se sempre que possível o uso da mediana, em vez da média, como indicador de tendência central das variáveis (PARSONS, 1974). Uma das principais características da mediana é que ela não é afetada pela presença de valores extremos, ao contrário da média. Portanto, a mediana é particularmente adequada para distribuições assimétricas que apresentem uns poucos valores muito altos ou muito baixos.

Para que a mediana seja representativa, é preciso que os valores individuais estejam concentrados em torno do centro da distribuição. Outra característica da mediana é ser uma medida de tendência central que minimiza a soma dos desvios absolutos. Essa propriedade é importante, já que a medida de tendência central é freqüentemente usada como aproximação

[8] O valor "verdadeiro" é um conceito abstrato convenientemente empregado na discussão da mensuração do erro das pesquisas.

[9] Outliers são as respostras exageradas, para menos ou para mais. Aquelas que fogem dos valores esperados.

dos valores individuais que ela representa; se o custo associado a um erro de estimação for proporcional ao desvio absoluto, então a soma desses custos ao longo do tempo pode ser minimizada usando-se a mediana como valor representativo. Por outro lado, se o custo for proporcional ao quadrado do desvio, ou seja, se o erro tivesse a mesma implicação para a avaliação, tanto para cima quanto para baixo, independentemente do sinal de erro, a melhor medida de tendência central seria a média aritmética.

Logo, na construção dos modelos econométricos a MDP é tratada como uma variável aleatória não-observável. O que realmente se observa dos resultados da pesquisa de campo é uma variável Y que registra *uma certa máxima disposição a pagar (CMDP)*.

Sabe-se que existem discrepâncias entre os valores observados e os verdadeiros e que essas discrepâncias se devem a dois componentes de erros: um componente estocástico medido pela variância e um componente sistemático, medido pelo viesamento. Uma vez que o viesamento e a variância se referem ao quanto distante, em média, um valor observado está no valor estimado, e, portanto, vamos, obviamente, querer minimizar ambos, viesamento e variância, usa-se o critério de Toro-Vizcarrondo e Wallace (1968), que é o erro quadrático médio ("MSE-MEAN SQUARE ERROR"), que é equivalente a minimizar a soma da variância mais o quadrado do viesamento.

As implicações práticas e de políticas

A importância prática do estudo da demanda em geral e em particular da demanda contingente, por bens públicos, é torná-la um instrumento necessário à análise de viabilidade econômica e social dos projetos de implantação e expansão desses bens. No caso de empresas públicas, pode-se sintetizá-los nos seguintes pontos:

Primeiro, a análise de custo/benefício ou de viabilidade econômica pode ser diretamente feita a partir dos preços de mercado dos insumos e dos fatores de produção primários e de oferta.

Segundo, verifica-se freqüentemente, em estudos de revisão de tarifas públicas, o uso infundado e inadequado da hipótese de inelasticidade preço da demanda. Isso significa que se supõe, sem qualquer comprovação a *priori*, que alterações nas tarifas não provocam mudanças significativas nas quantidades demandadas pelas unidades familiares e produtivas e, portanto, uma nova estrutura tarifária pode ser aplicada sobre as mesmas quantidades demandadas anteriormente, calculando-se, desta forma, o suposto acréscimo de receita gerada pelas novas tarifas. Esse tipo de raciocínio não pode ser utilizado antes que a hipótese de inelasticidade preço seja testada para a população, em geral e particularmente para as diferentes classes de demandantes, pois o efeito da variação das tarifas pode não ser o esperado, o que ocasionaria para as empresas erros nas receitas esperadas e, conseqüentemente, futuros problemas de gestão financeira.

A análise de custo/benefício ou de viabilidade econômica pode ser feita a partir dos preços de mercado dos insumos e dos fatores de produção primários e de oferta.

Como conseqüência das implicações acima descritas, as empresas poderão avaliar o seu patrimônio, efetivo e/ou potencial, caso venha ser implementado uma política de descentralização ou privatização, e assim ter, tecnicamente, a garantia de uma negociação que produza retornos socialmente equânime, entre o setor público nos seus diversos níveis (federal, estadual e municipal) e entre este e o setor privado.

Referências

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares*. Aspectos de amostragem. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (Série relatórios metodológicos, 10).

BELLUZZO, Walter. *Valoração de bens públicos*: o método de avaliação contingente. 1995. Dissertação (Mestrado) - IPE/FEA/USP, São Paulo.

BISHOP, R. C.; Heberlein, T. A. Measuring Values of Extramarket Goods: Are Indirect Methods Biased? *American Journal of Agricultural Economics,* n. 61, p. 926-30, 1979.

CICCHETTI, Charles J.; KERRY Smith V. Congestion, Quality Deterioration and Optimal Use: Wilderness Recreation in the Spanish Peaks Primitive Areas. *Social Science Research*, n. 2, p. 15-30, 1973.

CIRIACY-WANTRUP, S. V., Capital Returns from Soil Conservation Practices. *Journal of Farm Economics*, Nov. 29, 1181-96, 1947.

CUMMINGS et all. Valuing Enviromental Goods. In: TOTOWA, N. J.; ROWMAN; ALLANHELD. *A State of the Arts Assessment of the Contigent Method*. 1986.

CARSON, R.T.; MITCHELL, R. C., Using Surveys to Value Public Goods: The Contigent Valuation Method, Resources for the Future. Washington, D.C., 1994.

EMPIRICAL Econometric Modeling: Using PcGive for Windows - Version 9.0. 1996.

DAVID, F. Hendry and Jurgen, A. Doornik. Published by International Thomson Business Press. Environmental Improvements. *Journal of Environmental Economics and Management*, n. 1, p. 132-49, 1974.

HAMMACK, Judd; Gardner Brown. *Waterfowl and Wetlands*: Toward Bioeconomics Analysuis. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974.

HANSEN, Morris H. et al. *Sample Survey Methods and Theory*. New York: John Wiley. v. 1.

KRUPNKICK, Alan e Maureen Cropper. The Effect of Information on Helth Risk Valuation. *Journal of Risk and Uncertainity*, n. 2, p. 29-48, Feb. 1992.

PARSONS, Robert. *Statistics for Decision Makers*. New York: Haper and Row Published, 1974.

RIDKER, Ronald. The Economics Cost of Air Pollution. New York Prager, 1967.

ZELNNER, A.; H. LEE, H. Joint Estimation of Relatkionships Involving Discrete Random Variables, *Econometrica*, n. 33, p. 382-394, 1965.

HAAB, Timothy. C.; MCCONNELL, K. E. Referendum Models and Negative Willingness to Pay: Alternative Solutions. *Journal of Environmental Economics and Management*, n. 32, p. 251-270, 1997.

_____. Referendum Models and Economic Values: Theoretical, Intuitive and Practical Bounds on Willingness to Pay. *Land Economics*, v. 74, n. 2, p. 216-229, May 1998a.

_____. Estimation Using Contingent Valuation Data from a Dichotomous Choice with Follow-up Questionnaire: A Comment. *Journal of Environmental Economics and Management*, n. 35, p. 190-194, 1998b.

HANEMAMM, W. M. Welfare Evaluations in Contingent Valuation Experiments with Discrete Responses. *American Journal of Agricultural Economics*, n. 66, p. 332-41, 1984.

_____. Welfare Evaluations in Contingent Valuation Experiments with Discrete Responses Data. *American Journal of Agricultural Economics*, n. 71, p. 1057-41, 1989.

KRISTÖM, Bengt. A Non-Parametric Approach to the Estimation of Welfare Measures in Discrete Responses Valuation Studies. *land Economics*, n. 66, p. 135-39, 1990.

MADDALA,G. S. Introduction to Econometrics. 2nd. ed. Prentice-Hall, 1992.

MCCONNELL, K.E. Introducing *referendum* Models. Paper prepared for IBD Workshop on Valuation Techniques in Project Analysis, Nov. 1988.

READY, R. C.; HU, D. Statistical Approaches to the Fat Tail Problem for Dichotomous Choice Contingent Valuation. *Land Economics*, v. 71, n. 4, p. 491-99, Nov. 1995.

THE CONTINGENT Valuation Debate: Why Economists Should Care de Paul R. Portgney. Washington D. C., *The Journal of Economic Perspectives*, v. 8, n. 4, 1994.

TURNBULL, B. The Empirical Distribution Function with Arbitrarily Grouped, Censored, and Truncated Data. *Journal of the Royal Statistical Society*, Series B. n. 38, p. 290-95, 1976.

Investimentos industriais irão gerar 73 mil empregos diretos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume da ordem de R$ 25,2 bilhões agregando 366 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 73 mil postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano e Grande Recôncavo concentram 56% do total dos empregos diretos, totalizando 41.426 novos postos de trabalho. Os demais eixos são responsáveis por cerca de 44% dos empregos, destacando-se os eixos Extremo Sul, que é responsável por 10% dos empregos e o Planalto Sudoeste que responde por cerca de 9% destes.

Em relação à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grande parte dos investimentos estão concentrados nos eixos Metropolitano(50%) e Extremo Sul (38%) e agregando 88% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R$ 22,2 bilhões. Tais eixos agregam cerca de 208 projetos de investimentos, o que representa 57% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R$ 3,0 bilhões, representando 12% do total de investimentos e 43% dos projetos.

No que tange à situação destes investimentos, 58,2% estão alocados em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R$ 14,7 bilhões e 307 projetos. Enquanto que 41,2% estão alocados em ampliações e 0,6% em reativações, somando recursos na ordem de R$ 10,5 bilhões e 59 projetos.

Analisando os investimentos quanto o Complexo de Atividade Econômica verificou-se que 73% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (55%) e Químico e Petroquímico (18%) agregando um volume de recursos da ordem de R$ 18,3 bilhões. Tais complexos totalizam 75 projetos de empresas, representando 21% do total de projetos anunciados.A partir destes resultados, confirma-se à tendência de alocação dos maiores volumes de investimentos em grandes empreendimentos industrias, e em especial no setor madeireiro. Os demais complexos agregam um volume da ordem de R$ 6,9 bilhões em 291 projetos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia . Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontra-se a Topy Free Indústria de Alimentos, a Bahia Starch Agroindústria, a Continental Pneus, a Maizub Indústria de Tapetes e a Cromex Brancolor .

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2004-2008

Complexo	Volume (R$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.071.070	61
Atividade mineral e beneficiamento	548.952	22
Calçados/Têxtil/Confecções	617.964	35
Complexo madeireiro	13.866.493	17
Eletroeletrônico	298.939	47
Metal-mecânico	1.133.492	58
Químico-petroquímico	4.457.816	58
Reciclagem	21.981	5
Transformação petroquímica	3.086.372	56
Outros	147.543	7
Total	25.250.622	366

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: GEAC/SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/08/04

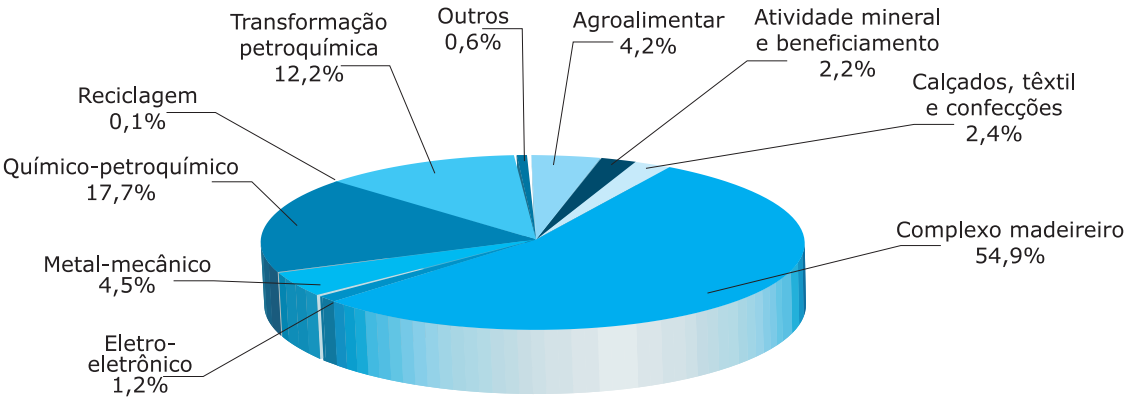
Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2004-2008

Eixo	Volume (R$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	124.665	6
Chapada Norte	149.511	11
Chapada Sul	6.239	3
Extremo Sul	9.596.039	12
Grande Recôncavo	1.493.148	51
Mata Atlântica	389.580	41
Médio São Francisco	30.000	1
Metropolitano	12.651.804	196
Nordeste	30.317	6
Oeste do São Francisco	432.553	12
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	176.731	21
A Definir	59.696	5
Total	25.250.622	366

Fonte: SICM / Jornais Diversos
Elaboração: GEAC/SEI
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/08/04

Investimentos industriais previstos para a Bahia - 2004-2008

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais diversos
Elaboração: GEAC/SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

C&P

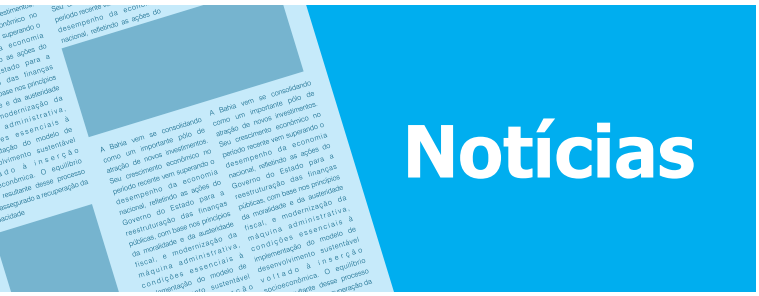
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.
Informações: **www.sei.ba.gov.br**

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



Notícias

Negócios

Investimento de R$ 19,2 milhões em Salvador

O prefeito Antonio Imbassahy assinou protocolos de intenção e contratos de comodato para instalação de seis novas unidades industriais no Lobato, a partir de um trabalho conjunto entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Com um investimento total de R$ 19,2 milhões, os projetos prevêem a criação de mais de 250 empregos diretos quando atingirem a operação plena. Assinaram os protocolos a Starplast da Bahia Indústria e Comércio Ltda, Metalzul Nordeste Ltda, Styrocorte Indústria e Comércio de Plásticos da Bahia, Una Química do Nordeste Ltda e a Espra Indústria e Comércio Ltda, todas oriundas de São Paulo. As empresas vão fabricar capacetes, componentes para calçados e veículos, entre outros itens.

A expectativa é que a primeira etapa do projeto comece a funcionar no final de setembro deste ano. Para o empresário Pedro Paulo Almeida, que falou em nome dos demais empresários, o investimento que está sendo feito agora poderá mudar o perfil do bairro dentro de poucos anos.

Juntas, as seis fábricas vão ocupar uma área total equivalente a 36 mil m², distribuída no Lobato. As empresas funcionarão em galpões abandonados e terrenos que a Prefeitura recebeu como doação em pagamento dos proprietários.

Salvador ganhará 6 novas indústrias. Tribuna da Bahia, 05/08/2004.

Grupo investirá R$ 15 milhões em nova fábrica em Alagoinhas

Essa será a primeira unidade do grupo instalada fora do Mato Grosso do Sul e será responsável pela geração de 300 empregos diretos no município baiano. A licença da operação foi aprovada, esta semana, em reunião da Cepram, e tem o início das obras previsto para daqui a duas semanas. Com uma infra-estrutura ocupando área de dez mil metros quadrados, a fábrica terá capacidade para produção de 80 mil metros quadrados/mês de artefatos cerâmicos para a construção civil. A previsão de faturamento da indústria é de R$ 20 milhões ao ano.

Instalada no Pólo Cerâmico de Alagoinhas, a nova fábrica já surge tendo como uma das prioridades a adequação de sua atividade com o meio ambiente. Por isso utilizará o gás natural para a queima da argila em seus fornos.

Inicialmente, segundo Striquer, a maior parte da produção deverá ser destinada para comercialização no mercado interno, sobretudo, Bahia e litoral do Nordeste. Apenas 15% do produto produzido em Alagoinhas atenderá à demanda de exportação para Estados Unidos, Inglaterra e países árabes. A capacidade geral de produção do grupo é de 250 mil metros quadrados/mês do cotto, volume que chegará a 400 mil metros quadrados/mês quando a unidade baiana estiver em pleno funcionamento.

Grupo investirá R$ 15 milhões em nova fábrica em Alagoinhas. Correio da Bahia, 25/08/2004.

Grupo gaúcho fabrica novo insumo no estado

A forte demanda do pólo calçadista nordestino fez com que o grupo gaúcho Artecola passasse a produzir na Bahia, há cerca de três meses, os laminados rhenoprint, utilizados como reforços internos nos calçados. O insumo, que até então era fabricado apenas na unidade da empresa do Rio Grande do Sul, tem o diferencial de ter 100% de aproveitamento, por não exigir operações de corte e desgaste, além de ser totalmente reciclável.

Com a mudança, o grupo Artecola, um dos grandes fabricantes de adesivos industriais da América Latina, com oito plantas de produção no Brasil e mais três fora do país, na Argentina, México e Colômbia, já vem registrando um faturamento 20% maior que no ano passado.

Com três anos de atuação, a unidade baiana da Artecola, situada no município de Dias d'Ávila produz, além do rhenoprint, os insumos couraça e contraforte, que são respectivamente as armações do bico e da parte de trás dos calçados. A planta industrial atende, além

de fábricas de calçado de todo o estado da Bahia, empresas do Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul.

"A couraça e o contraforte são produzidos exclusivamente pela fábrica baiana e, junto com o rhenoprint, respondem por 35% do faturamento do grupo", destaca o gerente de marketing do grupo Artecola, Jairo Kovendoerfer.

Grupo gaúcho fabrica novo insumo no estado. Correio da Bahia, 11/08/2004.

Empresa de refeições investe R$ 250 mil em loja

O Giraffas, quarta maior rede de refeições rápidas do país, está chegando à Bahia. A primeira loja será inaugurada no próximo mês de setembro, no Shopping Iguatemi. O investimento é da ordem R$ 250 mil, e vai proporcionar a geração de 20 novos postos de trabalho. Outra loja será inaugurada em outubro no município de Barreiras, e outras dez estão previstas para os próximos cinco anos.

O diretor Executivo do Giraffas, Cláudio Miccieli, informou que a expectativa é que na primeira franquia de Salvador sejam comercializadas cerca de 400 refeições por dia, entre sanduíches, grelhados e saladas. Os preços são competitivos, com sanduíches custando entre R$ 3,20 a R$ 5,90. As refeições custam a partir de R$ 3,90.

A expansão da rede na Bahia leva em conta o crescimento registrado anualmente pela empresa em todo o país. Em 2003, houve um crescimento de 21% em número de restaurantes e de 34% no faturamento.

A Rede, que surgiu no Distrito Federal, fechou o ano de 2003 com um faturamento de R$ 108 milhões. A expectativa é que este volume cresça cerca de 40%, registrando, este ano, uma receita bruta de R$ 142 milhões. O número de lojas, antes em 145, deve chegar a 174, proporcionando mais de 3,5 mil postos de trabalho.

Giraffas investe R$ 250 mil em loja na Bahia. Correio da Bahia, 27/08/2004.

Indicadores

Produção de algodão se expande na Bahia

A cotonicultura baiana segue a sua trajetória pujante, iniciada no final da década passada com crescimentos geométricos ano a ano. Em 2004, a produção de algodão no Estado cresceu 147,74%, atingindo 684,6 mil toneladas, o que coloca a Bahia em segundo lugar no ranking nacional. A área colhida passou de 85,7 mil hectares em 2003 para 201,5 mil hectares neste ano, um crescimento de 135%. Houve ganho de produtividade de 5%, passando de 3.223 kg/ha para 3.397 kg/ha para 3.397 kg/ha. Com uma produtividade de 3.724 kg/ha (uma das maiores do país), a região Oeste é a principal produtora de algodão do Estado, respondendo por mais de 85% do produto colhido na Bahia. Os produtores do Oeste são profissionais e fazem altos investimentos, tanto em melhoria das técnicas de produção como na modernização do maquinário.

Enquanto em 2000 o rendimento médio foi de 467 kg/ha, na safra deste ano a produtividade já chegou a 2.250 kg/ha. Houve um incremento de área de 156%, passando de 11,75 mil hectares para 30 mil hectares. No início dos anos 90, a região plantava mais de 90 mil hectares. Apesar de a Bahia ser o segundo produtor nacional de algodão, com elevado potencial de ampliação, o Estado não dispõe de uma indústria têxtil capaz de absorver a produção de pluma, o que poderia gerar mais emprego e renda. O Ceará é o principal comprador do algodão baiano, adquirindo mais de 70% da produção.

Os preços estão bastante compensadores, tanto no mercado interno como no externo. Nos últimos dois anos, a commodity acumulou uma valorização de mais de 60% na Bolsa de Nova Iorque, e no mercado interno foi valorizado em cerca de 125% no mesmo período. Atualmente, a arroba de pluma está cotada em R$ 73,00 em Barreiras.

Produção de algodão se expande na Bahia. Tribuna da Bahia, 05/08/2004.

Compras pela internet proporcionam economia de R$ 5,9 milhões

Desenvolvido pela Secretaria de Administração do Estado (Saeb), o portal www.comprasnet.ba.gov.br está completando três anos de operação com a marca de 17,6 mil compras públicas realizadas. Durante o período, o estado gastou R$ 23,3 milhões nas compras via internet e economizou R$ 5,9 milhões, comparando com o processo tradicional.

Já foram cotados 56,6 mil produtos por 4.308 fornecedores credenciados até o momento. Das 440

unidades gestoras estaduais, 254 já realizam suas compras através do portal.

Além de agilidade nos processos, o portal garantiu economia para o estado, porque os fornecedores entenderam a necessidade de trabalhar com melhores preços, o que fez a concorrência crescer. Prova disso é que, para as 17,6 mil cotações feitas no período, foram dados 8.010.000 lances, com média de 47 preços diferentes em muitos casos. O normal dos leilões é ter média de três valores diferentes.

Bahia economiza R$ 5,9 milhões fazendo compras pela internet. Correio da Bahia, 30/08/2004.

Ação Governamental

PeltBahia terá R$ 10 bilhões

O governo do estado lançou o Programa Estadual de Logística de Transportes (PeltBahia) visando o planejamento estratégico da Bahia para o setor de transportes, com o objetivo de elevar a competitividade dos produtos

Para tanto, apresenta intervenções no sistema de transportes e aponta oportunidades de investimento para um período de 25 anos. O programa compreende o plano prioritário e o portfólio de investimentos, que reúne 137 projetos e investimento total em torno de R$ 10 bilhões.

A primeira etapa do programa começa com o plano prioritário, que aponta os pontos críticos e as intervenções de maior urgência, do período 2004-2007, envolvendo investimentos de R$ 1,9 bilhão, dos quais 81% para projetos rodoviários. Mas a lógica do PeltBahia está adequada ao novo modelo de contratação, que são as parcerias público-privadas (PPPs), que, na Bahia, já se encontram em vias de regulamentação e serão encaminhadas à assembléia legislativa.

Na segunda fase, o portfólio de investimentos, identifica as grandes exigências de intervenções e oportunidades de negócios para o horizonte 2008-2020. O montante de cerca de R$ 7,8 bilhões será distribuído entre os 137 projetos, sendo 105 projetos de rodovias, 11 de portos, nove de núcleos logísticos, oito de ferrovias, três de aeroportos e um de hidrovia.

PeltBahia terá R$ 10 bilhões. Correio da Bahia, 05/08/2004.

Produção de mamão recebe apoio do governo estadual

Técnicos da Gerência Regional da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) em Teixeira de Freitas estão fazendo um trabalho de esclarecimento junto aos produtores de mamão do extremo sul do estado visando a participação dos mesmos no projeto de Produção Integrada de Frutas (PIF), que estabelece as condições fitossanitárias e ambientais para a venda do produto aos europeus. O objetivo é que um maior número de propriedades adote as normas do protocolo de produção, possibilitando a ampliação das exportações.

A implementação da PIF é coordenada pela Embrapa Mandioca e Fruticultura, sediada em Cruz das Almas, com o apoio da EBDA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), Federação da Agricultura do Estado da Bahia (Faeb), Sebrae, Senar e Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (Fabesp). A EBDA está transferindo aos produtores as tecnologias do modelo de produção adequado à exportação. São reforçados nos treinamentos critérios como higiene na manipulação dos frutos e utensílios, aplicação correta dos fertilizantes, uso controlado de agrotóxicos e manejo adequado do solo e da água.

Também estão integrados ao projeto pequenos produtores que não exportam mas disponibilizam suas frutas para as grandes empresas. O extremo sul é responsável por quase 80% da produção estadual de mamão, escoando cerca de 600 mil toneladas da fruta. A área plantada está em torno de 10 mil hectares, distribuídos em 16 municípios.

Produtores de mamão recebem apoio.Tribuna da Bahia, 26/08/2004.

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.165, de 02 de agosto de 2004 – Regulamenta a medida provisória nº 197, de 07 de julho

de 2004, que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional – MODERMAQ e dá outras providências.

Decreto nº 5.171, de 06 de agosto de 2004 – Regulamenta os §§ 10 e 12 do art. 8º e o inciso IV do art. 28 da lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que dispõe sobre a contribuição para o PIS/PASEP – Importação e a COFINS – Importação e dá outras providências.

Decreto nº 5.175, de 09 de agosto de 2004 – Constitui o Comitê de Monitoramento do Setor elétrico – CMSE de que trata o art. 14 da lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 – Regulamenta os arts. 4º e 5º da lei nº 10.8448, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Decreto nº 5.179, de 13 de agosto de 2004 – Promulga acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre cooperação em matéria de prevenção do consumo e controle do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, celebrado em Madri, em 11 de novembro de 1999.

Decreto nº 5.185, de 17 de agosto de 2004 – Institui Comitê Técnico Interministerial para acompanhamento e reformulação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, instituído pela lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973.

Decreto nº 5.189, de 19 de agosto de 2004 – Regulamenta o pagamento da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação – GIFA devida aos ocupantes de cargos efetivos da Carreira Auditoria da Receita Federal e da parcela pró-labore devida aos ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, na forma prevista, respectivamente, nos arts. 4º e 5º, inciso II, da lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004.

Decreto nº 5.193, de 24 de agosto de 2004 – Dá nova redação aos arts. 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do decreto nº 4.876, de 12 de novembro de 2003, que dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos Projetos Inovadores de Cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade.

Decreto nº 5.194, de 24 de agosto de 2004 – Dá nova redação ao art. 3º do decreto nº 3.500, de 9 de junho de 2000, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Classificação – CONCLA.

Decreto nº 5.195, de 26 de agosto de 2004 – Dispõe sobre a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de adubos, fertilizantes e defensivos agropecuários, de que trata o art. 1º da lei nº 10.925, de julho de 2004, e dá outras providências.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 206, de 26 de agosto de 2004 – Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais, institui o regime Tributário para Incentivo à modernização e Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO, e dá outras providências.

Medida provisória nº 209, de 26 de agosto de 2004 – Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 – Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de crédito imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965 e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

Lei nº 10.936, de 12 de agosto de 2004 – Altera a lei nº 10.555, de 13 de novembro de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R$ 100,00, de que trata a lei complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.

Lei nº 10.940, de 27 de agosto de 2004 – Altera e acrescenta dispositivos à lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE e à lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Serviço Voluntário, e dá outras providências.

Gabinete do Ministério da Fazenda

Portaria nº 244, de 23 de agosto de 2004 – Dispõe sobre a contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF.

Secretaria da Receita Federal

Atos declaratórios

Ato declaratório interpretativo nº 23, de 25 de agosto de 2004 – Dispõe sobre a revisão de crédito tributário relativo ao Imposto sobre a Renda incidente sobre os valore pagos (em pecúnia) a título de férias não gozadas, por necessidade do serviço, pelo servidor público e determina o cancelamento de lançamento no caso em que especifica.

Instruções normativas

Instrução normativa nº 440, de 11 de agosto de 2004 – Dispõe sobre a exclusão, para fins de incidência na fonte e no ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, da quantia de R$ 100,00 (cem reais) mensais do total dos rendimentos tributáveis provenientes do trabalho assalariado pagos nos meses de agosto a dezembro do ano-calendário de 2004.

Instrução normativa nº 441, de 11 de agosto de 2004 – Altera as instruções normativas SRF, nº 419, de 2004 e nº 420, de 2004, que dispõem sobre o cálculo, a utilização e a apresentação de informações do crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, instituído pela lei nº 9.363, de 1996, bem assim do regime alternativo desse crédito, instituído pela lei nº 10.276, de 2001.

Instrução normativa nº 444, de 19 de agosto de 2004 – Dispõe sobre o parcelamento de que trata o art. 10 da lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), apurados pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Instrução normativa nº 445, de 20 de agosto de 2004 – Aprova o programa gerado do Demonstrativo de botas Fiscais (DNF), versão 2.0, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta-circular nº 3.143, de 13 de agosto de 2004 – Divulga esclarecimentos quanto à apuração e à prestação de informações do direcionamento de depósitos à vista para operações de microfinanças, relativas ao período de julho de 2003 a julho de 2004.

Resoluções

Resolução nº 3.225, de 05 de agosto de 2004 – Dispõe sobre ajustes no Programa de Modernização da Frota de tratores agrícolas e implementos associados e colheitadeiras (Moderfrota).

Comissão de Valores Mobiliários

Instrução nº 408, de 18 de agosto de 2004 – Dispõe sobre a inclusão de Entidades de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas.

Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004 – Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto Financeiro nº 250, de 26 de agosto de 2004 – Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social crédito suplementar, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 9.155, de 04 de agosto de 2004 – Institui o Programa Estadual de Logística de Transportes no Estado da Bahia - PELTBAHIA e dá outras providências.

Decreto nº 9.163, de 17 de agosto de 2004 – Autoriza o parcelamento do recolhimento do ICMS devido por antecipação tributária parcial nas aquisições ocorridas no mês de julho de 2004.

Decreto nº 9.165, de 18 de agosto de 2004 – Promove intervenção na Concessão objeto do Contrato nº 19/95, relativa aos serviços públicos de transporte coletivo hidroviário de navegação marítima da linha São Joaquim/Bom Despacho/São Joaquim, tendo por Concessionária a COMAB - Transporte Marítimo da Bahia Ltda.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 409, de 23 de agosto de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC[1] - Salvador: Ago/2004

Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas%		Índice acumulado	
	Ago/03	Ago/04	No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	-0,28	0,47	3,11	5,48	332233,9	222,71
Habitação e encargos	-0,01	0,21	7,51	9,32	566955,4	453,38
Artigos de residência	1,68	0,60	3,57	5,73	277196,5	231,69
Vestuário	2,06	0,15	3,63	6,68	294689,4	172,94
Transporte e comunicação	0,71	0,59	7,32	10,51	529197,9	572,72
Saúde e cuidados pessoais	0,24	0,39	7,59	10,01	544958,7	290,34
Despesas pessoais	0,29	0,67	6,49	7,45	609937,6	349,75
Geral	0,54	0,45	5,11	7,46	421426,6	293,66

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

[1] O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Ago/2004

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês[1] (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano[2]	Últimos 12 meses[3]	
Aracaju	150,15	8,52	8,74	8,46	62,53
Belém	158,21	3,05	12,53	19,24	65,89
Belo Horizonte	176,21	3,90	17,02	24,24	73,39
Brasília	169,32	2,61	9,03	10,99	70,52
Curitiba	171,95	3,92	8,02	16,02	71,61
Florianópolis	175,64	8,07	18,88	20,48	73,15
Fortaleza	139,70	-3,11	9,36	9,01	58,18
Goiânia	150,58	2,35	9,09	11,45	62,71
João Pessoa	150,07	6,63	17,18	18,78	62,50
Natal	152,07	8,27	18,15	16,34	63,33
Porto Alegre	189,99	4,49	12,35	17,44	79,13
Recife	147,03	3,85	13,36	17,95	61,23
Rio de Janeiro	178,81	6,10	14,58	22,51	74,47
Salvador	140,48	3,30	7,66	6,18	58,51
São Paulo	182,26	4,78	10,60	15,11	75,91
Vitória	165,05	7,59	18,50	20,71	68,74

Fonte: DIEESE

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[3] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA[1]	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)[4]	
	2003[2]	2004[3]	Variação (%)	2003[2]	2004[3]	Variação (%)	2003[2]	2004[3]
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.658	4.946	6,2	4.658	4.946	6,2	0	0
Algodão herbáceo	86.303	203.297	135,6	85.744	203.297	137,1	559	0
Alho	1.666	964	-42,1	1.666	964	-42,1	0	0
Amendoim	5.869	7.025	19,7	5.869	7.025	19,7	0	0
Arroz total	18.018	28.712	59,4	18.018	28.712	59,4	0	0
Arroz sequeiro	nd	25.632	-	nd	25.632	-	-	0
Arroz irrigada	nd	3.080	-	nd	3.080	-	-	0
Batata-inglesa	3.134	4.100	30,8	3.134	4.100	30,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.887	85.810	3,5	82.887	85.810	3,5	0	0
Cebola	6.516	6.580	1,0	6.516	6.580	1,0	0	0
Feijão total	803.835	849.056	5,6	730.940	753.684	3,1	72.895	95.372
Feijão 1ª safra	409.723	423.850	3,4	336.865	330.978	-1,7	72.858	92.872
Sequeiro	nd	292.962	-	nd	215.630	-	-	77.332
Irrigado	nd	1.440	-	nd	1.440	-	-	0
Caupi	nd	129.448	-	nd	113.908	-	-	15.540
Feijão 2ª safra	394.112	425.206	7,9	391.802	422.706	7,9	2.310	2.500
Sequeiro	nd	401.562	-	nd	399.062	-	-	2.500
Irrigado	nd	9.437	-	nd	9.437	-	-	0
Caupi	nd	14.207	-	nd	14.207	-	-	0
Fumo	12.498	12.653	1,2	12.498	12.653	1,2	0	0
Mamona	125.188	149.464	19,4	125.188	149.464	19,4	0	0
Mandioca	335.414	345.057	2,9	330.614	345.057	4,4	4.800	0
Milho total	797.806	801.449	0,5	675.925	753.749	11,5	121.881	47.700
Milho 1ª safra	471.704	447.430	-5,1	351.428	431.630	22,8	120.276	15.800
Sequeiro	nd	431.390	-	nd	415.590	-	-	15.800
Irrigado	nd	16.040	-	nd	16.040	-	-	0
Milho 2ª safra	326.102	354.019	8,6	324.497	322.119	-0,7	1.605	31.900
Sequeiro	nd	353.689	-	nd	321.789	-	-	31.900
Irrigado	nd	330	-	nd	330	-	-	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo granífero	58.991	61.465	4,2	49.241	61.303	24,5	9.750	162
Tomate	5.194	4.533	-12,7	5.194	4.533	-12,7	0	0
Tomate de mesa	nd	4.533	-	nd	4.533	-	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras Permanentes								
Banana	51.541	53.276	3,4	51.136	53.276	4,2	405	0
Cacau	495.123	488.393	-1,4	486.285	488.393	0,4	8.838	0
Café	142.600	148.526	4,2	142.290	148.526	4,4	310	0
Castanha-de-cajú	19.544	19.870	1,7	19.544	19.870	1,7	0	0
Coco-da-baía	96.246	77.365	-19,6	96.246	77.223	-19,8	0	142
Dendê	41.466	nd	-	41.365	nd	-	101	-
Guaraná	5.938	5.936	0,0	5.938	5.936	0,0	0	0
Laranja	48.332	48.686	0,7	48.332	48.686	0,7	0	0
Mamão	15.968	15.473	-3,1	15.863	15.473	-2,5	105	0
Maracujá	9.106	nd	-	9.106	nd	-	0	-
Pimenta-do-reino	1.138	1.134	-0,4	1.138	1.134	-0,4	0	0
Sisal	207.274	210.314	1,5	207.274	210.314	1,5	0	0
Uva	2.911	2.903	-0,3	2.911	2.903	-0,3	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCE
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2004 (dados sujeitos a retificação)
[4] Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA[1]	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2003[2]	2004[3]	Variação (%)	2003[2]	2004[3]	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi	115.149	117.460	2,0	24.721	23.748	-3,9
Algodão herbáceo	276.337	691.604	150,3	3.223	3.402	5,6
Alho	13.903	6.760	-51,4	8.345	7.012	-16,0
Amendoim	7.576	11.518	52,0	1.291	1.640	27,0
Arroz total	31.120	62.586	101,1	1.727	2.180	26,2
Arroz sequeiro	nd	49.836	-	nd	1.944	-
Arroz irrigada	nd	12.750	-	nd	4.140	-
Batata-inglesa	91.020	132.000	45,0	29.043	32.195	10,9
Cana-de-açúcar	4.566.742	4.966.198	8,7	55.096	57.874	5,0
Cebola	147.522	138.254	-6,3	22.640	21.011	-7,2
Feijão total	354.582	389.115	9,7	485	529	9,1
Feijão 1ª safra	119.686	134.261	12,2	355	406	14,4
Sequeiro	nd	82.616	-	nd	383	-
Irrigado	nd	3.961	-	nd	2.751	-
Caupi	nd	47.684	-	nd	419	-
Feijão 2ª safra	234.896	254.854	8,5	600	603	0,5
Sequeiro	nd	223.892	-	nd	561	-
Irrigado	nd	21.412	-	nd	2.269	-
Caupi	nd	9.550	-	nd	672	-
Fumo	11.229	11.325	0,9	898	895	-0,3
Mamona	73.656	134.875	83,1	588	902	53,4
Mandioca	3.908.276	4.373.888	11,9	11.821	12.676	7,2
Milho total	1.219.318	1.663.718	36,4	1.804	2.207	22,3
Milho 1ª safra	970.498	1.403.515	44,6	2.762	3.252	17,7
Sequeiro	nd	1.305.040	-	nd	3.140	-
Irrigado	nd	98.475	-	nd	6.139	-
Milho 2ª safra	248.820	260.203	4,6	767	808	5,3
Sequeiro	nd	259.307	-	nd	806	-
Irrigado	nd	896	-	nd	2.715	-
Soja	1.555.500	2.364.480	52,0	1.830	2.880	57,4
Sorgo granífero	74.055	114.525	54,6	1.504	1.868	24,2
Tomate	211.750	177.120	-16,4	40.768	39.073	-4,2
Tomate de mesa	nd	177.120	-	nd	39.073	-
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-
Lavouras Permanentes						
Banana[5]	749.945	783.971	4,5	14.666	14.715	0,3
Cacau	110.392	109.602	-0,7	227	224	-1,3
Café	110.450	143.497	29,9	776	967	24,6
Castanha-de-cajú	5.444	5.581	2,5	279	281	0,7
Coco-da-baía[4]	705.311	698.822	-0,9	7.328	9.049	23,5
Dendê	167.111	nd	-	4.039	nd	-
Guaraná	2.320	2.383	2,7	391	401	2,6
Laranja[5]	770.275	786.948	2,2	15.937	16.164	1,4
Mamão[5]	782.450	782.760	0,0	49.325	50.589	2,6
Maracujá[4]	119.016	nd	-	13.070	nd	-
Pimenta-do-reino	2.715	2.742	1,0	2.386	2.418	1,3
Sisal	176.728	180.376	2,1	853	858	0,6
Uva	87.434	83.241	-4,8	30.036	28.674	-4,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCE
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

[1] A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996
[2] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)
[3] Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2004 (dados sujeitos a retificação)
[4] Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare
[5] Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Jun/2004				%
Classes e Gêneros	No mês	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses [4]
Indústria Geral	7,3	21,7	10,0	2,4
Extrativa mineral	9,1	5,8	1,9	2,3
Indústria de transformação	7,5	22,7	10,6	2,5
Minerais não-metálicos	3,5	33,9	8,7	-6,6
Metalurgica básica	8,8	13,1	15,5	13,7
Papel, celulose e produtos de papel	3,5	6,8	2,9	4,7
Borracha e plásticos	nd	-1,6	3,9	-5,2
Produtos químicos	-0,7	28,8	9,8	5,0
Veículos automotores	nd	30,5	76,7	63,6
Alimentos e bebidas	3,5	20,2	1,3	-2,7
Refino de petróleo e álcool	9,0	25,4	15,2	-4,7

Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC/SEI
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Jun/2003 - Jun/2004				%
Períodos	No mês	Mensal [2]	Acumulado no ano[3]	Acumulado 12 meses [4]
Junho 2003	**-1,4**	**0,7**	**4,0**	**4,4**
Julho	2,8	-5,2	2,5	3,3
Agosto	-2,2	-8,4	1,0	1,0
Setembro	6,3	10,8	2,0	2,5
Outubro	-4,5	0,2	1,8	2,6
Novembro	-14,7	-18,9	-0,2	0,5
Dezembro	15,4	-7,1	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,1	-1,3	-1,3	-1,1
Fevereiro	3,1	12,6	5,2	0,1
Março	6,5	12,0	7,5	0,8
Abril	-1,6	5,9	7,2	0,6
Maio	2,3	12,2	8,2	0,7
Junho	7,5	22,7	10,6	2,5

Fonte: IBGE
Elaboração: GEAC/SEI

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[4] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Jun/2004				%
Classes	No mês[3]	Mensal[4]	Acumulado no ano[5]	Acumulado 12 meses[6]
Rural/Irrigação	27,6	48,1	9,3	11,4
Residencial	-6,3	4,6	4,6	5,5
Industrial[1]	-0,8	7,9	4,4	0,3
Comercial	-0,6	7,2	4,5	4,7
Utilidades públicas	-0,1	3,7	2,1	3,2
Setor público	-0,6	4,9	4,6	6,5
Concessionária	-5,0	-4,9	-1,3	2,1
Total	-0,2	8,9	4,5	2,7

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

[1] Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE
[2] Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica
[3] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[4] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[5] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[6] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo[1] - Bahia: Jun/2004				%
Classes e Gêneros	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]	Acumulado 12 meses[5]
Comércio varejista	-0,9	12,9	7,0	1,8
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	6,9	0,4	-0,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,5	11,7	3,9	-1,8
Hipermercados e supermercados	-3,0	13,5	6,0	-1,6
Tecidos, vestuário e calçados	40,1	12,1	5,5	-2,6
Móveis e eletrodomésticos	-7,2	52,2	39,1	20,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-6,4	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	-50,1	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	10,2	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-1,6	nd	nd	nd
Veículos, motos e peças	-17,1	37,6	27,3	23,9

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

[1] Dados deflacionados pelo IPCA
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
[5] Variação acumulada observada nos útlimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências[1]		
	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]	No mês[2]	Mensal[3]	Acumulado no ano[4]
Setembro 2002	**-25,5**	**-45**	**4,2**	**48,5**	**-94,8**	**-51,4**
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	**-10,5**	**-46,3**	**-46,3**	**-25,2**	**-89,0**	**-89,0**
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

[1] Novos registros
[2] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[3] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior
[4] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Jul/2003 - Jul/2004

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]	No mês[1]	Mensal[2]	Acumulado no ano[3]
Julho 2003	**5,4**	**-10,8**	**-8,1**	**6,0**	**-20,9**	**-17,2**
Agosto	-8,8	-11,2	-8,4	-7,4	-21,3	-17,7
Setembro	12,1	-2,1	-7,8	7,1	-14,8	-17,4
Outubro	-3,7	-7,4	-7,7	0,6	-22,2	-17,9
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-9,5	-17,3	-17,8
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-16,3
Janeiro 2004	**-11,0**	**-10,4**	**-10,4**	**-10,2**	**-6,4**	**-6,4**
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-18,1	-14,0	-10,0
Março	22,8	4,4	-6,4	33,2	22,2	-0,1
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,2	2,8	0,6
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,9	8,5	2,1
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0

Fonte: Banco Central do Brasil

[1] Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior
[2] Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior
[3] Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Jul/2004 %

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	25,3	24,5	29,0
Desemprego Aberto	14,9	14,1	18,6
Desemprego Oculto	10,4	10,4	10,4
Participação (PEA/PIA)	62,1	62,9	59,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jul/2004 %

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2003	**15,9**	**15,3**	**62,4**	**63,0**
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
Janeiro 2004	**62,4**	**63,3**	**14,9**	**14,3**
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jul/2004

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula-ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Números absolutos[1]	Índice[2]	Partici-pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	**1.639**	**124,9**	**1.198**	**114,5**	**441**	**165,6**	**988**	**108,0**	**62,4**	**26,9**	**3.152**
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3213
Janeiro 2004	**1.684**	**128,4**	**1.246**	**119,1**	**438**	**164,5**	**1.015**	**110,9**	**62,4**	**26,0**	**3.219**
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Variação Mensal											
Jul04/Jun04		**0,1**		**0,3**		**-0,7**		**0,7**	**-0,2**	**-0,8**	
Variação no Ano											
Jul04/Dez03		**0,4**		**1,3**		**-2,3**		**4,1**	**-1,3**	**-2,7**	
Variação Anual											
Jul04/Jul03		**2,7**		**7,9**		**-10,2**		**3,2**	**-0,2**	**-12,5**	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000
[2] Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jul/2004

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção[1]	Serviços pessoais[2]	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2003	**8,8**	**5,5**	**16,8**	**30,5**	**27,5**	**9,7**	**1,2**
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	**8,5**	**5,1**	**16,7**	**31,9**	**26,7**	**10,0**	**1,1**
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão e teledifusão; Comércio, Administração de valores imobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

[2] Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jul/2004 %

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros[1]
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2003	**60,4**	**34,3**	**12,1**	**14,0**	**23,0**	**19,1**	**3,9**	**3,9**	**9,7**	**2,9**
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	**60,4**	**34,2**	**12,3**	**13,9**	**23,1**	**19,0**	**4,1**	**3,7**	**10,0**	**2,8**
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Incluem Trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004 R$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados[2]			Assalariados[3]		
	Valor absoluto[3]		Índice	Valor absoluto		Índice
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2003	**647**	**340**	**79,4**	**730**	**423**	**78,1**
Fevereiro	649	332	79,6	731	428	78,2
Março	621	328	76,2	710	416	75,9
Abril	622	325	76,3	696	413	74,4
Maio	612	324	75,1	685	393	73,2
Junho	648	339	79,4	727	418	77,8
Julho	671	339	82,3	760	421	81,3
Agosto	683	349	83,8	772	422	82,5
Setembro	650	350	79,7	738	421	78,9
Outubro	631	341	77,4	725	419	77,6
Novembro	619	341	75,9	724	414	77,4
Dezembro	641	350	78,7	741	431	79,2
Janeiro 2004	**666**	**359**	**81,6**	**766**	**447**	**81,9**
Fevereiro	678	356	83,1	776	440	82,9
Março	688	354	84,3	787	437	84,1
Abril	669	349	80,9	773	435	81,5
Maio	674	352	81,6	782	439	82,5
Junho	668	354	80,7	777	450	81,9
Variação Mensal						
Jun04/Maio04	**-1,0**	**0,4**	**-1,0**	**-0,7**	**2,5**	**-0,7**
Variação no Ano						
Jun04/Dez03	**2,6**	**-0,1**	**2,6**	**3,4**	**3,1**	**3,4**
Variação Anual						
Jun04/Jun03	**1,6**	**3,1**	**1,6**	**5,3**	**6,2**	**5,3**

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho 2004
[2] Exclusive os Assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[3] Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004

R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	**214**	**309**	**441**	**708**	**2.132**
Fevereiro	215	309	415	697	2.173
Março	203	294	397	673	2.101
Abril	213	304	399	669	2.051
Maio	202	310	400	656	1.926
Junho	223	315	416	663	2.009
Julho	234	323	416	687	2.009
Agosto	261	332	408	706	2.041
Setembro	260	337	388	703	1.949
Outubro	255	325	381	694	1.960
Novembro	250	317	394	677	1899
Dezembro	248	317	416	690	1965
Janeiro 2004	**249**	**332**	**433**	**691**	**1.980**
Fevereiro	233	320	420	716	1.998
Março	221	311	410	731	2.000
Abril	208	311	395	721	1.994
Maio	218	307	397	692	2.121
Junho	237	319	396	667	2.138

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho 2004

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador[1]
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004

R$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2003	**605**	**756**	**527**	**603**	**674**	**403**
Fevereiro	621	753	538	630	685	427
Março	606	824	496	594	683	377
Abril	599	768	469	598	668	384
Maio	583	775	473	567	656	356
Junho	604	844	467	595	678	374
Julho	633	933	475	613	719	375
Agosto	634	901	468	621	719	375
Setembro	614	806	483	606	690	374
Outubro	601	792	486	590	675	371
Novembro	598	780	478	588	672	372
Dezembro	608	862	476	586	684	381
Janeiro 2004	**620**	**869**	**469**	**605**	**701**	**384**
Fevereiro	636	965	474	604	720	376
Março	635	936	483	603	724	365
Abril	629	920	478	607	713	375
Maio	624	884	480	611	706	383
Junho	627	859	480	618	702	379

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal[1]

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jun/2004

R$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados[2]					Assalariados[3]				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2003	**111**	**227**	**340**	**667**	**1.360**	**227**	**278**	**423**	**778**	**1.473**
Fevereiro	111	222	332	666	1.367	222	274	428	778	1.536
Março	109	219	328	652	1.316	219	266	416	751	1.474
Abril	108	217	325	652	1.316	217	261	413	751	1.503
Maio	107	217	324	644	1.304	217	260	393	742	1.413
Junho	107	253	339	645	1.480	253	268	418	794	1.587
Julho	105	253	339	690	1.581	253	276	421	843	1.634
Agosto	105	252	349	716	1.580	252	293	422	842	1.677
Setembro	105	249	350	663	1.555	249	284	421	818	1.580
Outubro	103	248	341	628	1.362	248	284	419	754	1.550
Novembro	103	247	341	622	1.343	247	287	414	775	1.544
Dezembro	103	246	350	668	1.439	246	288	431	820	1.544
Janeiro 2004	**103**	**246**	**359**	**717**	**1.524**	**244**	**288**	**447**	**823**	**1.626**
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

[1] Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho 2004
[2] Exclusive os Assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício
[3] Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan/2003 - Jul/2004

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total[1]	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2003	**26.502**	**6.877**	**-3.067**	**7.486**	**8.658**
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	**40.983**	**9.902**	**-18**	**6.900**	**11.068**
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Ago03-Jul04	**50.985**	**13.163**	**114**	**12.119**	**17.437**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

[1] Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Jul/2004

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total[1]	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	**5.746**	**317**	**-2.845**	**2.300**	**5.891**
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	**10.413**	**3.202**	**-80**	**2.315**	**5.733**
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Ago03-Jul04	**17.791**	**3.970**	**-989**	**4.474**	**10.953**

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

[1] Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Jun/2004 — **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio-Jun 2004 (b)	% (b/a)	Jan-Jun 2004 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	**441.602.317**	**441.602.317**	**70.490.039**	**16,0**	**212.113.864**	**48,0**	**229.488.453**
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	18.299.538	14,7	64.124.825	51,6	60.175.787
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	44.065.018	16,5	125.351.996	47,0	141.147.305
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	3.003.689	24,2	6.664.184	53,7	5.738.776
Receita Agropecuária	23.581	23.581	2.590	11,0	8.522	36,1	15.059
Receita Industrial	527.566	527.566	49.714	9,4	155.894	29,5	371.672
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.000.002	13,0	10.340.293	44,8	12.744.570
Transferências Correntes	243.477	243.477	26.864	11,0	84.774	34,8	158.703
Outras Receitas Correntes	14.519.957	14.519.957	2.042.625	14,1	5.383.376	37,1	9.136.581
Receitas de Capital	**167.443.675**	**167.443.675**	**16.679.644**	**10,0**	**45.981.086**	**27,5**	**121.462.589**
Operações de Crédito[1]	118.192.044	118.192.044	9.379.788	7,9	20.804.023	17,6	97.388.021
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	41.490	1,4	107.477	3,7	2.835.288
Amortizações de Empréstimos	23.228.585	23.228.585	2.792.724	12,0	9.242.708	39,8	13.985.877
Transferências de Capital	44.219	44.219	15.043	34,0	29.107	65,8	15.112
Outras Receitas de Capital	23.036.062	23.036.062	4.450.599	19,3	15.797.771	68,6	7.238.291
Subtotal das Receitas (I)	**609.045.992**	**609.045.992**	**87.169.683**	**14,3**	**258.094.950**	**42,4**	**350.951.042**
Déficit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (I+II)	**609.045.992**	**609.045.992**	**87.169.683**	**14,3**	**258.094.950**	**42,4**	**350.951.042**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

[1] Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Jun/2004 — **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada (a)	Despesas realizadas				Saldo (a-c)
			Maio-Jun 2004 (b)	% (b/a)	Jan-Jun 2004 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	**475.515.103**	**476.788.375**	**71.906.717**	**15,1**	**196.412.413**	**41,2**	**280.375.962**
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.039	84.602.995	14.623.541	17,3	40.332.058	47,7	44.270.937
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.769.754	14.745.236	12,5	37.205.904	31,6	80.563.850
Outras Despesas Correntes	273.625.310	274.415.626	42.537.940	15,5	118.874.451	43,3	155.541.175
Transf.a Estados, DF e Munícipio	91.865.871	91.938.841	14.798.929	16,1	42.189.558	45,9	49.749.283
Benefícios Previdenciários[2]	121.428.419	121.428.419	18.643.121	15,4	54.125.745	44,6	67.302.674
Demais Despesas Correntes	60.331.020	61.048.366	9.095.890	14,9	22.559.148	37,0	38.489.218
Despesas de Capital	**122.838.957**	**126.745.263**	**14.183.375**	**11,2**	**45.646.269**	**36,0**	**81.098.994**
Investimentos	12.368.454	12.503.602	428.413	3,4	665.132	5,3	11.838.470
Inversões Financeiras	33.249.350	34.651.273	2.345.829	6,8	7.140.195	20,6	27.511.078
Amortização da Dívida[1]	77.221.153	79.590.388	11.409.133	14,3	37.840.942	47,5	41.749.446
Reserva de Contingência	**21.964.621**	**20.896.237**	**-**	**-**	**-**	**-**	**20.896.237**
Subtotal das Despesas (I)	**620.318.681**	**624.429.875**	**86.090.092**	**13,8**	**242.058.682**	**38,8**	**382.371.193**
Superávit (II)	**-**	**-**		**-**	**16.036.268**	**-**	**-**
Total (I+II)	**620.318.681**	**624.429.875**	**86.090.092**	**13,8**	**258.094.950**	**41,3**	**382.371.193**

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

[1] Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

[2] Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Jun/2004

R$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio/Jun	%	Até o bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	**12.469.804**	**12.534.991**	**2.000.401**	**15,96**	**5.956.116**	**47,52**	**6.578.875**
Receita Tributária	6.988.059	6.846.641	1.181.635	17,26	3.449.696	50,39	3.396.945
Impostos	6.793.395	6.651.977	1.147.467	17,25	3.356.709	50,46	3.295.268
Taxas	194.664	194.664	34.169	17,55	92.987	47,77	101.677
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	167.412	15,80	490.558	46,31	568.728
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	167.412	15,80	490.558	46,31	568.728
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.969	288.458	28.263	9,80	78.645	27,26	209.813
Receitas Imobiliárias	22.140	22.140	495	2,24	1.480	6,68	20.660
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	264.768	27.176	10,26	75.656	28,57	189.112
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	1.515	592	57,40	1.507	60,34	8
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	-	3,09	2	6,46	33
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Ind. de Transf.	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	720.469	117.603	16,32	363.382	50,44	357.087
Receita de Serviços	719.399	720.469	117.603	16,32	363.382	50,44	357.087
Transferências Correntes	3.719.956	3.628.121	534.873	14,74	1.660.179	45,76	1.967.942
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.485.234	517.222	14,84	1.600.656	45,93	1.884.578
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	5.036	3	-	3	-	-
Transferências de Convênios	133.926	137.851	17.649	12,80	59.520	43,18	78.331
Outras Receitas Correntes	815.118	1.081.999	149.024	13,77	448.770	41,48	633.229
Multas e Juros de Mora	120.470	120.475	17.183	14,26	40.026	33,22	80.449
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	234	0,43	9.725	17,66	45.333
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	1.114	13,52	2.866	43,03	3.794
Receitas Correntes Diversas	632.930	899.807	130.492	14,50	396.152	44,03	503.655
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(178.409)	16,35	(535.113)	49,04	(556.083)
Receitas de Capital	**1.522.353**	**1.595.320**	**63.673**	**3,99**	**234.485**	**14,70**	**1.360.835**
Operações de Crédito	583.863	583.863	52.979	9,07	143.300	24,54	440.563
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	17.862	7,98	36.910	16,50	186.796
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	35.117	9,75	106.391	29,54	253.766
Alienação de Bens	282.040	283.410	895	0,32	1.843	0,65	281.567
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.065	6	0,00	394	0,14	280.671
Alienação de Bens Imóveis	975	2.346	889	37,89	1.449	61,76	897
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	249	7,18	443	5,58	3.027
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.470	3.470	249	7,18	443	5,58	3.027
Transferências de Capital	652.975	724.572	9.546	1,32	88.894	12,27	635.678
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	493.409	27.468	5,86	28.210	5,72	465.199
Transferências de Inst. Privadas	97	97	-	-	-	-	97
Transferências do Exterior	1.300	1.462	-	-	-	-	1.462
Transferências de Convênios	228.490	229.603	9.546	4,16	60.684	26,43	168.919
Outras Receitas de Capital	5	5	4	-	4	-	1
Outras Receitas	5	5	4	-	4	-	1
Subtotal das Receitas (I)	**13.992.157**	**14.130.311**	**2.064.074**	**14,61**	**6.190.601**	**43,81**	**7.939.711**
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Refinanciamento de Outras Dívidas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Subtotal com Refinanciamentos (III=(I+II)	**13.992.157**	**14.130.311**	**2.064.074**	**14,61**	**6.190.601**	**43,81**	**7.939.711**
Déficit (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (V)= (III+IV)	**13.992.157**	**14.130.311**	**2.064.074**	**14,61**	**6.190.601**	**43,81**	**7.939.711**
Saldos de Exercícios Anteriores					**129.800**		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Jun/2004

R$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Maio/Jun	No exercício	Bim. Maio/Jun	No exercício	
Despesas Correntes	**11.449.382**	**81.349**	**11.530.730**	**1.761.655**	**4.999.611**	**1.755.661**	**4.849.019**	**6.681.711**
Pessoal e Encargos	5.892.325	(1.242)	5.891.083	877.419	2.621.895	866.568	2.600.529	3.290.554
Juros e Encargos da Dívida	776.020	-	776.020	75.430	230.509	75.430	230.259	545.761
Outras despesas correntes	4.781.037	82.591	4.863.627	808.807	2.147.207	813.663	2.018.230	2.845.397
Despesas de Capital	**2.530.253**	**59.440**	**2.589.693**	**261.424**	**773.389**	**248.223**	**738.376**	**1.851.317**
Investimentos	1.342.012	87.426	1.429.438	135.043	277.261	121.841	242.248	1.187.191
Inversões Financeiras	369.604	(22.566)	347.038	14.585	63.844	14.586	63.844	283.194
Amortização da Dívida	818.637	(5.421)	813.216	111.796	432.284	111.796	432.284	380.932
Outras despesas de capitais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	**12.522**	**(2.635)**	**9.887**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.887**
Subtotal das Despesas (VIII)	**13.992.157**	**138.154**	**14.130.311**	**2.023.079**	**5.773.000**	**2.003.883**	**5.587.395**	**8.542.916**
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	**13.992.157**	**138.154**	**14.130.311**	**2.023.079**	**5.773.000**	**2.003.883**	**5.587.395**	**8.542.916**
Superávit (XI)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**603.206**	**-**
Total (XII)=X+XI	**13.992.157**	**138.154**	**14.130.311**	**2.023.079**	**5.773.000**	**2.003.883**	**6.190.600**	**8.542.916**

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2003 - Jun/2004

R$ 1.000

Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606	699.160	35.434	48.642	519.040	747.802
Maio	447.830	532.332	47.985	54.677	495.815	587.009
Junho	454.843	531.331	47.430	63.295	502.273	594.626
Julho	463.914		57.400		521.314	
Agosto	465.528		55.112		520.640	
Setembro	491.119		63.031		554.150	
Outubro	497.479		31.450		528.929	
Novembro	488.485		36.125		524.609	
Dezembro	491.635		53.554		545.190	
Total	**5.712.367**		**432.583**		**6.263.074**	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária[1] - Bahia: Jan/2003 - Jun/2004 R$ 1.000

Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	553.401	513.787	50.998	39.318	604.399	553.106
Fevereiro	548.471	459.761	41.721	48.112	590.192	507.873
Março	482.207	486.634	43.951	48.324	526.158	534.958
Abril	525.356	718.512	38.494	49.988	563.849	768.500
Maio	489.762	539.184	52.478	55.382	542.240	594.566
Junho	500.925	531.331	52.235	63.295	553.160	594.626
Julho	511.935		63.342		575.277	
Agosto	510.542		60.441		570.982	
Setembro	533.023		68.409		601.433	
Outubro	537.574		33.985		571.559	
Novembro	525.339		38.850		564.189	
Dezembro	525.564		57.250		582.814	
Total	**6.244.099**		**602.152**		**6.846.251**	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP
Elaboração:SEI
[1] Valores atualizados a preços de Junho 2004 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia: Jan/2003 -Jun/2004 R$ 1.000

Períodos	Receitas									
	FPE[1]		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO[2]		Outras[3]		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	**155.457**	**155.457**	**7.109**	**7.109**	**22.358**	**22.358**	**20.271**	**20.271**	**205.195**	**205.195**
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	**167.381**	**167.381**	**8.168**	**8.168**	**16.493**	**16.493**	**6.713**	**6.713**	**198.756**	**198.756**
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	16.187	65.247	32.539[4]	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	12.557	96.419	6.713[4]	66.105	152.322	1.192.273

Fonte: MINFAZ/STN
Elaboração:SEI
[1] Deduzidos 15% para o FUNDEF
[2] Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC 87/96 e complementação
[3] Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579
[4] Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1773

Município

Balanço Orçamentário[1]
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Jun/2004 **R$ 1.000**

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (B-C)
			Maio-Jun 2004 (B)	% B/A	Jan-Jun 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	**1.503.322**	**1.503.392**	**219.746**	14,6	**634.075**	42,2	**869.317**
Receita Tributária	527.569	527.569	70.348	13,3	245.809	46,6	281.760
Impostos	451.500	451.500	59.139	13,1	202.961	45,0	248.539
Taxas	76.069	76.069	11.026	14,5	42.322	55,6	33.747
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	183	-	526	-	(526)
Receita de Contribuições	67.700	67.700	13.646	20,2	37.809	55,8	29.891
Contribuições Sociais	31.500	31.500	7.607	24,1	19.743	62,7	11.757
Contribuições Econômicas	36.200	36.200	6.039	16,7	18.066	49,9	18.134
Receita Patrimonial	98.289	98.289	4.789	4,9	19.306	19,6	78.983
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	175	6,2	834	29,3	2.008
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	2.308	4,1	7.057	12,5	49.563
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	2.306	6,3	11.344	30,8	25.483
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	-	-	71	3,6	1.929
Receita Industrial	-	-	-	-	367	-	(367)
Receita de Serviços	13.153	13.153	1.337	10,2	5.679	43,2	7.474
Receita de Serviços	13.153	13.153	1.337	10,2	5.679	43,2	7.474
Transferências Correntes	722.799	722.869	118.278	16,4	294.954	40,8	427.915
Transf. Intergovernamentais	672.773	672.773	110.787	16,5	284.064	42,2	388.709
Transf. de Instituições Privadas	452	452	60	13,3	124	27,4	328
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.618	7.431	15,0	10.766	21,7	38.852
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	11.348	15,4	30.151	40,8	43.661
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	6.342	21,8	15.487	53,2	13.617
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	526	11,1	1.785	37,7	2.955
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	3.477	10,9	10.224	32,0	21.776
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	1.003	12,6	2.655	33,3	5.313
Receitas de Capital	**114.044**	**114.044**	**17.229**	**15,1**	**37.559**	**32,9**	**76.485**
Operações de Crédito	26.939	26.939	1.540	-	1.540	-	25.399
Operações de Crédito Internas	26.939	26.939	1.540	5,7	1.540	5,7	25.399
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	3.500	3.500	-	-	2	0,1	3.498
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	-	-	2	0,1	3.498
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	15.689	18,8	36.016	43,1	47.489
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	20
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	15.689	19,5	36.016	44,8	44.424
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-		-	99
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	**1.617.366**	**1.617.436**	**236.975**	**14,7**	**671.634**	**41,5**	**945.802**
Déficit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (III)=(I+II)	**1.617.366**	**1.617.436**	**236.975**	**14,7**	**671.634**	**41,5**	**945.802**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

[1] Administração Direta e Indireta da PMS

Balanço Orçamentário[1]
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Jun/2004 **R$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (A)	Créditos adicionais (B)	Dotação atualizada (C)	Despesas					Saldo (C-G)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Maio-Jun (D)	Jan-Jun (E)	Maio-Jun (F)	Jan-Jun (G)	% (G-C)	
Despesas Correntes	**1.327.272**	**863**	**1.328.135**	**146.022**	**811.389**	**192.125**	**556.100**	**41,9**	**772.035**
Pessoal e Encargos Sociais	516.158	75	516.233	38.729	326.239	74.427	214.771	41,6	301.462
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693	(60)	74.633	9.954	42.255	11.545	34.296	46,0	40.337
Outras Despesas Correntes	736.421	848	737:269	97.339	442.895	106.153	307.033	41,6	430.236
Despesas de Capital	**281.094**	**3.507**	**284.601**	**19.234**	**115.445**	**27.681**	**89.760**	**31,5**	**194.841**
Investimentos	203.715	3.407	207.122	16.483	85.747	19.037	64.684	31,2	142.438
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	535	1.117	400	636	15,5	3.479
Amortização da Dívida	73.304	60	73.364	2.216	28.581	8.244	24.440	33,3	48.924
Reserva de Contingência	**9.000**	**-**	**9.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.000**
Subtotal das Despesas (I)	**1.617.366**	**4.370**	**1.621.736**	**165.256**	**926.834**	**219.806**	**645.860**	**39,8**	**975.876**
Superávit (II)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.169**	**25.774**	**-**	**-**
Total (I+II)	**1.617.366**	**4.370**	**1.621.736**	**165.256**	**926.834**	**236.975**	**671.634**	**41,4**	**950.102**

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

[1] Administração Direta e Indireta da PMS

O Estado arrecadou R$ 10.914 milhões em 2003

Quer saber como foi gasto este dinheiro?

Leia **Finanças Públicas Acompanhamento 2003**
e fique por dentro das receitas, despesas e repasses da
União, do Estado, da RMS e do município
de Salvador no último ano.
Confira também a Análise dos Principais Relatórios da Lei de
Responsabilidade Fiscal para o Estado.
Publicação disponível em CD-Rom ou para download no
www.sei.ba.gov.br.

SEI
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita artigos, em português, sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia e resenhas de livros recém lançados.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte times new roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas e referências, para artigos, e no máximo de 4 páginas, para resenhas;

- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone, especificado como nota de rodapé, utilizando asterisco (*);

- arquivos magnéticos editados em Word, que podem ser enviados para a instituição, através do e-mail: conjunturaeplanejamento@sei.ba.gov.br

- As tabelas e gráficos devem estar no formato excel; mapas e ilustrações em imagem vetorial e citados na página do texto;

- os títulos das tabelas, gráficos, quadros e ilustrações devem conter: a variável, a localidade e o período a que se referem;

- notas de rodapé explicativas ou complementares devem ser curtas, numeradas em ordem seqüencial e estar na página na qual ela é referida;

- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10520 da ABNT);

- referências completas e precisas, segundo as normas para Referências NBR 6023, da ABNT.

- Os títulos e subtítulos devem ser objetivos, podendo a coordenação editorial proceder ajustes de acordo com o layout da página.

Caso o artigo seja publicado, o autor terá direito a dois exemplares da publicação.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI

SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO
DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO